

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDNEI DE SOUZA LEAL

**PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS NA “PHRASEOLOGIA” DOS
SERÕES GRAMATICAIS DE ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO**

CURITIBA
2015

EDNEI DE SOUZA LEAL

**PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS NA “PHRASEOLOGIA” DOS *SERÕES*
GRAMAICAES DE ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Letras

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lígia Negri (UFPR)

CURITIBA
2015

Catálogo na publicação
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Leal, Ednei de Souza

Pressupostos epistemológicos na "Phraseologia" dos Serões
Gramaticais de Ernesto Carneiro Ribeiro. / Ednei de Souza Leal. –
Curitiba, 2015.
92 f.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lígia Negri
Dissertação (Mestrado em Letras) - Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes
Universidade Federal do Paraná.

1. Letras – linguística – historiografia linguística.
2. Ribeiro, Ernesto Carneiro (1839-1920) – obra gramatical –
gramáticas tradicionais. 3. Gramática científica – método histórico-
comparativo – história das ideias linguísticas. I. Título.

CDD 410



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

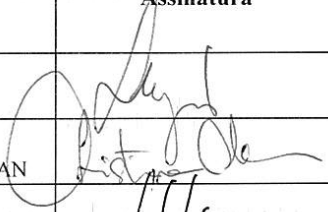

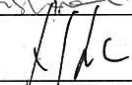
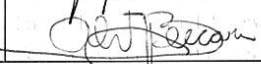
PARECER

Defesa de dissertação do mestrando EDNEI DE SOUZA LEAL para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

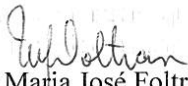
Os abaixo assinados LÍGIA NEGRI, MARIA CRISTINA FERNANDES SALLES ALTMAN, JOSÉ BORGES NETO e ALESSANDRO JOCELITO BECCARI arguíram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a dissertação:

PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS NA "PHRASEOLOGIA" DOS "SERÕES GRAMMATICAE" DE ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
LIGIA NEGRI		Apr.
MARIA CRISTINA F. SALLES ALTMAN		A
JOSÉ BORGES NETO		A
ALESSANDRO JOCELITO BECCARI		A

Curitiba, 23 de julho de 2014


Prof.ª Dr.ª Maria José Foltran
Vice-Coordenadora

Maria José Foltran
Vice-Coordenadora
Matrícula SIAPE 0344084



Ata seiscentésima quadragésima sétima, referente à sessão pública de defesa de dissertação para a obtenção de título de mestre a que se submeteu o mestrando **EDNEI DE SOUZA LEAL**. No dia vinte e três de julho de dois mil e quatorze, às quatorze horas e trinta minutos, na sala 1005B, 10.º andar, no Edifício Dom Pedro I, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: **LÍGIA NEGRI**, Presidente, **MARIA CRISTINA FERNANDES SALLES ALTMAN**, **JOSÉ BORGES NETO** e **ALESSANDRO JOCELITO BECCARI**, designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada: PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS NA “PHRASEOLOGIA” DOS “SERÕES GRAMMATICAS” DE ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO , apresentada por **EDNEI DE SOUZA LEAL**. A sessão teve início com a apresentação oral do mestrando sobre o estudo desenvolvido. Logo após a senhora presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos Examinadores para as suas arguições. Em seguida, o candidato apresentou sua defesa. Na sequência, a Professora **LÍGIA NEGRI** retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação do candidato. Em seguida, a senhora Presidente declarou **APROVADO** o candidato, que recebeu o título de **Mestre em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**, devendo encaminhar à Coordenação em até 60 dias a versão final da dissertação. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pelo candidato. Feita em Curitiba, no dia vinte e três de julho de dois mil e quatorze.

Dr.^a Maria Cristina F. Salles Altman

Dr. Alessandro Jocelito Beccari

Ednei de Souza Leal

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFPR;

Ao programa de fomento financeiro CAPES/Reuni, sem o qual este trabalho teria sido bem mais difícil;

Aos meus queridos mestres e orientadores: Prof^ª Dr^ª Lúgia Negri e Prof. Dr. José Borges Neto, pela paciência infinita;

Aos professores da banca: Prof^ª Dr^ª Maria Cristina Salles Altman e Prof. Dr. Alessandro Jocelito Beccari, pessoas de bondade inigualável;

À minha esposa Simone Tristão e ao meu filho André, pelo tempo que lhes roubei. Pela crença de uma vida melhor. Pelos valores culturais e morais que de nós eclode;

Aos meus pais: Nei e Lair; aos meus irmãos: Elizângela; Eli, pelos conselhos; e Élcio, pelos embates científicos, e pela base cultural, base da minha vida; às minhas sobrinhas: Melissa e Maria Izabel; ao meu sobrinho-neto João Pedro;

Aos queridos amigos acadêmicos: Fábio Mesquita e Cindy Gaviolli-Prestes, por acreditarem em mim, sempre. Leticia Kollberg, Rodrigo Bueno, Denise Mazoco, Wagner Farias e Henguelbert Marcelo do Couto;

Aos meus amigos da vida: João Guilherme da Silva Filho, meu fiel irmão e anjo-da-guarda e Rafael Ivancheche;

Aos meus professores de graduação e de pós-graduação: Prof^ª Dr^ª Gesualda Rasia, Prof^ª Dr^ª Adelaide H. P. Silva, Prof^ª Dr^ª Teresa Wachowicz, Prof^ª Dr^ª Clarice Saboia de Madureira, Prof^ª Dr^ª Cláudia Mendes Campos, Prof. Dr. Luiz Arthur Pagani, Prof. Dr. Rodrigo Gonçalves, Prof. Dr. Renato Basso e Prof. Dr. Márcio Renato Guimarães.

Gostaria de dedicar este trabalho aos meus mortos. Um pedaço enorme de mim foi-se com vocês para sempre: *Lucas Leal dos Reis* (1986-2015), sobrinho-amigo amado, eterna gratidão pelos momentos infinitamente felizes, pelo parâmetro de generosidade, pela loucura da arte-vida; *Isabel Rompava Leal* (1919-1997), mãe-avó eslava, herança eterna; *José Francisco da Silva* (1966-2006), pelo ser criança; e *Marli de Paula da Silveira* (1972-2009), pelo ser bondade, respeito e amizade. Ao pedaço de suas breves vidas que vocês dedicaram amorosamente a mim.

(...) se a palavra é uma das grandes vantagens do homem, não deve ser algo menosprezível possuir toda a perfeição que convém ao homem, isto é, não apenas seu uso mas também conhecer-lhe as razões e fazer cientificamente o que os outros fazem apenas por costume.

(Arnauld e Lancelot – *Grammaire générale et raisonnée* – Port-Royal)

A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos.

(Oswald de Andrade – *Manifesto da Poesia Pau-brasil*)

como quem escreve um livro como quem faz uma viagem como quem
descer descer descer katábasis até tocar no fundo e depois subir
subir subir anábasis subir até aflorar à tona das coisas mas só as
pontas as cristas as arestas assomam topos alvos de icebergs agulhas
fagulhas por baixo é a massa cinza cetácea o grosso compacto de tudo
a moleira opaca turva onde o pé afunda malares mongóis a pele cor-demajólica
sob um gorro de peles vogais molhadas líquidas vogais escravas
pipilando ptítsas outoniça beleza ainda segura de si nos cílios ruivoclaros
quase sem mover o rosto que o queria como um filho [...]

(Haroldo de Campos – *Galáxias*)

RESUMO

Os *Serões Gramaticais* do baiano Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), cuja primeira edição é de 1890, são vistos como obra marginal dentro da gramaticografia brasileira. No entanto, procuramos mostrar nesta dissertação que os *Serões* são uma obra excepcional dentro de seus limites modelares, circunscritos à Tradição Gramatical milenar. Isso porque, além de seu tamanho descomunal (quase 800 páginas), a obra traz análises e noções bastante profundas sobre a língua, sobretudo no que concerne o Português Brasileiro. Este trabalho detém-se, sobretudo, num aspecto bastante peculiar dessa obra: seu autor expõe-nos uma dupla possibilidade de análise sintática, feito aparentemente inédito em gramáticas produzidas na língua portuguesa. Pontualmente por este aspecto, mas não somente, essa obra mereceu, nesta dissertação, uma leitura seguida de análise crítica minuciosa, tanto do seu ponto de vista histórico – fazendo desta dissertação um trabalho de Historiografia Linguística –, quanto de seu ponto de vista epistemológico, esta como o auxílio da chamada Filosofia da Linguística: a dupla possibilidade de análise sintática apresentada nos *Serões* é matéria de riquíssima profundidade teórica a ser explorada e que, esperamos, ultrapassem os limites deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: *Gramáticas Normativas do Séc. XIX; Gramaticografia em Língua Portuguesa; Filosofia da Linguística, Historiografia Linguística.*

ABSTRACT

The *Serões Gramaticais*, reading for Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), whose whose first published in 1890, are seen as marginal work within the Brazilian grammaticography. However, we try to show in this work that *Serões* is an exceptional work within their modular limits, confined to the ancient tradition Grammar. That's because in addition to its enormous size (nearly 800 pages), the book brings enough depth analysis and notions of language, particularly regarding Brazilian Portuguese. This work holds up, especially in a very peculiar aspect of this work: the author exposes us a double possibility of parsing, made apparently unprecedented in grammars produced in Portuguese. Punctually by this, but not only, this grammar earned, in this paper, one after reading detailed critical analysis both of its historical point of view - making this dissertation work of historiography linguistics - as its epistemological point of view, this as the aid of so-called Philosophy of Language: double possibility of syntactic analysis in Grammar is rich field of theoretical depth to be explored and, hopefully, exceed the limits of this work.

KEYWORDS: *Traditional Grammars for 19th Century. Grammaticography in Portuguese Language, Philosophy of Linguistics, Linguistics Historiography.*

LISTA DE FIGURAS

QUADRO 1 – ORAÇÕES SUBORDINADAS	47
QUADRO 2 – REPRESENTAÇÃO POR CONSTITUINTES IMEDIATOS	69
QUADRO 3 – A OPOSIÇÃO “MF” X “MI”	72
QUADRO 4 – ESQUEMA DA OPOSIÇÃO SINTÁTICA DE MASON	75

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
	2.1 DA HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA: ALGUMAS NOÇÕES ELEMENTARES ..	19
	2.2 FILOSOFIA DA LINGÜÍSTICA.....	22
	2.3 OUTRAS PREMISSAS SOBRE A HISTÓRIA	24
	2.4 O <i>STATUS</i> DA GRAMÁTICA.....	24
3.	CONTEXTO DE PRODUÇÃO DA OBRA	27
	3.1 BREVÍSSIMA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGÜÍSTICAS – A GRAMÁTICA	27
	3.1.2 A LINGÜÍSTICA E A GRAMÁTICA	28
	3.2 PORT-ROYAL: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO MODELO FRANCÊS (MF) NOS “SERÕES GRAMATICAIIS”	31
	3.2.1 CHARLES PETER MASON, WILLIAM DWIGHT WHITNEY; A LINGÜÍSTICA OITOCENTISTA: PRESSUPOSTOS TEÓRIC- METODOLÓGICOS DO SISTEMA INGLÊS (MI) NOS “SERÕES GRAMATICAIIS”	32
	3.3 PANORAMA HISTÓRICO EM QUE VIVEU CARNEIRO RIBEIRO	35
	3.4 O PENSAMENTO LINGÜÍSTICO DO PERÍODO	38
	3.5 O AUTOR E SUA OBRA	40
4.	APRESENTAÇÃO DE ALGUNS CAPÍTULOS DA FRASEOLOGIA NOS “SERÕES GRAMATICAIIS”	41
	4.1 INTRODUÇÃO.....	41
	4.2. INTRODUÇÃO À FRASEOLOGIA	45
	4.2.1 DO CAPÍTULO 1 – Fraseologia em geral; sintaxe e construção; proposição, oração ou sentença e seus elementos lógicos. Divisão das proposições; frase, período e seus membros	46
	4.2.2 OS DOIS MODELOS APRESENTADOS POR CARNEIRO RIBEIRO	48
	4.3.2 DO CAPÍTULO II – Dos complementos e sua divisão; apposto, compellativo ou formula vocativa; attributo superposto ou secundário; attributo do complemento. Adjunctos dos grammaticos inglezes	55
	4.2.4. DO CAPÍTULO III – Dos systemas de analyse.....	56
	4.2.5 DO CAPÍTULO XIII – Das alterações syntacticas.....	61
	4.2.5.1 MAIS ALGUMAS PALVRAS SOBRE O VERBO “HAVER”	61
	4.2.5.2 SOBRE O VERBO “FAZER”	62
	4.2.5.3 LOCUÇÃO COM O VERBO “FAZER” REPETIDO.....	62
	4.2.5.4 SOBRE O VERBO “PROMETER”	62
	4.2.5.5 DAS EXPRESSÕES “QUANTA EU” E “QUANT’EU”	62
5.	ANÁLISE geral da “Fraseologia” nos Serões Gramaticaes.....	63
	5.1. Introdução aos pressupostos nos modelos apresentados por ECR	63
	5.2. ANÁLISE POR CAPÍTULOS	67

5.2.1. DO CAPÍTULO I – Fraseologia em geral; sintaxe e construção; proposição, oração ou sentença e seus elementos lógicos. Divisão das proposições; frase, período e seus membros	69
5.2.2. Forma da Oração	70
<i>Logicamente</i> considerada, compõe-se a proposição de tres partes ou membros: sujeito, verbo e attributo; considerada, porem, <i>grammaticalmente</i> , consta de tantaspartes, quantas são as palavras que encerra. (p. 504).....	75
5.3 Do Capítulo III – Dos systemas de analyse	76
6. Considerações finais	79
REFERÊNCIAS	84

1. INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, pretendemos apresentar e, em seguida, fazer uma análise de uma gramática brasileira surgida em fins do século XIX. Trata-se da obra do baiano Ernesto Carneiro Ribeiro, *Serões Gramaticais* (*Serões Grammaticaes*, em sua grafia original) que teve sua primeira edição em 1890. No entanto, tomaremos para esta pesquisa sua 3ª edição, última revista pelo autor, de 1919. Mais precisamente observaremos uma determinada parte dessa gramática que o autor chamara de “Fraseologia” (ou *Phraseologia*, em sua grafia original, e que compõe o título desta Dissertação), e que compreende a *Sintaxe* e a *Construção*. Divisão esta apresentada por Carneiro Ribeiro, a princípio, tributária da tradição racionalista, tradição esta que produziu as chamadas “Gramáticas Filosóficas”, modelo para inúmeras gramáticas produzidas ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Os *Serões Gramaticais* são vistos como a obra gramatical mais significativa de Ernesto Carneiro Ribeiro (ECR, a partir daqui) – isso porque o autor escreveu ainda outra, a *Gramática Portuguesa Filosófica* de 1881, bem como outros trabalhos filológicos e gramaticais que não são, necessariamente, gramáticas no sentido estrito do termo ou, como veremos, do gênero “gramática”. A razão para nossa escolha se deu por alguns motivos específicos. O primeiro é que o próprio Carneiro Ribeiro teria tomado a 3ª edição dos *Serões Gramaticais* (SG, a partir daqui) como a mais bem acabada dentre suas obras gramaticais. Por outro lado, das cinco edições existentes dos SG, a terceira teria sido a última revisada pelo autor. Essa revisão da primeira para a terceira edição trouxe alterações profundas na obra, como o acréscimo textual de várias partes da gramática:

Damos hoje a lume a terceira edição dos nossos *Serões Grammaticaes*, revistos attentamente em todos os seus capitulos, augmentados e refundidos em todas as suas partes, de tal feito que constituem antes uma obra nova do que uma nova edição propriamente dita. (ECR, 1919: XIII – Introdução).¹

Segundo Morais (1989: 95): “É a maior gramática portuguesa, com quase oitocentas páginas, das quais trezentas dedicadas à sintaxe”, e ainda ressalta: “Embora seja um trabalho antiquado, sua sintaxe tem interesse para o profissional moderno. O autor compara às vezes as construções portuguesas com outras latinas e inglesas”. Possivelmente a principal mudança encetada por ECR tenha se dado justamente na *fraseologia*. Nos capítulos aqui investigados, o autor optou por deixar expostos dois modelos possíveis de análise sintática, os quais chama de “sistema francês”, em suposta oposição ao “sistema inglês”, ou como chamaremos aqui de “Modelo Inglês” e “Modelo Francês” (respectivamente MF e MI, daqui por diante).

¹Para maiores detalhes desse acréscimo, remeto o leitor a seção 4, mais precisamente à primeira parte daquela seção, onde estão expostos os índices da primeira e da terceira edições dos SG.

Pontualmente este é o aspecto que mais chama atenção quando se lê a obra, isso porque essa exposição de uma dupla possibilidade de análise é: a) pouco comum em obras dessa natureza na Língua Portuguesa, assumindo previamente que os SG são uma Gramática Normativa (doravante GN) de cunho pedagógico, tomando como base outros gramáticos contemporâneos a ECR – i.e.: Júlio Ribeiro, Maximino Maciel, João Ribeiro, entre outros – percebemos que não há outra obra – ao menos em Língua Portuguesa – que exponha dessa maneira, tanto a sintaxe como qualquer outra parte da gramática; ou seja, b) ECR possibilita ao seu leitor uma visão ampla de como as “teorias” disponíveis naquela época estariam tratando a sintaxe; e, dessa forma, c) promove uma discussão metalinguística, ao mesmo tempo amplia a visão do seu leitor, para que ele mesmo possa decidir qual modelo seria o mais adequado a suas intenções; e d) é através desses capítulos dos SG que percebemos uma mudança significativa ocorrendo no pensamento gramatical brasileiro neste período. De qualquer forma, ECR em sua gramática expõe a seu leitor uma possibilidade de visão pouco comum, pois promove, ao menos, uma possibilidade mais ampla de se descrever a língua, ao contrário de uma possibilidade única de análise sintática que geralmente permeia as chamadas gramáticas tradicionais. Não é por acaso que a época circunscrita à obra de Carneiro Ribeiro corresponde ao período das chamadas “gramáticas científicas”, segundo classificação adotada, a partir de Silvio Elia (1963 e 1975, *apud* Fávero 1998), de Fávero & Molina (2006), e de Cavaliere (2006) cujo primeiro modelo teria sido a *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro, editada em 1881. Todo este período foi fortemente influenciado pelo Positivismo europeu, no qual os gramáticos e estudiosos mesmo de outras áreas procuravam se alinhar a uma atitude mais cientificista, em detrimento de um modelo anterior, atrelado mais às especulações de cunho filosófico, ainda fortemente influenciadas pelo Racionalismo cartesiano.

Esta é nossa segunda incursão pela obra do gramático baiano. Como projeto de Iniciação Científica cotejamos as duas principais obras gramaticais do autor: a *Gramática Portuguesa Filosófica* (1881) e os *Serões Gramaticais* (1890), ambas em sua primeira edição. Antes mesmo do início do cotejo, no entanto, tínhamos a hipótese de que ambas as obras eram muito similares; em verdade, a mesma. O que mudava seria seu discurso epistemológico. De fato, parece que o autor, já em 1890, busca corrigir certa defasagem de sua obra, que ainda era fortemente inspirada pelo modelo racionalista filosófico, passando a assumir uma postura mais cientificista, assim como já haviam feito seus contemporâneos Júlio Ribeiro, Alfredo Gomes com a *Grammatica Portuguesa* (1887) e João Ribeiro com sua também *Grammatica Portuguesa* (1887). Isso porque já na Europa, e em especial na Alemanha, praticamente desde a primeira metade do século XIX, os estudos sobre a linguagem humana tomavam para si um

discurso mais cientificista por conta do modelo que ficou conhecido, a princípio, como método *histórico-comparativo*. Histórico porque via a língua como fenômeno socialmente construído através do tempo, e em consequência disso, só se poderia investigar a língua em sua progressão temporal. Comparativo porque, com a postulação de uma “língua comum”, o Proto Indo-europeu, possibilitada pela promoção aos estudos do Sânscrito, a viabilidade de se comparar línguas diferentes e descobrir suas semelhanças, muitas vezes surpreendentes, foi proposta já no final do século XVIII e investigada quase que à exaustão ao longo do século XIX. Além desse modelo teórico, surgiram outros naquele século, por essa razão adotaremos o termo genérico, *linguística oitocentista*², para nos referirmos àquele período.

Uma parte do nosso trabalho de cotejo entre as duas gramáticas supracitadas foi o de tentar mapear, na obra de ECR, influências da linguística histórico-comparativa ou mesmo de outras correntes das quais ECR tomara seus preceitos, inclusive de cunho filosófico-racionalista. Isso nos fez perceber o quanto a construção historiográfica é importante para que consigamos talvez constituir os pressupostos de nosso próprio tempo, através da investigação de teorias do passado ou, ao menos, para que possamos de alguma maneira contribuir para esta reconstrução histórica.

Nossa pretensão ao fazer esta pesquisa é também a de, ao estudar uma obra gramatical daquele período, ajudar a entender uma época definitiva não só na história dos estudos da linguagem, mas na história cultural e intelectual do Brasil. Pois é no século XIX que o Brasil tem sua emancipação política, inicialmente com a vinda da família Real portuguesa (1808) e, posteriormente, esse período de emancipação finda-se com a Abolição da Escravatura (1888) e com a ascensão da República (1889). Tal fato suscita na intelectualidade brasileira a necessidade de demarcações identitárias que têm por missão a consolidação do país como estado nacional. Não é, então, por acaso que a questão linguística tome proporções significativas. A questão da língua vernácula brasileira se reveste de importância nesse instante, e embora ainda discutida até hoje, tal questão foi muito bem documentada e, curiosamente, não teve impacto no ensino da língua portuguesa naquela altura. E diga-se, ainda hoje. Toda essa discussão aparece em vários livros relacionados com a questão da “Língua Nacional”.

Embora tal questão esteja latente nos SG, no nosso trabalho ela será tratada apenas marginalmente, isso porque o assunto fugiria ao nosso escopo, ainda que entendamos que,

² Escolhemos aqui esta expressão: “Linguística Oitocentista” porque, embora o modelo da chamada Gramática Histórico-comparativa tenha sido praticamente dominante, ao menos na primeira metade do século XIX, desse século também nasceram outras novas intuições sobre a linguagem: a geolinguística e a moderna filologia, por exemplo.

embora ainda hoje, as discussões em torno da chamada Língua Nacional sejam extremamente pertinentes, não se fazem relevantes, no entanto, para as discussões que aqui levantamos, predominantemente nos debates da metalinguagem dos SG, dentro dos parâmetros da Filosofia da Linguística.

Conseguimos, a partir das observações feitas dos SG, mapear ao menos dois modelos teóricos possivelmente antagônicos. Modelos esses que já estavam presentes em outras gramáticas contemporâneas aos SG, porém jamais juntas em uma mesma obra. Dessa forma, tomando o modelo dualista de ECR, procuraremos mostrar que suas possíveis influências vêm:

- a) do chamado “modelo francês”: muito provavelmente inspirado nos preceitos da *Gramática de Port-Royal* e também em obras que por ela foram fortemente influenciadas, da tradição conhecida como *encyclopédie*, atreladas à Condillac e sua *Grammaire du Française* de 1775, bem como outras, tais como a obra *Principes de Grammaire Générale* de Antoine-Isaac Silvestri de Sacy, editada em 1799; e certamente por gramáticas portuguesas que foram flagrantemente influenciadas pelo racionalismo, como a *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* editada em 1822, de Jerônimo Soares Barbosa, inclusive bastante citada e perceptivelmente muito influente nos SG. E, por outro lado;
- b) do chamado “modelo inglês”: que através das próprias referências fornecidas pelo autor, ou fornecidas como referências de fontes secundárias, conseguimos situar as obras gramaticais da tradição inglesa, tais como *English Grammar*, de Charles Peter Mason, editada em 1874; *The Grammar of English Grammars*, de Gould Brown, de 1853 e *Hermes: Or, A Philosophical Inquiry Concerning Language and Universal Grammar* de James Harris, editada em 1751; além de que, ECR também procura vincular essa tradição aos “gramáticos alemães” (p. 504), que poderíamos mesmo vincular aos pesquisadores histórico-comparatistas, ainda que tal associação não seja de todo perceptível na sintaxe, em outras partes da gramática, nomes como os de Friedrich Diez, Franz Bopp e August Schleicher são citados nos SG. Ainda, na perspectiva do que ECR chama de MI, encontramos uma breve, mas preciosa referência ao nome de William Dwight Whitney, eminente linguista norte-americano que, além de possuir uma gramática do sânscrito, foi uma forte influência para a tradição linguística norte-americana de modo mais amplo. ECR possivelmente lera desse autor uma de suas obras mais divulgadas, o *Essentials of English Grammar* de 1877.

De qualquer forma, numa análise mais aprofundada, buscamos mapear as bases filosóficas dessas duas tendências: a) o MF, poderia ser situado numa tradição fundamentada, principalmente, em René Descartes e em outros que levaram a cabo o projeto racionalista numa perspectiva linguística, tais como Antoine Arnauld, Silvestre de Sacy, Destutt de Tracy, Nicolas Beauzée e Charles Pinot Duclos; b) por outro lado, a tradição gramatical, e mesmo linguística, do MI, teria sido fortemente influenciada pelas ideias do empirismo inglês, bem como nas correntes advindas do Positivismo do século XIX. Enquanto a primeira corrente admitia uma “língua universal”, produzida pelas aptidões inatas do ser humano; esta outra não se fiava num modelo de língua absolutamente inato, e via a língua mais como um produto da percepção humana, social, portanto; embora não negasse de todo um inatismo bastante elementar. Alguns críticos dirão que os filósofos racionalistas tomavam a noção de inatismo como pressuposto básico, resolvendo assim problemas epistemológicos elementares, como o da própria aquisição da linguagem. Por outro lado, os Empiristas viam no inatismo absoluto uma maneira velada de resolver problemas metafísicos elementares de uma forma grosseira e simplificada. Por isso, para os Empiristas, uma sentença como “João corre”, por exemplo, é simplesmente uma estrutura com seus “termos essenciais” perfeitamente funcional; isso porque não há necessariamente um aparato mental para que tal estrutura seja gerada na mente dos falantes, *a priori*. Já para os Racionalistas, a mesma sentença deveria necessariamente “reduzir-se” a uma estrutura “copular”: “João corre” é o mesmo que dizer “João é corredor”, sendo assim toda e qualquer estrutura do enunciado é composta por, pelo menos, três partes constitutivas básicas: “sujeito, verbo (ou cópula) e atributo”. Com efeito, uma oração, que neste caso é a expressão de um juízo ou pensamento, reflete diretamente a linguagem da nossa mente, o que nos SG ECR chama de *Construção*. Dado isso, tem-se que os Racionalistas buscavam a resposta para uma Gramática Universal, que também era uma noção cara aos linguistas oitocentistas. A estes, no entanto, a linguagem humana não era, *a priori*, a linguagem da mente, mas sim definidora de diversos aspectos de um indivíduo em dada sociedade, o que nos autorizaria a dizer que, de certa forma, a nossa linguagem define certos critérios culturais, como o idioma e a nacionalidade.

No Brasil, nota-se que o MF, através de estudiosos portugueses, e também via franceses, foi predominante num primeiro momento de nossa gramaticografia, possivelmente entre 1806, edição da *Epitome da Grammatica Portugueza*, de Moraes Silva; a 1881 com a Gramática de Júlio Ribeiro. Já o MI, foi influente em poucas gramáticas naquela primeira fase (1806-1881) – diga-se de passagem, possivelmente em nenhuma, ao menos naquelas que consultamos –, mas parece ter sido predominante a partir do final do século XIX.

Posteriormente, a Norma Gramatical Brasileira (NGB) de 1959 parece ter adotado a nomenclatura exposta no MI. De qualquer forma, notamos que a partir da fase das “gramáticas científicas”, houve um deslocamento das referências, que outrora eram exclusivamente retiradas das gramáticas portuguesas ou, quando muito, das francesas. A partir de 1881, ao que tudo indica, os autores privilegiam uma visão mais ampla, lendo não apenas os clássicos gramaticais da língua portuguesa e francesa, mas também entrando em contato com obras gramaticais e teóricas de outras culturas, europeias principalmente. No caso do nosso autor, sabemos – novamente, através de suas referências – que ele se baseia também em gramáticas inglesas e mesmo em teóricos alemães, os maiores promotores do chamado método histórico-comparativo, método este que influenciaria fortemente, pelo menos até a década de 40 do século XX, toda uma geração de gramáticos: Eduardo Carlos Pereira e sua *Gramática Expositiva* de 1907; Said Ali e sua *Gramática Elementar da Língua Portuguesa* de 1923 e *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* de 1931; e Rocha Lima com sua *Gramática Normativa* de 1947.

Dadas tais abordagens, nosso *corpus* se apresenta então da seguinte forma: os *Serões Gramaticais*, que até a sua terceira edição de 1919, última revista pelo autor, ganhou algo em torno de quinhentas páginas em relação às edições anteriores: de 350 páginas da 1ª edição a 780 páginas da 3ª edição. Desta obra, trataremos de alguns de seus capítulos dedicados à sintaxe, especificamente os capítulos 1, 2, 3 e 13, pois são nesses capítulos que o autor deixa mais explícitas suas análises contrastivas entre os chamados “modelo francês” e “modelo inglês”: proposta principal deste trabalho. Nossa análise será feita em dois níveis: o historiográfico e o analítico-linguístico, este último tem a intenção de promover um debate epistemológico, com auxílio da Filosofia da Linguística. Em todo caso, a dissertação precisou então ser construída com a ajuda de mais duas partes, um breve contexto histórico e uma análise dos pressupostos teóricos oriundos dos estudos sobre a linguagem. A primeira com o auxílio da historiografia, a segunda da Filosofia da Linguística. Portanto, nossa dissertação pretende ser construída em quatro seções: a primeira em que expomos nossas bases teóricas e metodológicas; a segunda em que faremos uma breve e necessária digressão histórica dos estudos da linguagem, obviamente com vistas à gramática; a terceira, onde pretendemos apresentar de forma mais detalhada nosso *corpus*, os *Serões Gramaticais*, procurando nessa mapear algumas influências sofridas por ECR ao longo de sua formação, e que influenciariam na confecção de sua gramática maior; a quarta, em que procuramos fazer uma avaliação crítica dos *Serões Gramaticais*. A essas seções somam-se a Introdução e as Considerações

Finais. Ainda, é importante que se registre aqui que, quando houver citações, iremos obedecer à ortografia vigente de 1919, ano de edição da obra.

No tocante à história das ideias linguísticas, retomaremos, ainda que de maneira breve, os fins do século XVII, para que possamos compreender os processos formadores de toda uma tradição da obra aqui estudada; bem como, de certo modo, da tradição gramatical, de aproximadamente 2.600 anos, que vem desembocar justamente no século XIX. Já no que concerne à história das ideias linguísticas na tradição em língua portuguesa e seu contexto de produção, ainda que brevemente, recuperaremos algumas intuições dos preceitos encetados no século XVIII, isso porque foi nesse século que chegou a Portugal a Ilustração, esta que fora a precursora de muitas das intuições que ainda hoje são delineadas em manuais pedagógicos:

As “Luzes” se identificam, no sentido filosófico do termo, com o desenvolvimento, a partir de meados do século, de um pensamento simultaneamente empirista e racionalista cujos antecedentes são diversos, mas cuja forma positiva está muito distanciada do aspecto de doutrina admitida por um grupo numeroso de adeptos. Cada um dos participantes do movimento das “Luzes” julga dar uma contribuição decisiva; daí não faltarem os contrastes e as contradições. (FRANCASTEL, P. *L'esthétique des Lumières*. apub FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. Editora Ática: São Paulo, 1986)

Quanto à fundamentação teórica, nosso trabalho foi basicamente construído por leituras extensivas tanto do *corpus*, quanto de outras obras gramaticais e de outros textos teóricos sobre gramáticas ou sobre o período em questão.

Além dessas leituras, foi essencial a avaliação crítica desses textos teóricos e, sobretudo, as leituras críticas e atentas dos próprios compêndios gramaticais. Para a parte concernente à Historiografia Linguística, ao nosso modelo teórico aqui empregado, selecionamos como base alguns textos de Konrad Koerner e Pierre Swiggers e para a Filosofia da Linguística, José Borges Neto e Sylvian Auroux. Nesse sentido, assumimos como preceito teórico básico o fato de que os compêndios gramaticais são “tecnologias” que procuram, ao longo dos séculos, formular teorias e leis que buscam entender, descrever e explicar a linguagem humana. E, por outro lado, essas mesmas Gramáticas Normativas (GN, a partir daqui) representam uma espécie de responsório em que se acumulam diversos saberes advindos tanto da filosofia quanto, em menor escala, da ciência da linguagem.

Auxiliados, por um lado, pela Filosofia da Linguística: é ela que nos ajudará a examinar de maneira imparcial nosso *corpus*; e, por outro lado, para apreendermos de maneira mais acertada nosso objeto, circunscrevendo-o no contexto social, político e histórico ao qual ele pertence, assumiremos as posturas previstas no campo da Historiografia Linguística, pois

é esta área de estudo, que através de seus princípios, irá nos auxiliar na imparcialidade e na acertada depreensão de nosso *corpus*, conforme exposto na seção dois desta dissertação.

Após nosso mapeamento teórico-metodológico, nossa pretensão é que esta dissertação sirva de subsídio para eventuais discussões epistemológicas. Embora, também arrisquemos em dizer, que como Carneiro Ribeiro não tinha subsídios teóricos claros, ou seja, um pensamento gramatical mais consolidado (como teriam, por exemplo, gramáticos posteriores, como Eduardo Carlos Pereira a partir das duas primeiras décadas do século XX), a diferença que o gramático baiano percebera entre os dois modelos teóricos era apenas notacional, conforme discutiremos na conclusão desta dissertação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo iremos, de maneira sucinta, expor nossos fundamentos teóricos que, conforme já citado, deve dar conta da multiplicidade de nosso trabalho. Esta discussão, ao expor os preceitos metodológicos utilizados por ECR em seus SG, deve ser embasada segundo os preceitos da Filosofia da Linguística, e seu resultado exposto nas seções 3 e 4 desta Dissertação. Enquanto a contraparte histórica, que nos serve como aparato de toda a discussão, está exposta na seção 3.

Da contraparte historiográfica nos valem da chamada *Historiografia Linguística* que se baseia em princípios advindos da chamada “Nova História”, bem como de princípios e noções advindos da chamada *Filosofia da Ciência*, sobretudo do trabalho de Thomas Kuhn. Dessa vertente, tomaremos principalmente dos trabalhos de Koerner & Asher (1995), e Swiggers (2009). Esses autores têm contribuído desde os anos de 1970 para com a então nascente *Historiografia Linguística*. Para tanto, exporemos aqui algumas de suas noções básicas.

Da contraparte epistemológica, associada diretamente às investigações da *Filosofia da Linguística*, tomaremos como exemplo uma escola que também surge nos anos de 1970, sobretudo na França, principalmente através dos trabalhos de Sylvain Auroux (1998). É justamente deste autor que tomaremos algumas das intuições mais relevantes no tocante à epistemologia do nosso trabalho. E estritamente no campo *Filosofia da Linguística*, ramo da chamada *Filosofia da Ciência*, tomaremos como principal guia os trabalhos de José Borges Neto (2003, 2009 e 2012).

Naquilo que concerne à *História da Linguística*, tomamos como parâmetro vários manuais largamente divulgados sobre o assunto, tais como: Mounin 1970, Robins 1979 e Pedersen 1962 [1932], bem como trabalhos historiográficos mais específicos, tais como Moura Neves 2006, Mattos e Silva 1986 e Beccari 2013.

Ademais, auxiliando-nos conquanto à História, em específico à História do Brasil, tomamos como parâmetro principalmente Bóris Fausto 2000, Sérgio Buarque de Hollanda 2006 e Darcy Ribeiro 1995.

2.1 DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA: ALGUMAS NOÇÕES ELEMENTARES

Conforme já timidamente introduzidas na seção inicial deste capítulo, procuraremos aqui apresentar algumas noções bastante elementares, sobretudo das ideias encetadas em manuais de dois teóricos da vertente da Historiografia Linguística: Konrad Koerner e Pierre Swiggers, dois dos maiores expoentes dessa corrente de estudos.

Um dos preceitos fundamentais tomado aqui como obra de fundamentação teórica para este trabalho é a coletânea *Concise History of the Language Science* de 1995, organizada por Koerner e Asher. Dessa obra tomaremos alguns conceitos basilares, os quais exporemos a seguir. Mais detidamente, iremos tomar como base de parte de nosso trabalho um capítulo dessa obra, em que o alemão Konrad Koerner procura estabelecer as bases da Historiografia Linguística.

A primeira noção que, segundo Koerner, deve nortear o trabalho de um historiógrafo da linguística é a de “continuidade / descontinuidade”. Tal noção está ligada às noções de ‘estabilidade’ versus ‘revolução’. Esta revolução, no sentido que é atribuída por Thomas Kuhn, diz respeito a momentos determinados na história das ciências como aqueles em que um dado paradigma científico estaria estagnado (estabilidade), pois todas as suas teorias seriam bem aceitas e, sem embates aparentes. Por outro lado, havendo teorias conflitantes que sejam capazes de falsear o então modelo teórico dominante, há “revolução”. No que tange à Historiografia Linguística, Koerner preferirá adaptar as noções kuhnianas em ‘continuidade’ quando há estabilidade de dado modelo teórico; e ‘descontinuidade’ quando tal modelo teórico estabelecido é refutado, mas não necessariamente abandonado de todo. A exemplo da dicotomia ‘continuidade / descontinuidade’ poderíamos citar as bases teóricas lançadas com o advento do modelo gramatical inaugurado pela *Grammaire* de Port-Royal. No século XVII, as gramáticas eram regidas por um modelo teórico que privilegiava uma sintaxe de base estilística, com vistas, principalmente, à análise literária. Os sábios de Port-Royal, em 1660, retomam a sintaxe de base lógica, tal como haviam feito os filósofos modistas até, pelo menos, o final do século XIII. Além disso, esses teóricos vinculam os preceitos da lógica a todas as línguas do mundo, retomando um antigo conceito medieval, de que toda e qualquer língua humana resguarda aspetos em comum. Ou seja, a *Grammaire* inaugura um novo modelo gramatical que seria amplamente seguido pela tradição gramatical. Aliás, no tocante às inovações sintáticas de uma gramática de cunho pedagógico, o modelo encetado por Port-Royal ainda influencia, de certo modo, as atuais gramáticas escolares. Tal movimento na

história caracteriza precisamente a noção de ‘descontinuidade’ num quadro teórico já bem estabelecido previamente, o das Gramáticas Humanistas, que representavam, dentro desse esquema geral, uma posição de ‘continuidade’. Ou seja, enquanto as gramáticas humanistas se ocupavam em descrever os fatos da língua, a ruptura representada pela *Grammaire* procura demonstrar racionalmente que existem universais linguísticos. Para além do plano pedagógico, os sábios de Port-Royal procuram contribuir filosoficamente com algumas noções de cunho mais teórico, e não procuram apenas produzir mais um manual escolar, imitando os antigos preceitos largamente expostos na tradição gramatical Greco-romana. Notar-se-á, ao longo das próximas seções, que o pensamento racionalista encetado por Port-Royal foi de enorme influência sobre as obras de Carneiro Ribeiro.

Outra noção bastante importante para os trabalhos historiográficos no campo dos estudos sobre a linguagem é aquela que toca as metalinguagens usadas em tais ou quais programas científicos ou investigativos. A chamada “adequação da metalinguagem” que consiste em fazer uma espécie de adaptação de noções teóricas anteriormente utilizadas e que já caíram em desuso, ou com as quais o leitor contemporâneo já não tem mais contato. Tal noção é dividida por Koerner (1995) em três, por ele designadas como:

- a) ‘clima de opinião’, consiste em perceber tudo aquilo que circunda o contexto de produção do material estudado o que, no nosso estudo em particular, poderíamos citar como exemplo de ‘clima de opinião’ o contexto educacional brasileiro após as reformas pedagógicas promovidas principalmente após 1877, fato que promove uma demanda por gramáticas de cunho pedagógico, o que pode explicar a elevada produção desse tipo de material até, pelo menos, as três primeiras décadas do século XX, isso porque para Koerner: “Linguistics ideas have never developed independently of other intellectual currents of time [...]” (KOERNER; ASHER, 1995: 14);
- b) ‘princípio da imanência’, que segundo o autor, diz respeito a uma espécie de ‘adaptação’ dos princípios advindos de outras épocas à época contemporânea, ou como “abstração” do conhecimento da época estudada ao transplantá-lo para os dias atuais sem, contudo, distorcer os preceitos encetados por aquele conhecimento. Dessa forma, faz-se necessário perceber as eventuais limitações dos conhecimentos passados diante do conhecimento atual sem, contudo, fazer julgamento de valor;
- c) Finalmente, após estes dois procedimentos, o *corpus* estudado estaria apto ao chamado ‘princípio de adequação’, cujas noções outrora transplantadas para uma

metalinguagem atual não afetariam o seu devido valor histórico. De todo modo, este último preceito acerca das metalinguagens diz respeito à moderação que se deve tomar enquanto se investiga um documento antigo. Procuramos seguir tais preceitos, sobretudo, na seção quatro.

Seja como for, desses dois últimos preceitos, podemos apontar em nosso trabalho inteiramente na seção três e em boa parte da seção quatro.

A seguir, discutiremos, também brevemente, outro conceito caro à Historiografia Linguística, trata-se da noção de 'argumento de influência'. Tal noção é fundamental para um trabalho de historiografia, isso porque diz respeito às adequações cronológicas e teóricas associadas. Ou seja, segundo esse princípio, evitam-se certos anacronismos associados a 'antecipações' de preceitos teóricos:

[...] the pitfalls of the careless use of the argument from 'influence' can be illustrated with reference to considerable number of recent supposedly historical accounts. Perhaps all too frequently in modern linguistics proposals of phonological or syntactic analysis have to make claims of originality to be taken note of, leading detractors to point to antecedents, actual or hypothesized, in attempt to invalidate such linguistic. (KOERNER ; ASHER, 1995:14).

Note-se que graças a esta noção, evitamos alguns abusos de natureza anacrônica, tais como atribuir certas intuições contemporâneas a preceitos outrora utilizados por antigos modelos teóricos. Autorizados por este preceito, fazemos aqui algumas associações entre os metatermos e as noções apresentados nos SG, na gramática de Soares Barbosa, por exemplo, e as intuições adotadas já no século XX, sob a tutela da Gramática Gerativa Transformacional. Seja como for, fica evidente neste trabalho que não se pode fazer correspondências precipitadas entre teorias e noções outrora utilizadas, associando essas com noções contemporâneas, isso porque deve-se levar em consideração os princípios acima citados. Também deve-se levar em consideração o fato de que uma obra como os SG foi escrita num momento específico, e num contexto específico. Por essa razão, as associações que fazemos aqui com noções atuais são meramente elucidativas.

Outro teórico importante no meio da Historiografia Linguística cujos preceitos serviram para embasar este trabalho é o belga Pierre Swiggers. Este teórico toma a linguística como um *corpus* de conhecimento global, que toca tanto o campo da antropologia quanto da história. Já a historiografia, para o autor, é um campo multidisciplinar que envolve diferentes facetas: a faceta da “prosografia” (biografia dos autores); a de documentação bio-bibliográfica, o que ele chama de ‘epihistoriografia’; isso associado a uma descrição (analítica

e sintética) combinada com a interpretação do historiógrafo. Todas essas noções estão presentes em nosso trabalho nas seções três e quatro.

Swiggers admite que a tarefa do historiógrafo da linguística difere da do simples historiador da linguística. Enquanto este se ocupa em recontar fatos cronológicos, aquele ocupa-se de debatê-los minuciosamente, inclusive com vistas às discussões epistemológicas: “La tarea del historiógrafo de la lingüística se puede definir así: se trata de describir, interpretar y explicar (segmentos de) la historia de la lingüística.” (Swiggers, 2006: 4), o que torna a tarefa da Historiografia Linguística complexa:

Es precisamente esa complejidad la que explica por qué el campo de la historia de la lingüística es un campo interdisciplinario, compartido con la filosofía del lenguaje (cf. Hacking 1975; Bunge 1984), la retórica, la lógica (dialéctica), la psicología, la antropología, la sociología, la teología (y la historia de cada una de estas). (SWIGGERS, 2006: 3).

De fato, a tarefa do historiógrafo envolve diversos conhecimentos, e seu trabalho, portanto, deve lidar com diversos aspectos da linguagem, e não somente da linguagem, mas da história e da filosofia principalmente.

2.2 FILOSOFIA DA LINGÜÍSTICA

É concordante entre os dois autores aqui tomados como basilares para o nosso trabalho – ou seja, José Borges Neto e Sylvain Auroux – que a Filosofia da Linguística é “(...) um ramo da *Filosofia da Ciência* voltado especificamente à Linguística.” (Borges Neto, 1999: 1). Por sua vez, a Filosofia da Ciência é a investigação que “(...) toma por objeto os sistemas conceituais desenvolvidos pelos cientistas (...)” (Katz, 1966, *apud* Auroux, 1998: 179).

A preocupação de Auroux é o estudo da linguagem sobre o domínio tecnológico promovido pelo homem. A esse autor interessam dois saberes do homem sobre a linguagem que ele chama de “revolução”. A primeira revolução teria sido a invenção da escrita, e a segunda, a criação da gramática. Segundo Auroux, essas “tecnologias” sobre a linguagem somente foram viáveis porque o homem desenvolveu dois tipos de conhecimento linguístico. Um primeiro que ele chama de conhecimento “epilinguístico”, e que se define pela intuição do falante sobre a linguagem. Para Auroux, esse conhecimento proporcionaria ao falante, entendimentos mais aprofundados sobre sua língua, tais como o manejo de contradições, ironias e piadas. O segundo conhecimento basilar sobre a língua, Auroux chamara de “metalinguístico”. Esse tipo de conhecimento, mais reflexivo do que o “epilinguístico”, forneceria subsídios para a confecção de gramáticas.

Segundo esse linguista, ainda, a gramática, embora tenha mudado seu foco, serviu na maior parte de sua história ao chamado “conhecimento positivo”. Essa noção em Auroux corresponde a um tipo de conhecimento imediatamente ou quase imediatamente aplicado a algum fim prático, à educação, por exemplo. Nesse particular, é interessante observar que nem a chamada gramática filosófica, e nem as chamadas gramáticas históricas ou comparadas produzem um tipo de conhecimento *positivo*, ou seja, elas não servem propriamente a fins pedagógicos, mas antes servem para disseminar um tipo de conhecimento específico – e nesse sentido, diríamos aqui, popperiano, refutável – que demonstra uma dada hipótese sobre a linguagem humana:

Há uma diferença de cunho teórico considerável entre esse tipo de disciplina e a gramática tradicional: nem a gramática geral nem a gramática comparada apresentam diretamente objetivos práticos, elas procuram produzir enunciados empíricos, quer dizer, verificáveis e falseáveis [...] (Auroux, 1998: 137).

Dessa forma, tanto para Auroux, quanto à Filosofia da Linguística “Trata-se de aplicar a reflexão às ciências da linguagem consideradas em sua positividade.” (Auroux, 1998: 325). Assim, o território da Filosofia da Linguística é ocupado pelas seguintes matérias: 1) a ontologia das ciências da linguagem; 2) o fundamento das ciências da linguagem; 3) o funcionamento das ciências da linguagem e modelização de seu desenvolvimento histórico. E ainda, diferentemente das investigações filosóficas e da construção histórica – tais como aquelas encetadas por Robins, Monin etc – o modelo adotado por Auroux prima “Por questões concernentes ao fundamento das disciplinas, não se deve entender a problemática filosófica do fundamento, mas a clarificação reflexiva de conceitos [...]” (Auroux, 1998: 326).

Dos vários conceitos e contribuições de Borges Neto, tomaremos principalmente duas de suas noções para fundamentar este trabalho. O primeiro deles – e que será retomado adiante com mais vagar – é a noção de que a gramática é um tipo de gênero textual (Borges Neto 2012). Outra noção que aqui servirá como base de nossa argumentação – e também será retomada mais adiante – é aquela apresentada em Borges Neto & Dascal, *In* Borges Neto 2000, concernente a uma visão mais ampla do que seja ciência. Para esses autores, há em todo ramo da ciência – e evidentemente na Linguística não seria diferente – a distinção entre *objeto observacional* e *objeto teórico*, em que o objeto “no mundo” pode ser exatamente o mesmo, no entanto, o objeto recortado por determinada teoria seja diferente. Aplicando essa noção a nosso objeto de pesquisa no presente trabalho, temos que ambos os sistemas (MI e MF) investigam o mesmo *objeto observacional*, i.e., as sentenças ou orações da língua; no entanto, o que difere justamente é seu *objeto teórico*. Enquanto que para o Modelo Francês a

“proposição” é uma espécie de “tradução” da linguagem da mente, para o Modelo Inglês isso não é necessariamente verdadeiro, ou seja, para o MI, a língua e a linguagem da mente são distintas, sendo então que seu *objeto observacional* são as sentenças enquanto usadas no mundo, na “linguagem ordinária”³. Nesse particular, iremos adiante procurar apontar que o gramático aqui estudado, ainda que o tenha feito aparentemente de forma intuitiva, aponte para o mesmo resultado. Ou seja, ECR ao apresentar dois modelos distintos de Análise Sintática, aponta para um mesmo *objeto observacional* visto de diferentes formas por diferentes teorias.

2.3 OUTRAS PREMISSAS SOBRE A HISTÓRIA

No tocante à História *strictu sensu*, tomamos como exemplar as obras e, por conseguinte, as propostas do historiador italiano Carlo Ginzburg que em sua largamente disseminada obra, *Queijos e Vermes* de 1976, faz um recorte histórico de um período sob as lentes de um personagem anônimo. Nesta obra, Ginzburg investiga documentos jurídicos da condenação de um homem simples, Domenico Scandella, promovida pela Inquisição. Tal investigação serviu para mostrar aspectos ainda pouco conhecidos de uma sociedade em um determinado momento histórico. A escola preconizada por Ginzburg ficou conhecida como “micro-história”. De certa forma, o que fazemos aqui é bastante similar: tomamos a obra de um determinado gramático, o baiano Ernesto Carneiro Ribeiro, para mostrar aspectos teóricos e metodológicos que ficaram patentes num determinado momento na gramaticografia brasileira.

Ademais, nosso trabalho definitivo se deu através das leituras criteriosas em comparação a diversos materiais de cunho linguístico, historiográfico, filológico e filosófico, sobretudo nossas leituras atentas às diversas gramáticas em língua portuguesa, inglesa e francesa, conforme atestadas na bibliografia

2.4 O STATUS DA GRAMÁTICA

Esta seção se disporá a discutir mais detidamente o *status* do tradicional compêndio a que os gregos já desde I a.C. deram o nome de *Gramática*. Por um lado tomaremos as noções de Aurox (1998), nesse sentido, admitiremos assim como o teórico francês, que a Gramática é uma espécie de tecnologia, e que ela, como tal, mudou o rumo de diversos aspectos da vida humana. Por outro lado, tomaremos a noção de Borges Neto 2012, para quem a Gramática é, sobretudo, um “gênero textual” que se apresenta mais ou menos estável e fiel ao seu conteúdo

³ Embora tenhamos nos apropriado deste termo: “linguagem ordinária”, ela não tem aqui o mesmo valor atribuído à chamada Filosofia da Linguagem, sobretudo à ligado ao círculo inglês do início do século XX.

há milênios. Enquanto “tecnologia”, a gramática cumpre a função basilar do pensar sobre a própria língua, além de sua vocação pedagógica. Já como “gênero”, a gramática é conectada a uma tradição quase monolítica sobre o desenvolvimento do pensamento linguístico.

Para Auroux, o surgimento da gramática promoveu uma verdadeira revolução, apenas equiparável ao surgimento da escrita, e também promoveu uma mudança significativa no que concerne à educação, isso porque, ao sistematizar a língua, a percepção dos falantes aguça-se na medida em que as regras gramaticais são apreendidas, amplia-se o conhecimento do falante. Nesse sentido, a gramática é um dos compêndios mais relevantes na história da humanidade.

Por outro lado, para Borges Neto 2012, a gramática é um “gênero” razoavelmente bem delineado desde seus primórdios no século I a.C., isso porque, desde aquele instante ela lança as bases definitivas dos estudos sobre a linguagem e, de certo modo, permanece até hoje. Se tomarmos noções que hoje são tidas como a própria realidade linguística, tais como as noções de classes de palavras, nota-se que mesmo nos mais modernos manuais de linguística é patente o uso de termos como “substantivo” e “verbo”, quando não raro, tais manuais ainda apresentam praticamente as mesmas noções elementares, exatamente como fizeram Dionísio ou Apolônio.

Ademais, vemos a gramática como um gênero, mas um gênero relativamente aberto a novos preceitos advindos dos mais diversos meios de obtenção de conhecimento. A exemplo disso nota-se que em Cunha & Cintra 1985, a sintaxe é atomizada por um modelo de constituintes imediatos, ainda que essa metalinguagem utilizada na *Gramática do Português Contemporâneo* se coloque de maneira bastante enviesada. Ora, se se usa o modelo de constituintes imediatos, numa metalinguagem traduzida como diagrama arbóreo, tal como se fez na primeira versão da Gramática Gerativa Transformacional (1957 e 1964), as noções de “sujeito”, “predicado”, “objeto”, tal como anotada pelos autores, perde todo seu sentido. Ainda que a GT incorpore esses conhecimentos de fora de sua tradição, não em raras vezes faz de maneira incoerente, acarretando aquilo que Perini 1987 chamara de “inconsistência teórica”:

Se tivesse que apontar a grande falha fundamental da nossa tradição gramatical, eu escolheria justamente essa: a ausência de conscientização adequada do importe teórico das afirmações que constituem a gramática. (Perini, 1989: 13).

Nesse sentido, o que se faz ainda hoje na maior parte das chamadas “ciências da linguagem” é a “naturalização”⁴ das noções milenarmente lançadas pela tradição gramatical.

⁴Para maiores detalhes sobre “naturalização” da gramática, ver Borges Neto: 2013.

Obviamente que a obra de nosso autor, Carneiro Ribeiro, sendo uma gramática, não foge a nenhuma das noções acima expostas. Apontaremos nas duas últimas seções desta dissertação de que forma o autor dos *Serões* é inconsistente em suas escolhas teóricas. Por outro lado, procuraremos também mostrar que dentro dos limites da tradição gramatical, ECR foi singular com sua obra.

3. CONTEXTO DE PRODUÇÃO DA OBRA

Nesta seção faremos uma ligeira e necessária digressão acerca da história da gramática, circunscrita, como não poderia deixar de ser, aos estudos gerais sobre a linguagem, com vistas obviamente aos *Serões Gramaticais*. Dessa forma, nosso apanhado histórico aqui limitar-se-á apenas ao período que concerne às três primeiras edições dos *Serões Gramaticais*, o quanto isso for possível, e procuraremos, de maneira brevíssima, e quando oportuno, referenciar autores e obras mencionados por ECR em suas obras.

Tanto a tradição Racionalista, quanto a Positivista trabalham com a língua (seja inglesa, portuguesa etc) em comparação a outra. A diferença é que nas Gramáticas Racionalistas, a língua vernácula será usada para, de certa forma, mostrar que todas as línguas mantêm um mesmo padrão, modernamente chamada de “gramática universal”. No caso da *Gramática de Port-Royal*, há enorme preocupação didático-pedagógica; o que Aroux chama de conhecimento positivo. Já para tradição Positivista, representada pela aqui denominada *linguística oitocentista*, sobretudo pelo método histórico-comparativo, compara línguas de forma empírica. Ou seja, já não tem uma preocupação didática, mas teórico-científica. E é essa aura de cientificidade, própria da era Positivista, que vai levar os gramáticos do XIX a comparar, ainda que de modo tímido, as línguas; gerando mesmo breves discussões e, por que não, desenvolvimentos teóricos nas GNs.

3.1 BREVÍSSIMA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS – A GRAMÁTICA

Ao retomarmos brevemente a história do pensamento linguístico no ocidente, também procuraremos vínculos que estejam ligados à obra gramatical de Carneiro Ribeiro. É por essa razão que ao delinear a história do pensamento linguístico, ora daremos mais ênfase à sintaxe – assunto de interesse central para os argumentos desta dissertação –, ora daremos ênfase aos nomes de diversos estudiosos da linguagem recolhidos através das citações fornecidas pelo próprio ECR, da nossa leitura integral de sua obra gramatical. Com efeito, a já tão recontada história do pensamento linguístico ocidental, faz-se aqui não por mera repetição dos inúmeros compêndios publicados sobre o assunto, mas antes para servir de aparato às nossas intenções. De qualquer forma, o recorte aqui privilegiado deve contribuir de alguma maneira para o período circunscrito aos *Serões Gramaticais*, deve servir, portanto, de aparato às nossas intenções estritamente. Pretendemos, dessa forma, justificar o título desta dissertação, ao mapearmos as possíveis influências que levariam ECR a confeccionar suas gramáticas, bem como seus outros trabalhos gramaticais (i.e., *Ligeiras Observações ao*

Código Civil brasileiro; Origem e Filiação da Língua Portuguesa; Da Crase em Português; Elementos de Gramática e a sua Tréplica). Trabalho este, aliás, vastíssimo e, como procuraremos aqui registrar, salvo suas limitações contextuais, de grande valor, e que merece por seu feito, ser colocado ao lado de tantas outras obras da mesma natureza nesse período, como já o dissemos, de extrema importância para a formação cultural do Brasil, especialmente no que tange aos assuntos concernentes à língua portuguesa.

3.1.2 A LINGUÍSTICA E A GRAMÁTICA

Foram os Sofistas, por volta de 500 a.C. a legar ao Ocidente as primeiras reflexões acerca da linguagem humana. Posteriormente o filósofo Platão, supostamente influenciado por seu mestre, Sócrates, escreve em forma de diálogo sua obra *Crátilo*. Nela, debate-se uma questão que, de certa forma, ainda é pertinente: se a língua seria de natureza arbitrária, ou se as palavras teriam alguma relação com o mundo. É também de Platão que herdamos a noção primitiva de “partes do discurso”: *ónoma* e *rhéma*, que seriam entendidos hoje, grosseiramente, como *sujeito* e *predicado* de uma oração.

Um pouco mais tarde, cerca de IV a.C., Aristóteles, que viria a se tornar a base de todo o pensamento sistematizado no ocidente, alargou as noções de “partes do discurso”, incluindo além de nomes e verbos, aquelas palavras que não eram nenhuma e nem outra, chamando-as de “Syndesmos”, que equivaleria às palavras ligantes. Para além dessa noção, Aristóteles postulou uma série de distinções que perdura ainda hoje, as chamadas “*categorias aristotélicas*”. É dessas categorias que os futuros gramáticos irão se valer para postular as *classes de palavras* ou, *partes do discurso*. São elas: *substância* ou *essência*; o *quanto*; o *qual*; o *relativamente a quê*; o *onde*; o *quando*; o *estar em posição*; o *estar em estado*; o *fazer*; o *sofrer*. Estabelecidas essas categorias, Aristóteles ainda consegue distinguir o que seja *proposição*, que para ele é aquilo que afirma ou nega um predicado ao sujeito. Percebe-se aqui que já estava delineada a base lexicológica e, de certa forma, a base sintática da chamada gramática tradicional.

Por volta do século III a.C. surgem os estoicos, que acreditavam poder alcançar a verdade através da razão. Alargaram alguns conceitos aristotélicos como, por exemplo o de *syndesmos*, subdividindo-o em dois, que hoje conhecemos como *conjunção* e *preposição*. Foram inspiração direta para os chamados *filólogos alexandrinos*. Aqui efetivamente se tem uma mudança de foco nos estudos sobre a linguagem com o surgimento do que parece ter sido nossa primeira gramática, no século II a.C., a *Téchné grammatiké* de Dionísio da Trácia. A gramática, agora sistematizada, serve como ferramenta de análise literária. Esta gramática,

como se sabe, ao se propor a analisar uma língua literária, já bastante antiga, afastada da linguagem falada da época, toma como modelo de língua o grego homérico. Essa atitude de ideal linguístico permanece na tradição gramatical, ainda que tenha tomado proporções mais sérias apenas no século XVIII.

Os tópicos tratados pela nossa primeira gramática normativa, a *Téchné* de Dionísio, perdura ainda hoje: a língua como ideal, dando assim ensejo para critérios valorativos. Ainda dentro da tradição alexandrina, no século I a.C., foi provavelmente Apolônio Díscolo o primeiro a incluir uma *sintaxe* em sua obra gramatical. Desde então, a sintaxe é parte integrante da GN.

Enquanto seu antecessor, Dionísio, estava apenas preocupado em estabelecer paradigmas, talvez por essa razão não se tivesse um estudo aprofundado sobre a relação das palavras entre si, Apolônio foi provavelmente o primeiro a perceber que “[...] os casos não designam formas, e sim relações sintáticas. Assim, o caso reto é o que está “ordenado”, ou está em “ordem coincidente” com a pessoa verbal (Bécares Botas 1987, p. IV, 46, *Apud* Castilho 1994), codificado na gramática pela “[...] concordância do verbo com seu sujeito, ao passo que o caso oblíquo é o “desviado”, aquele que não é coincidente com a pessoa do verbo (...)” (op. cit., p. IV,18). É flagrantemente indissociável a influência de Apolônio para a tradição gramatical do ocidente ainda hoje.

Posteriormente, por volta do século V d.C. surgem dois gramáticos que seriam a base dos estudos sobre a linguagem humana ao longo de praticamente toda a Idade Média. São eles Donato, que seria o primeiro a descrever os sons do latim em comparação com os sons do grego; e Prisciano, quem nos legou a primeira sintaxe conhecida da língua latina.

Prisciano, de certa forma, refinaria as teorias sintáticas de Apolônio em seu *Institutionum grammaticarum* (c. Século VI). Aliás, é a partir dele que a sintaxe passa a, efetivamente, fazer parte da GN. Possivelmente sua maior contribuição tenha vindo da noção de *congruentia* (congruência), justamente traduzido do grego (leia-se, de Apolônio) *katalelôtes*. Tal noção explica a função de cada palavra, ou de um conjunto de palavras, sempre com vistas à oração.

Durante a Idade Média prosseguem-se, por razões eclesiásticas principalmente, as confecções de gramáticas da língua latina. Embora não sendo a única, mas talvez a principal vertente filosófica medieval, os *modistas*, por terem postulado que a “língua espelha o mundo”, *speculum* (espelho), chegaram a formulações semânticas bastante avançadas, as quais chamaram de *modis significandi* (modos de significar), o que lhes valeu o apelido de *modistas*. Esses modistas desenvolveram complexos sistemas sintáticos com acarretamentos

semânticos para a descrição linguística. Altamente inspirados nas categorias aristotélicas, os *modistas* enxergavam a língua em três diferentes níveis relacionais: *modos de ser*, *modos de entender* e *modos de significar*. Esses três níveis relacionam aspectos sintáticos, que pelo efeito de correlação – ou de dependência – entre seus itens mínimos, palavras ou termos, criam o sentido desejado.

Com a eclosão do Humanismo, e com a revalorização dos ideais do classicismo greco-romano, em especial com a retomada dos estudos platônicos, o *modismo* foi considerado confuso e ineficiente. Em nome do “bom uso” da língua latina, o Humanismo volta a utilizar em suas gramáticas, exemplos dos Clássicos. Essa atitude fez com que se deixasse de lado a lógica em favor de uma análise de cunho estilístico, sobretudo para valorizar o texto literário. Não é por acaso que as gramáticas de inspiração humanística – como as primeiras gramáticas em língua portuguesa, por exemplo – dão menos importância à análise lógica, para ater-se mais a questões práticas. A preocupação no século XV era mais pedagógica e menos teórica, provavelmente é por esse motivo que a sintaxe também parece ser mais “prática”, com exemplos de um modelo de língua então considerado como ideal.

Já no século XVI, também devido às profundas mudanças na Europa, aliadas às conquistas provindas das grandes navegações, o homem europeu agora vê no contato com outros povos, uma premente necessidade de alargar sua visão de mundo e seu cabedal tecnológico. Visão essa que não escapa aos velhos modelos outrora impostos pelo cristianismo. A catequização cristã aos gentios leva os missionários, sobretudo jesuítas, a produzir gramáticas de línguas nativas, e por outro lado serve de instrumento de dominação a serviço da política expansionista.

Apresentado este breve panorama histórico acerca dos estudos sobre a linguagem humana, nos deteremos a seguir aos modelos teóricos que, a nosso ver, mais contribuíram para o aparato teórico dos *Serões Gramaticais*, isto é, o modelo das gramáticas racionalistas, as gramáticas produzidas sob a influência direta ou indireta da Ilustração e os estudos linguísticos do século XIX, sobretudo aqueles que surgiram sob influência dos chamados métodos *histórico-comparativos*.

3.2 PORT-ROYAL: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO MODELO FRANCÊS (MF) NOS “SERÕES GRAMATICAIS”

Com a ascensão do Racionalismo cartesiano e, posteriormente, do Iluminismo filosófico nos séculos XVII e XVIII, surgem as chamadas *gramáticas racionalistas*, cujo escopo é novamente a sintaxe de base lógica. Esta gramática de base lógica que é, de certa forma, fruto de desenvolvimentos de estudiosos medievais e que, por questões práticas principalmente é suplantada por um modelo de gramática humanista, o qual reduz drasticamente a parte sobre sintaxe. Novamente com a noção de que a linguagem está intimamente ligada à mente, os gramáticos racionalistas, especificamente os sábios da congregação francesa de *Port-Royal*, a princípio, tentariam vincular todas as línguas do mundo, ao que chamaram de *gramática geral* em oposição à *gramática particular*, isso é, a gramática de apenas uma língua.

Especificamente na *Grammaire* a questão da universalidade linguística volta a ser discutida. O filósofo medieval inglês Roger Bacon (1214-1294) foi provavelmente o primeiro a suscitar tal questão, retomada no século XVII de uma forma mais consistente, pois os sábios da congregação católica de Port-Royal procuravam levantar evidências da universalidade das línguas através de estudos comparativos entre o latim, o italiano e o hebraico. Dessa forma, Arnauld e Lancelot conseguem vislumbrar, ainda que de maneira um tanto difusa, aquilo que essas línguas de famílias bastante distintas tinham em comum.

Por se tratar justamente de uma obra de transição, o modelo da *Grammaire* é ainda bastante semelhante aos modelos das gramáticas humanistas, ou seja, ela privilegia a análise “etimológica”; aquilo que hoje chamaríamos de morfologia, e as classes de palavras; e menos da sintaxe lógica. Sua sintaxe resume-se em algumas poucas páginas. Aliás, como Arnauld e Lancelot associavam diretamente a análise sintática à Lógica, trataram, posteriormente de produzir um manual de lógica. Neste, efetivamente, se faz análise sintática. Trata-se da obra *La logique, ou l’art de penser* do mesmo Arnauld em colaboração com Pierre Nicole, obra posterior a *Grammaire*, editada em 1662. Dessa forma, fica clara a pretensão de Port-Royal: procurar demonstrar o funcionamento da língua em toda sua extensão, a contraparte gramatical, no tocante ao sentido e às regras de colocação e disposição das palavras; e a contraparte lógica, no tocante à sintaxe, isto é, à “mecânica” da língua.

No que concerne ao pensamento original da *Grammaire*, ou seja, do que ela tem de radicalmente original, está sua visão sintática justamente. Arnauld e Lancelot pensaram a língua, que em sua visão filosófica é vista como o “espelho do pensamento”, como uma estrutura tripartida. Nesse sentido, em sua parte mecânica, isto é, associada à Lógica, a língua

necessariamente teria que executar três operações, tal como as três operações básicas que executava a mente, a saber: *conceber, julgar e raciocinar*.

O modelo racionalista vai chegar até o século XIX, e, mesmo, ter reflexo na produção gramatical brasileira, haja vista que existem gramáticas tradicionais recheadas com a sintaxe racionalista, não apenas na tradição lusófona, mas nas francesa, inglesa e italiana, por exemplo.

3.2.1 CHARLES PETER MASON, WILLIAM DWIGHT WHITNEY; A LINGUÍSTICA OITOCENTISTA: PRESSUPOSTOS TEÓRIC-METODOLÓGICOS DO SISTEMA INGLÊS (MI) NOS “SERÕES GRAMATICAIIS”

Diferentemente do modelo Racionalista, a filosofia de cunho Empirista, a qual teve suas origens na Inglaterra do século XVIII, não associa língua a pensamento propriamente, mas para o seu maior filósofo, John Locke, a língua, bem como todo o aparato cognitivo dependia também da experiência concreta para com o mundo. Há diversas evidências encetadas pelo empirismo que contradiziam os preceitos racionalistas, conquanto a um inatismo forte, alguns dos quais expostos no último capítulo desta dissertação. No entanto, não é verdade também que o Empirismo não admitia um aparato cognitivo mínimo que fosse inato:

[...] foi mais tarde necessário que o homem pudesse ter a habilidade para usar esses sons como sinais de concepções internas, e fazê-los significar as marcas das ideias, internas de sua própria mente [...] (Locke, 1971 [1690]).

De qualquer forma, ao não vincular mais intimamente a língua ao pensamento, os Empiristas, e os gramáticos que seguiam seus preceitos, não precisavam usar a estrutura triádica do Racionalismo, isso porque eles aparentemente descreviam as sentenças tal como profere o Empirismo, ou seja, como “coisas no mundo”.

Ao contrário do que se poderia supor, as gramáticas em língua inglesa, das quais muito provavelmente ECR tirara seu “sistema inglês”, não seguem necessariamente os preceitos da filosofia Empirista. Ou seja, a sintaxe das gramáticas em língua inglesa, embora veja a estrutura da oração como bimembre, continuam a associar a análise sintática à lógica. Na verdade, a tradição gramatical está ligada à tradição da lógica de maneira indissociável:

A especificidade do Ocidente se manifestou, muito cedo, na permeabilidade entre dois tipos de saberes, a lógica e a gramática, contruídos, um, sobre o domínio da enunciação, e outro, sobre o das línguas. (Auroux, 1992: 19)

Dessa forma, arriscaríamos aqui em dizer que, as gramáticas inglesas, através das quais supostamente ECR demonstraria seu “sistema inglês”, pouca influência direta sofrem do

Empirismo, visto que esses gramáticos (tal como Mason, conforme veremos na seção 4) distinguem Análise Sintática de Análise Lógica.

Embora pouco influente para nossos propósitos, a chamada Linguística *Histórico-comparativa* do século XIX pouco produziu em matéria de sintaxe, isso porque seus estudos estavam mais concentrados no plano lexical, dado seu recorte e suas limitações teóricas. Ironicamente o método *histórico-comparativo* nasce, justamente, da cara ideia inaugurada pelas gramáticas filosóficas da unidade linguística, ou seja, do suposto traço comum – a que hoje chamamos *Gramática Universal* – que haveria entre todas as línguas. É justamente dessa ideia de que há algo em comum entre as línguas, que os comparatistas começam a cotejar duas ou mais línguas, para provar que há entre elas algum grau de parentesco. Diferentemente dos antigos filólogos que apenas percebiam as semelhanças mais evidentes entre as palavras, os estudiosos *histórico-comparatistas* baseavam-se em métodos científicos de mudanças fonéticas regulares.

De todo modo, as gramáticas em língua inglesa aqui levantadas aparentemente foram bastante influentes entre os gramáticos brasileiros, dada as citações que estes delas faziam, sobretudo das gramáticas de William Dwight Whitney (*Essential Grammar of English* de 1879) e Charles Peter Mason (*English Grammar – Including the principles of Grammatical Analyses* de 1879). Nota-se, conforme já comentado aqui, que o chamado MI, com sua noção de oração bimembre, foi dominante nos manuais brasileiros, largamente disseminados e influentes, diga-se, ainda hoje.

Dos gramáticos ingleses, aqueles que constatamos foram citados ao menos uma vez nos SG, procuramos aqui rapidamente fazer um arrazoador. Cronologicamente, o gramático inglês James Harris foi citado mais de uma vez nos SG. James Harris nasceu em 1709 em Salisbury, Inglaterra. Fez as primeiras letras em sua cidade natal, posteriormente estudos Leis em Oxford. Embora tenha produzido várias obras gramaticais, a mais conhecida, sem dúvida é *Hermes, a philosophical inquiry concerning universal Grammar* de 1751. Essa obra é tida como a primeira Gramática Filosófica editada na Inglaterra. Embora apresente ideias bastante originais segue os preceitos racionalistas de Port-Royal. Aliás, ECR cita Harris já em sua primeira obra, a *Gramática Portuguesa Filosófica* de 1881.

Outro gramático relevante citado por ECR, e que parece contribuir para a construção das ideias sintáticas nos SG é Charles Peter Mason (1820-1900) que foi professor de Grego e Latim, contribuindo inclusive na edição de dicionários dessas línguas em seu país, a Inglaterra. No entanto sua única gramática, a *English Grammar*, editada em 1877 traz intuições bastante interessantes, embora não muito originais, acerca da sintaxe. A análise

sintática só reconhece dois termos essenciais da oração: sujeito e predicado, embora esse autor reconheça outro tipo de análise sintática, a qual ele chamará de Análise Lógica. Esta, no entanto, embora exemplificada em sua obra, não é o modelo preferencial adotado por esse autor. De modo análogo a ECR, portanto, Mason, ao diferenciar “Análise Lógica” de “Análise Gramatical”, expõe dois modelos possíveis de sintaxe⁵. São dele algumas das noções mais caras expostas aqui, isso porque, de todo arrazoado que aqui faremos acerca da obra de Carneiro Ribeiro, o modelo em língua inglesa no qual o autor dos SG parece ter se inspirado foi, sem dúvida, o de Mason. Conforme veremos adiante, essa influência é bem perceptível nos SG.

Outra gramática citada por ECR nos SG é a *Higher English Grammar*, editada em 1889, de autoria do escocês Alexander Bain (1818-1903), essa gramática parece ter sido uma obra significativa em países de língua inglesa, isso dado seu número de edições: mais de dez ao todo. De qualquer forma, essa obra não traz avanços significativos, ao menos em sua sintaxe. Também admite apenas dois termos essenciais na estrutura de uma oração.

Possivelmente o nome mais relevante para a história da linguística oitocentista, largamente citado por gramáticos brasileiros contemporâneos a ECR, seja William D. Whitney (1827-1894). Importante linguista norte-americano que fez seus estudos sobre filologia na Alemanha. Além de escrever gramáticas e dicionários do sânscrito, primeiras obras do gênero editadas nos EUA, Whitney ainda escreveu sua *Essentials of English Grammars* em 1877, assumidamente uma obra pedagógica. De fato, o que chama a atenção nesta obra é o fato de o autor se mostrar bastante ciente quanto a sua posição. Ou seja, Whitney, um experiente estudioso do sânscrito, autor da já importante obra *The Life and Growth of Language: An Outline of Linguistic Science* (1875), tinha plena consciência de que, ao escrever uma obra tão conservadora, seria difícil fazê-la de forma original: “(...) we have here to take them up in a more connected and systematic way, repeating many things that have been said before, and adding others that are new.” (Whitney, 1877: 154). Nesse sentido, parece que os gramáticos brasileiros se valeram mais da gramática tradicional de Whitney do que de suas obras “linguísticas”, as quais, como se sabe, foram inspiração para Ferdinand de Saussure.

Das leituras dessas gramáticas inglesas aqui citadas, fica patente que havia de fato um “maneira inglesa” de se fazer análise sintática, e esse modelo realmente se distinguia do chamado sistema francês, sobretudo porque, enquanto os gramáticos franceses (e aqueles que

⁵Discutimos de maneira mais detalhada a preferência pela “análise gramatical” de Mason na seção 4.

foram diretamente influenciados por seu modelo, como Soares Barbosa, por exemplo) associavam a Análise Sintática à Análise Lógica, os ingleses, justamente, faziam esta distinção preferindo, em suas obras, a chamada Análise Gramatical. Possivelmente essa é uma das razões que faz com que uma oração, para o modelo inglês, seja bimembre; e para o francês, trimembre.⁶

3.3 PANORAMA HISTÓRICO EM QUE VIVEU CARNEIRO RIBEIRO

Nesta seção faremos um aporte da História do Brasil, com ênfase à Língua Portuguesa, seu ensino e seus aparatos, i.e., as gramáticas normativas e sua relação com o ensino ao longo do século XIX.

Não foi sem diversas revoltas e mesmo conflitos armados desde o início do século XVIII – veja-se, por exemplo, a Insurreição Mineira, em 1789; a Conjuração dos Alfaiates, na Bahia, em 1798; e, posteriormente, a Revolução Pernambucana de 1817 – que o Brasil reclamara sua independência ante Portugal. No entanto, foi apenas em 1808 que o processo de independência realmente se inicia. Com o avanço das tropas do imperador francês Napoleão em direção à Península Ibérica, fato que ficou conhecido como “Bloqueio Continental”, o rei de Portugal Dom João VI e sua família – sem contar com uma numerosa comitiva que literalmente povoaria a cidade do Rio de Janeiro – instalaram a capital do Império no Rio. O processo de independência se finda, então, com a volta de João VI ao trono português, quando este deixa seu filho como príncipe regente do Brasil. O carismático D. Pedro I iria se tornar o verdadeiro herói da Independência em 1822, numa manobra política que o tornaria Imperador do Brasil e, ao mesmo tempo, príncipe de Portugal. De fato, em 1830, com a morte de D. João VI, e com a iminência de uma revolução em Portugal, resultado das várias instabilidades políticas, D. Pedro I abdicaria ao trono brasileiro, que é deixado a cargo de uma junta política, uma Regência como era chamada na época, até que o príncipe herdeiro, D. Pedro II, tivesse idade para tomar o trono de direito.

Ainda que a vinda da Família Real portuguesa tenha trazido consigo não apenas a instauração da Imprensa Régia ainda em 1808; as Academias Marinhas, também em 1808; a Biblioteca Real em 1810; o Museu Real em 1818; e mesmo as Escolas de Medicina no Rio e na Bahia em 1819; a real condição do ensino no país era paupérrima. Segundo Sérgio Buarque de Holanda:

Em relação à cultura, a maioria dos livros era importada de Portugal, já que aqui praticamente só se imprimiam periódicos; nas artes plásticas, pintores

⁶ Discutimos com mais vagar essas noções na seção 4.

vindos para o Brasil com D. João, como Debret e Taunay, começavam a ganhar notoriedade. Em 1827 foram criadas as primeiras Faculdades de Direito, em São Paulo e Olinda, cujos formandos contribuíam para organizar nossa vida política e jurídica. (Buarque de Hollanda, 2006: 144).

Apesar de todas essas dificuldades, é aprovada em 1827 a primeira lei sobre o Ensino Elementar que visava instaurar escolas “de primeiras letras” em todas as cidades, vilas e lugarejos do Brasil. Por razões de ordem financeira e técnicas, no entanto, a lei não foi bem sucedida, e acabou por não ser aplicada. Através de uma emenda constitucional, em 1834, o Ensino Elementar, Médio e Secundário ficaria a cargo das províncias e o Ensino Superior, a cargo do Poder Central. Este modelo vigoraria no país até por volta dos anos 40 do século XX. Dessa forma, surge o afamado Imperial Colégio D. Pedro II, em 1837, e com ele os “liceus provinciais”: o Colégio São Luís (em Itu, 1867), o Colégio Caraça (em Ouro Preto, 1840), o Liceu da Bahia em 1839 dentre outros poucos. Nessa primeira fase do Colégio, as disciplinas “Gramática Geral” e “Gramática Nacional”, que eram ministradas apenas no primeiro ano dos cursos, começaram a ser efetivamente lecionadas apenas depois do Regulamento de 1º de fevereiro 1841. Posteriormente, encorajado pelo próprio Imperador, teve início, ainda que em pequena escala, a produção de gramáticas e dicionários providos de mestres do D. Pedro II, que se tornaria parâmetro de ensino no Brasil até, pelo menos, a primeira metade do século passado. Posteriormente outros professores de outros liceus estaduais também produziram suas próprias gramáticas.

Por conta de outra manobra política, em 18 de julho de 1841, com apenas quatorze anos, D. Pedro II é coroado imperador absoluto do Brasil, embora a maior parte de seu reinado tenha se constituído como uma monarquia constitucional parlamentar. Muito conhecido pelo seu enorme interesse científico; basta lembrar que D. Pedro II foi o primeiro a trazer a fotografia para o Brasil, e em sua viagem ao Oriente Médio ele conhecera de perto escavações paleontológicas; o Imperador, na medida do possível, procurava pessoalmente se encarregar de assuntos que diziam respeito ao tímido progresso cultural e científico do Brasil. Ainda que o Império gozasse de plena liberdade de expressão e de um crescimento econômico acima da média com relação a seus vizinhos sul-americanos, a educação formal no país ainda era destinada a poucos privilegiados da elite. Segundo um relatório apresentado por Liberato Barroso, então Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1867, no Brasil apenas 10% da população em idade escolar se matriculara nas escolas elementares.

Durante o Segundo Reinado, a população das principais capitais, Rio de Janeiro e São Paulo, multiplicou-se, surgia a nova burguesia urbana, que começava cada vez mais a

frequentar salões literários, saraus, cafés e teatros. Por outro lado, a figura do senhor de engenho em território rural começava a perder suas características, mudando, muito lentamente, a feição do Brasil ora de caráter predominantemente rural, agora urbano.

Em São Paulo, as fazendas de café proliferavam e começavam a prosperar. Quase simultaneamente, iniciava-se o ciclo da borracha no Norte, trazendo mais riquezas à população daquele local, embora passado este ciclo econômico, a riqueza não persistiria na região Norte brasileira. No entanto, em relação à educação, quase não havia ocorrido mudanças. Outras faculdades haviam surgido, como as já citadas faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, mas o ensino primário continuava extremamente deficiente e o secundário continuava praticamente apenas restrito para os meninos da elite, embora algumas mulheres comessem timidamente a se rebelar contra tal situação.

Pouco antes da virada do século XIX para o XX, a sociedade brasileira continuava passando por muitas transformações. O preço da borracha e do café oscilava, o processo de industrialização, ainda que tímido, crescia acarretando um rápido desenvolvimento urbano, possibilitado também pela instalação de algumas fábricas em São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente. Aliás, no que tange à industrialização brasileira, sabemos que ela se deu em larga escala apenas nas três primeiras décadas do século XX, em especial após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, nos anos 30. Até este período, São Paulo, que já era uma potência nas lavouras de café, não tinha tanto prestígio quanto a então capital, Rio de Janeiro, ou seja, São Paulo, embora rica, era apenas uma grande capital brasileira tanto quanto muitas outras, como Recife ou Salvador.

Em 1887, percebendo-se a necessidade de se imprimir nova orientação aos estudos da língua vernácula, são designados vários professores para efetuarem uma reorganização do Programa de Ensino do Curso Secundário, cabendo ao professor Fausto Barreto, o programa da Língua Nacional. Esse fato incentiva vários estudiosos a produzirem materiais didáticos que atendessem ao novo programa. As gramáticas, a partir daí, foram feitas dentro dos critérios desse programa, o qual, por ser do prestigiado Colégio Pedro II, ganhou importância nacional. Vale salientar aqui, que tal atitude foi modelar, ainda que não tivesse força de lei, o que igualmente aconteceria anos mais tarde com a Norma Gramatical Brasileira (1959), que também os gramáticos seriam recomendados a seguir. Aliás, o Programa de Estudos proposto por Barreto é de extrema relevância, a nosso ver, para parte da construção das Ideias Linguísticas no Brasil, isso porque, é com este fato e com a publicação em 1881 da *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro, que o Positivismo influenciaria fortemente os

gramáticos brasileiros, e começa a se alojar na tradição gramaticográfica brasileira os preceitos da linguística oitocentista.

Com a paulatina falta de apoio de setores fundamentais do Poder, como a Igreja Católica e as Forças Armadas, o imperador D. Pedro II, seria deposto em novembro de 1889, embora ele tivesse massivo apoio da população. A partir da instauração da República, haveria diversas mudanças curriculares e estruturais na educação formal brasileira. Todas elas – por volta de cinco mudanças de 1889 a 1930 – voltadas para uma unificação curricular que deveria abranger todo o território nacional. No entanto, o alcance do ensino continuaria insuficiente.

Com a promoção dos militares, por conta da Guerra do Paraguai (1864-1870), a educação nos colégios militares se intensifica. E serão justamente esses colégios, que inicialmente promoverão as ideias positivistas, mais precisamente, elas parecem ter início com o engenheiro civil e Professor Benjamin Constant Botelho de Magalhães na Escola Militar de Engenharia do Rio de Janeiro, por volta dos últimos anos da década de 60 do século XIX. Assim, por um lado temos instituições de ensino mais voltadas às ciências, ou seja, positivistas; e aquelas mais voltadas às letras, caso, por exemplo, do Colégio D. Pedro II.

Nos primeiros anos após a Proclamação da República, ocorrem algumas reformas no Ensino, e também há a criação de algumas instituições científicas para fins práticos, como para a extração de minérios. No entanto, a taxa de analfabetismo continuaria imensa. Após a Constituição de 1891, que previa a cisão entre Igreja e Estado, o ensino promovido por ordens religiosas decresce bastante, na medida em que colégios laicos, particulares ou estatais, tomam seus lugares.

3.4 O PENSAMENTO LINGÜÍSTICO DO PERÍODO

Após 1822, qualquer vínculo com a antiga metrópole tornava-se praticamente inaceitável. Da mesma forma, nossa língua ganha também independência, pelo menos aos olhos de alguns nacionalistas, os quais estavam fortemente empenhados numa ideia de Brasil nação.

A partir da década de 1870, conforme comentamos acima, se dão algumas reformas no sistema educacional brasileiro e com elas a produção de materiais para tal demanda. Dentre esses, surgem várias gramáticas, obviamente com intenções pedagógicas, que foram além de meras cartilhas. Muitas delas traziam reflexões, apontamentos, referências, e mesmo novos métodos e modelos científicos então vigentes na Europa – é o caso do método histórico-comparativo, por exemplo. Dessa forma, as gramáticas produzidas nessa época

ultrapassavam os limites do ensino e, poderíamos dizer, eram “gramáticas autorais”, na medida em que acrescentavam novas intuições advindas da então nova ciência da linguagem ou mesmo das intuições lógico-filosóficas. Seja como for, é flagrante a influência do Positivismo no pensamento gramatical ao longo do século XIX, no Brasil, mais especificamente, no final daquele século, nota-se isso já no discurso de introdução de diversos gramáticos brasileiro, a exemplo de Júlio Ribeiro na Introdução à 10ª edição de sua *Gramática Portuguesa*, de 1919: “As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua.” (p. I); João Ribeiro, na “Lição I” da 3ª edição de sua *Gramática Portuguesa* de 1889:

Grammatica é a coordenação das fórmulas, leis ou regras, segundo as quaes uma lingua é falada ou escripta.

Esta definição é deduzida da observação dos factos da linguagem. A analyse revela que toda a lingua tem grammatica, porque os vocabulos que servem para a expressão das idéas, affectam variações de fôrma, de collocação e de sentido susceptíveis de serem generalizadas, isto é, de serem construídas sob o typo de *leis* ou *regras*. O systema geral e abstracto destas leis constitue a *grammatica*. (p. 1).

Ou ainda, assim como Alfredo Gomes na 15ª edição de sua *Gramática Portuguesa* de 1913, também revelando suas influências científicas:

Todo estudo, quer referente á origem e formação da linguagem, quer applicado aos principios capitaes, historia, classificação ou, ainda, extravagancias e particularidades das linguas em geral ou de um grupo de linguas, veio a receber o nome expressivo, embora mal formado, de **linguistica**. (p. 6)

Em fins do século XIX surge o Colégio D. Pedro II que, ao iniciar seus trabalhos, vê-se como uma instituição conservadora que pouco se abre para novos preceitos sejam eles científicos ou filosóficos. Situação esta que mudaria – conforme veremos adiante – a partir de 1870. O Pedro II era o único colégio no Brasil autorizado a realizar exames para obtenção do grau de bacharel, requisito básico para o ingresso no Ensino Superior. Esse fato culmina com o surgimento das Humanidades no Brasil. Curiosamente num Colégio, e não numa instituição de ensino superior é que efetivamente se iniciam os estudos humanísticos no Brasil, isso se deve, a princípio a dois fatos conjugados. O primeiro é a própria importância do Colégio D. Pedro II para a cultura brasileira. Como já o dissemos, este colégio que foi paradigma para a educação fundamental e média em todo o Brasil, pois atraía profissionais altamente gabaritados para os cargos de professor de Língua Portuguesa – casos de João Ribeiro, Manuel Said Ali, entre outros –, de História, de Filosofia etc. Visto que o Colégio exigia para o ingresso no cargo, um exame, o qual consistia que o pretenso professor apresentasse uma tese científica inédita, tal fato produz inúmeros trabalhos que vêm a enriquecer a cultura

brasileira, e mesmo servir de base para o estabelecimento da cultura humanística no país. O segundo aspecto se deu pelo fato de, justamente, por inexistirem faculdades de cursos de ciências humanas no país – excetuam-se os casos das faculdades de Direito, em Recife, e em São Paulo, principalmente –, fez com que profissionais de outras áreas – caso de João Ribeiro que era historiador, e de Carneiro Ribeiro que era médico – se inclinassem para as humanidades, inaugurando no Brasil uma *intelligentsia* em torno dos estudos sobre a Língua Portuguesa e de outras humanidades. De um modo não acadêmico, as ciências humanas chegaram ao Brasil; ainda que não possamos desprezar as contribuições das faculdades de Direito, especialmente a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, onde se formaria boa parte de nossa cultura humanística, especialmente a literária. Similarmente a São Paulo, a Faculdade de Direito do Recife também contribuiu largamente para esta formação. Isso é atestado pelo fato de que muito posteriormente seriam efetivamente implantadas as primeiras faculdades de letras no país, por volta do final dos anos 30, apenas.

3.5 O AUTOR E SUA OBRA

Nascido em 12 de Setembro de 1839 na ilha de Itaparica, região metropolitana de Salvador, foi nesta cidade que ECR se formou médico, e doutorou-se em 1864 com uma tese sobre psiquiatria, possivelmente uma das primeiras surgidas no Brasil. Posteriormente, deixa em definitivo a medicina e faz sua carreira como docente. Em 1874 ajuda a fundar o “Colégio da Bahia” e em 1883 funda um colégio com seu próprio nome, o qual ainda se encontra em funcionamento, agora como instituição de competência estadual. Com a eclosão da República, participou de uma comissão pela educação em seu estado, junto ao então governador Manuel Vitorino.

Em 1901 foi incumbido pelo baiano José Joaquim Seabra (1855-1942), então Ministro da Justiça, de revisar, em apenas quatro dias, o Código Civil Brasileiro, revisão esta que sob o título de *Ligeiras Observações*, foi posteriormente publicada em 1902. Para ser efetivamente aprovado, o Código precisava passar pelo crivo do Senado, na pessoa do presidente responsável pela elaboração da obra, o então senador Ruy Barbosa, ex-aluno de ECR. O trabalho de correção foi severamente criticado e polemizado por Ruy Barbosa:

Este senador, em longo e minucioso parecer, enunciou o seu juízo sobre a redacção desse importante trabalho, confiada a seus talentos e a sua notável illustração, emendando muitos artigos, supprimindo outros, espraçando-se em varias considerações philologicas, encontrando, como affirma, erros [...] e, depois de apontar em synthese as faltas e os erros a que allude, e que mais largo desenvolve na critica feita aos vários artigos do Projecto da Camara

dos Deputados, põe o fecho ao seo parecer, pronunciando-se acremente contra a redacção do Codigo. (Carneiro Ribeiro, 1902: 12).

Na verdade, a contenda tocava justamente na questão da *Língua Nacional*. Enquanto ECR defendia – ou mesmo abonava certas construções e usos retirados dos clássicos – a existência de um PB, Rui Barbosa mostra-se conservador, e vem a desabonar, em muitos trechos de sua *Réplica*, editada ainda em abril de 1902, boa parte do trabalho de ECR: “Das emendas do illustrado senador, umas ha que são justas; outras, injustas e infundadas; algumas erradas.” (Carneiro Ribeiro 1902: 12). No ano de 1905 viria a resposta de ECR a Ruy Barbosa, uma obra densa, de quase 900 páginas, intitulada *Tréplica*, dando fim à contenda, mas não resolvendo a questão da Norma Gramatical no Brasil, que afinal, era o assunto principal entre o gramático e o senador.

Mas para além de sua famosa contenda, ECR viveu num momento de grande agitação política, social e cultural no Brasil. No campo da intelectualidade propriamente, mais especificamente nos estudos da linguagem, as discussões calorosas juntavam-se a novos preceitos vindos da Europa. Havia, de fato, naquela época, uma mudança em curso bastante importante. Aqueles que trabalhavam com a linguagem tiveram a oportunidade de ver nascer no espírito crítico de tais estudos, a instauração das investigações linguísticas sob a luz da ciência, isso porque a velha e exemplar *gramática filosófica*, estava perdendo espaço para estudos mais pormenorizados sobre a linguagem. Encabeçada pela *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, inicia-se no Brasil a sistemática produção desses compêndios sob a denominação de *gramática científica* – ainda que tal denominação não tenha sido usada por ECR –, expondo aí um novo método conhecido como *histórico-comparatista*.

Ernesto Carneiro Ribeiro entrou para história, então, mais por conta de seu embate com Ruy Barbosa do que como professor, intelectual e criador de duas preciosas gramáticas. Foi casado com Dona Maria Francisca Ribeiro, com quem teve vários filhos. Faleceu em Salvador, aos 81 anos em 1920. Deixou, além de suas gramáticas, inúmeros trabalhos filológicos, os já citados trabalhos gramaticais, bem como uma “tese” sobre a histeria.

4. APRESENTAÇÃO DE ALGUNS CAPÍTULOS DA FRASEOLOGIA NOS “SERÕES GRAMATICAIIS”

4.1 INTRODUÇÃO

Nesta seção faremos uma apresentação dos capítulos previamente selecionados nos SG e que estão circunscritos à fraseologia. Aqui nos dedicaremos estritamente a fazer um apanhado de cunho bastante genérico e, na medida do possível, imparcial que deverá servir de

guia para as próximas seções desta dissertação. Assim, esta seção deverá dar conta de alguns metatermos utilizados por Carneiro Ribeiro nos *Serões*, que entraram em desuso, e juntamente fazendo algumas associações com autores que eventualmente ECR tenha citado, ou que ele não tenha citado mas que, de alguma forma, flagrantemente o influenciaram – é o caso, sobretudo, de Charles Peter Mason, que embora não citado diretamente por ECR, é conhecido como influente gramático na época, conforme já notado por Júlio Ribeiro na Introdução à segunda edição de 1884 de sua *Gramática Portuguesa*, obra a qual Carneiro Ribeiro seguramente leu, dadas suas próprias referências diretas: “Abandonei por abstractas e vagas as definições de Burgraff: preferi amoldar-me ás de Whitney, mais concretas e mais claras”. (p. II)

O systema de syntaxe é o systema germanico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por **C. P. Mason**, e adoptado por Whitney, por Bain, por Holmes, por todas as summidades da gramaticographia saxonica. (pp. I e II, destaque nosso).

Dessa forma, procuramos nos cercar de argumentos para nosso mapeamento epistemeológico. De outra forma, aqui procuraremos expor aquilo que Carneiro Ribeiro entendia sobre fraseologia, buscando revelar, assim, como Carneiro Ribeiro e outros gramáticos de sua geração pensavam esta parte da gramática entre fins do século XIX e início do século XX.

De modo global, os *Serões Gramaticais*, em sua terceira edição, estão distribuídos em 791 páginas e em quatro partes, e assim se apresenta: a primeira, “Phonologia”, dividida em sete capítulos; a segunda, “Ortographia”, dividida em quatro capítulos; a terceira, “Lexicologia”, dividida em duas seções, cada qual com onze capítulos; e a quarta e última parte, “Phraseologia”, dividida em dezenove capítulos. Para dar uma visão mais ampla ao nosso leitor, exporemos aqui o modo como estão divididos os capítulos da “Fraseologia” dos SG, comparando-se a 1ª e a 3ª edições, justamente para que se possa perceber o que foi acrescido à 3ª edição. Primeiramente, a chamada “fraseologia” da 3ª edição, objeto desta Dissertação, está assim dividida:

“Parte Quarta

Da Phraseologia ou Syntaxe

Capitulo I – Phraseologia em geral; syntaxe e construcção; proposição, oração ou sentença e seus elementos logicos. Divisão das proposições; phrase, periodo e seus membros (503 a 527)

Capitulo II – Dos complementos e sua divisão; apposto, compellativo ou formula vocativa; attributo superposto ou secundario; attributo do complemento. Adjuncto dos grammaticos inglezes (527 a 535)

Capítulo III – Dos systemas de analyse (535 a 542)

Capítulo IV – Da Concordancia (542 a 579)

Capítulo V – Do emprego dos modos (579 a 596)

Capítulo VI – Correspondencia dos tempos (596 a 600)

Capítulo VII – Do emprego do substantivo, do pronome, do artigo indicativo e de alguns outros determinativos (600 a 620)

Capítulo VIII – Dos substantivos syntheticos **o** e **quem** (620 a 623)

Capítulo IX – Do pronome **se** (624 a 651)

Capítulo X – Da syntaxe das partes invariaveis (651 a 667)

Capítulo XI – Da Regencia (667 a 688)

Capítulo XII – Da Pontuação (688 a 702)

Capítulo XII – Das alterações syntacticas (702 a 715)

Capítulo XIV – Da construcção: ordem das palavras nas proposições e das proposições no periodo; collocação dos pronomes empregados como complementos (715 a 745)

Capítulo XV – Da differença de estrutura entre as orações no latim popular e no latim classico ou litterario. Typos syntacticos divergentes (745 a 749)

Capítulo XVI – Dos vicios de linguagem (749 a 761)

Capítulo XVII – Dos Idiotismos, Brasileirismos, Provincianismos (761 a 769)

Capítulo XVIII – Das Figuras de Syntaxe (769 a 778)

Capítulo XIX – Da Syntaxe e do Estylo (778 a 784).” (pp. 790-791)

E comparando-se esse índice ao da 1ª edição, podemos notar, de fato, que os acréscimos são muitos:

“Parte IV
Phraseologia ou Syntaxe

[Capítulo I]⁷ Phraseologia em geral; syntaxe e construcção; proposição ou oração, seos elementos logicos, complementos, apposto e formula vocativa ou complelaltivo. Divisão das orações, periodo e seos membros (233 a 253)

[Capítulo II] Concordancia em geral; concordancia do adjectivo (253 a 259)

[Capítulo III] Concordancia do verbo (259 a 273)

[Capítulo IV] Observações sobre o emprego dos modos (273 a 282)

⁷Nomeamos aqui cada capítulo dentro dos colchetes mais como um guia, visto que ECR, no índice da 1ª edição dos SG não nomeia cada um dos capítulos, como era mais ou menos praxe na época.

[Capítulo V] Correspondencia dos tempos (282 a 286)

[Capítulo VI] Do emprego do substantivo, do pronome, do artigo indicativo e de alguns outros determinativos. Desdobramento do substantivo synthetico ou vocabulo complexo *quem* (286 a 301)

[Capítulo VII] Syntaxe das partes invariaveis (301 a 309)

[Capítulo VIII] Regencia (309 a 322)

[Capítulo IX] Pontuação (322 a 328)

[Capítulo X] Alterações syntacticas (328 a 330)

[Capítulo XI] Construcção: ordem das palavras nas proposições e destas no periodo (330 a 336)

[Capítulo XII] Collocação dos pronomes empregados como complementos (336 a 342)

[Capítulo XIII] Diferença de estructura entre as orações no latim popular e no latim classico ou litterario. Typos syntacticos divergentes (342 a 346)

[Capítulo XIV] Vicios de linguagem (346 a 350)

[Capítulo XV] Idiotismos, brazileirismos, provincianismos (350 a 356)

[Capítulo XVI] Figuras de syntaxe (356 a 364)

[Capítulo XVII] A syntaxe e o estylo (364 a 368).” (p. 372)

Aparentemente o período histórico em que Carneiro Ribeiro está inserido tem como característica a ampliação do escopo de leitura dos estudiosos da Língua Portuguesa, isso porque os gramáticos circunscritos a esta tradição não mais resenhavam ou mesmo repetiam gramáticas portuguesas ou francesas apenas (Fávero 1998). Pode-se constatar isso já nas diversas referências apresentadas por ECR, tais como: William D. Whitney⁸, Goold Brown⁹, Alexander Bain¹⁰ ou, indiretamente, conforme acima já comentado, Charles Peter Mason. Mas principalmente, pode-se constatar tal mudança de postura na syntaxe de gramáticas produzidas no Brasil após esse período, como, por exemplo, a *Gramática Analítica* de 1887 de Maximino Maciel¹¹ que toma a composição da oração como um período bimembre, tal como o Modelo Inglês exposto por ECR nos SG. Na gramática de Maciel, assim como nos SG e em diversas outras gramáticas daquele período, o velho modelo de análise sintática atrelada diretamente à lógica não é predominante, ou mesmo é completamente extinto. A

⁸1827-1894

⁹1791-1857

¹⁰1818-1903

¹¹1866-1923

solução para uma 'modernização' na sintaxe das chamadas gramáticas científicas seria a adoção de um novo modelo de análise sintática; justamente aquele modelo que ECR chamara de *systema inglez* (MI); e que para Borges 2009: “(...) Carneiro Ribeiro associa os gramáticos ingleses ao positivismo comtiano.” (p. 639). Tal modelo de análise sintática é constatado, por exemplo, em gramáticas como a *English Grammar* de Charles Peter Mason. Nesta obra, o autor procura dissociar a análise lógica da análise gramatical:

In Grammar is usual to employ the terms *subject* and *predicate* in a more restrict sense then in Logic. In Logic, the *subject* of a proposition is *the entire description* of that which is spoken of: the *predicate* is *all that is employed* to represent the idea which is connected with the subject. Thus, in “This boy’s father gave him a book”, the subject is “this boy’s father”; the predicate is “gave him a book”. But, in grammar, the single noun *father* is called the subject, and *gave* the predicate, the words connected with *father* and *gave* being treated as enlargements or adjuncts of the subject and predicate. (Mason, 1877: 137).

Da mesma forma aponta ECR:

Logicamente considerada, compõe-se a proposição de tres partes ou membros: **sujeito**, **verbo** e **attributo** ou **predicado**; considerada, porém, *grammaticalmente*, consta de tantas partes, quantas são as palavras que encerra. (p. 504)

De certa forma, o que esses gramáticos brasileiros vinham fazendo acarreta ao mesmo processo que está vinculado à própria confecção de gramáticas ainda hoje produzidas: a apropriação – muitas vezes indevida, e Perini 1987 aponta isso muito bem – de vários conhecimentos convergindo para um compêndio que pretendia – e de certa forma ainda pretende – apontar as regras de uso da língua. Nesse sentido, a tradição gramatical sempre se apresentou como uma tradição amalgamada a várias outras fontes de conhecimento sobre a língua, basta lembrar que em gramáticas escolares mais recentes já se encontram noções de Sociolinguística e de Linguística Textual. Dessa forma, perceberemos que a tradição gramatical incorpora com certa maleabilidade a novos preceitos advindos tanto da ciência da linguagem, quanto de outras tradições que investigam a língua, como a filosofia.

4.2.INTRODUÇÃO À FRASEOLOGIA

Conforme já o dissemos, para Carneiro Ribeiro, a matéria concernente à *fraseologia* engloba tanto a *Sintaxe*, a *Construção*, quanto às matérias de *regência*, de *concordância* e trata, ainda, de algumas dificuldades concernentes à colocação de certas palavras que, tradicionalmente, oferecem mais dificuldade em seu uso, tais como os *pronomes*, alguns *verbos* e as relações entre as palavras que não envolvem propriamente a *regência* ou a *concordância*, tais como as relações de *dependência* e *conveniência*, as quais apresentaremos adiante.

Trataremos aqui, conforme já exposto, apenas o tocante à Análise Sintática e a sua dupla possibilidade de investigação, e dessa, principalmente daquilo que é entendido como “termos essenciais da oração”, i.e.: ‘Sujeito’ e ‘Predicado’. Isso porque é nesse ponto estrito que parece ser mais latente a dupla possibilidade de análise exposta nos SG, embora toda essa diferença entre os dois modelos de análises afete, como não poderia deixar de ser, a todos os chamados “termos da oração”. Para além dos “termos da oração”, outros conteúdos serão aqui expostos apenas quando se fizer necessário ou oportuno.

4.2.1 DO CAPÍTULO 1 – Fraseologia em geral; sintaxe e construção; proposição, oração ou sentença e seus elementos lógicos. Divisão das proposições; frase, período e seus membros

Carneiro Ribeiro abre o capítulo procurando explicar as noções básicas da matéria, e mesmo a escolha pelo metatermo *fraseologia*: “A fraseologia compreende a **sintaxe** propriamente dita e a **construção**.” (p. 503). Justamente, parece que fica mais claro do que, por exemplo, em Soares Barbosa que chama o capítulo correspondente em sua obra simplesmente como “Syntaxe” e, posteriormente, faz a devida divisão entre *Syntaxe* e *Construção*. Para ECR, *fraseologia*: “*É a parte da gramática que trata da composição da proposição e da frase*” (p. 503), ou seja, ele distingue os “termos da oração” em “proposições” e “frases”; porém nota-se que também estão presentes as noções de “oração” e “sentença”, logo no subtítulo do capítulo, isso tudo sem distinção. Ou seja, parece, portanto, que os metatermos “proposição”, “oração” e “sentença” são empregados todos como sinônimos segundo os *Serões* de Carneiro Ribeiro. Lembrando que a noção de “proposição” está atrelada ao denominado por ECR como “sistema francês” (MF), sendo a “sentença” a noção correspondente ao “sistema inglês” (MI), ou seja, ambas as noções, para ECR, pareciam significar o mesmo, portanto tinham para o gramático o mesmo peso, o mesmo valor metodológico. Esse talvez deva ser o primeiro indício de que para ECR, muito provavelmente os dois sistemas de análise sejam o mesmo, não havendo nada mais do que diferenças “notacionais”:

As análises seguem uma apresentação geral da estrutura sintática do português, curiosamente feita apenas no sistema francês – que, obviamente, era a escolha pessoal de Carneiro Ribeiro (e é o único sistema de análise apresentado na 1ª edição) – acompanhada de algumas poucas referências aos “gramáticos ingleses” e da apresentação de um ou outro termo alternativo ao sistema francês. Por exemplo, na página 504, ao definir *proposição*, Carneiro Ribeiro diz: “**Proposição** ou **oração**, a que os grammaticos inglezes chamam tambem *sentença* (*sentence*), outra coisa não é que a enunciação de um juízo”.

Por afirmações como essa, e pela preferência óbvia pelo sistema francês, podemos suspeitar que Carneiro Ribeiro não entendia completamente a

natureza da diferença entre os dois sistemas de análise, tratando-os, no mais das vezes, como meras alternativas terminológicas (notacionais). (Borges Neto, 2009: 638).

Em seguida, nesse primeiro capítulo, que parece ser uma espécie de introdução geral à *fraseologia*, ECR trata das orações com mais de um verbo, os chamados *períodos compostos*, os quais ele subdivide em: “coordenação”, “subordinação” e, ainda, fala em “dependência”. Esta última noção, segundo o entendimento do autor, pode tanto dizer respeito às *coordenadas* quanto às *subordinadas* que não fazem sentido sozinhas. Adiante, trataremos com mais vagar sobre os períodos compostos.

Por outro lado, afirma ainda que “A *construção* nada tem que ver com as formas (...)” (p. 503), e dá dois exemplos em que a colocação é a mesma, mas a “*construção*” é diferente. Aliás, apresenta exatamente o mesmo exemplo de Soares Barbosa para mostrar essa diferença entre “*sintaxe*” e “*construção*” (em que Soares Barbosa também está explicando sobre *sintaxe* e *construção*, justamente): *Dario venceu a Alexandre* e *a Alexandre venceu Dario*. Dessa forma, temos que *construção* é apenas uma questão de “ordem” dos termos numa oração; ou como acreditavam os racionalistas, a “correta ordem do pensamento no discurso”. Nota-se que esta “ordem” varia conforme a língua, portanto ela é atributo da língua em uso; ou como queria Soares Barbosa: “da língua”, ou “autorizada pelo uso” (Soares Barbosa, 1822: 362). Assim, a *Sintaxe* é o estudo da disposição dessa informação (um pensamento completo), particular em cada língua. Dessa forma, assim como em Soares Barbosa, ECR diz que ainda que se inverta a ordem dos termos numa dada sentença, a sua *sintaxe* permanece a mesma.

De uma maneira bastante ousada, poderíamos aqui, seguindo Edward Lopes 1987, sugerir que há já nesta metalinguagem um “protótipo” de língua vista em dois níveis diferentes:

[...] recortada sobre o modelo da *Grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal. Fiel a seu modelo, Soares Barbosa constrói, com a sua *Gramática philosophica* (sic) o protótipo iluminista de uma *gramática gerativa portuguesa* – um protótipo fundado no projeto da Ilustração de extrair uma concepção geral do entendimento de um concepção geralista da linguagem. Esse é o contexto epistemológico em que SB assenta a sua convicção de que a linguagem seja, enquanto sistema semiótico, como exprimiríamos hoje, o instrumento encarregado de mediar as trocas simbólicas e cognitivas entre espaço exterior do mundo e o espaço interior da mente humana.” (Lopes, 1987: 43)

Estes níveis, embora distintos, mantêm relações indissociáveis e mesmo complementares: um nível mais “profundo”, em que os termos de uma proposição dados no mundo dos nossos pensamentos (hoje diríamos, em nossa “mente”) colocar-se-iam ordenados conforme a linguagem da mente, traduzidos numa “gramática geral”, atributo de toda e qualquer língua humana. Outro nível, o “superficial”, em que estas informações vindas da

mente, seriam efetivamente materializadas como proposições. Em dada medida, dessa forma, poderíamos, então, associar aquilo que ECR chama de *construção* à moderna noção de “estrutura profunda”, e igualmente a *sintaxe* à “estrutura superficial”. Aliás, o mesmo modelo teórico a que ECR é tributário em seu “Sistema Francês” (MF), o é também para o mentor da “gramática gerativa transformacional”, Noam Chomsky em *Linguística Cartesiana*, obra de 1966:

A sintaxe de J. S. Barbosa parte de uma distinção básica que continua D. Marsais e que tem sido associada à dicotomia chomskiana de dois níveis de análise sintática – a estrutura profunda e a de superfície. É óbvio que não se tratada mesma distinção, mas a relação pode ser estabelecida (...) (Mattos e Silva, 1989: 43).

4.2.2 OS DOIS MODELOS APRESENTADOS POR CARNEIRO RIBEIRO

Logo na página 504 surge a primeira citação em que ECR diferencia os dois sistemas de análise – o inglês e o francês: “**Proposição** ou **oração**, a que os *gramáticos ingleses* chamam de **sentença** (*sentence*) (...)” (p. 504). Já de pronto, nota-se que o autor ocupa-se de diferenciar, para além dos dois sistemas, a distinção de metalinguagem entre os dois modelos.

Seguindo a descrição, ECR vai dizer que logicamente (sintaticamente) as frases ou orações se compõem de **sujeito**, **verbo** e **atributo** ou **predicado**; no entanto gramaticalmente “(...) consta de tantas partes, quanto são as palavras que encerra.” (p. 504), definição que já está na 1ª edição. Aliás, definição esta que é patente em várias gramáticas inglesas que justamente distinguem *análise lógica* de *análise sintática*. Para Charles Peter Mason, por exemplo:

In Grammar it is usual to employ the terms *subject* and *predicate* in a more restricted sense than in Logic. In Logic, the *subject* of a proposition is *the entire description* of that which is spoken of: the *predicate* is *all that is employed* to represent the idea which is connected with the subject. (Mason, 1879: 137)

E assim como Mason, ECR lembra: “Os dois termos da *proposição*, o *sujeito* e o *atributo*, reunidos, constituem o que em linguagem lógica se denomina *materia da proposição*; o verbo constitui sua *forma*.” (p. 504). Nesse sentido, existiria a *sintaxe da frase* e a *sintaxe das palavras*. Esta resume-se à *análise sintática*, a *sintaxe da frase* seria a análise do chamado “período composto”, e estuda a relação entre sentenças complexas, aquelas com mais de um verbo, por exemplo. Propriamente quanto à divisão dos chamados termos essenciais, Carneiro Ribeiro esclarece que os franceses admitem três partes essenciais da proposição: *sujeito*, *verbo* e *atributo*; enquanto os ingleses (e alemães) admitem apenas duas: *sujeito* e *predicado*. Aproveita o ensejo para mencionar em uma das únicas notas de rodapé de

toda a gramática, um importante gramático norte-americano, Gould Brown e sua *The Grammar of English Grammars* de 1851. Gramático este que traz em sua obra, além dos tópicos tradicionalmente presentes em uma Gramática Normativa (doravante GN) (ortografia, fonética/fonologia, lexicologia, fraseologia e estilística), também discussões acerca do próprio trabalho gramatical, além da história da língua inglesa, o que era já praxe em gramáticas que foram influenciadas pelo método histórico-comparativo.

Tanto para a descrição do *sujeito* quanto a do *predicado*, Carneiro Ribeiro classifica-os em *simples*, quando tem apenas um núcleo, e *compostos*, quando tem mais de um núcleo. Ainda, classifica-os em *incomplexo* quando o núcleo vier desprovido de *adjuntos* – que ele chama, segundo a análise francesa (MF) de *complemento circunstancial* “(...) adjuntos, como lhe chamam as gramáticas inglesas (...)” (p. 507); e *complexo* quando qualquer um desses termos ditos essenciais vier acompanhado de *adjuntos* que lhes modificam o sentido. Aliás, *adjunto* é um termo exclusivamente do MI:

Quanto ao sujeito ou o attributo de uma *proposição* ou *sentença* consta de mais de uma palavra, é sempre uma dellas a palavra fundamental ou característica do sujeito ou attributo e todas as demais são os *accessorios* desses dois termos ou seus *adjuntos*, como lhes chamam as grammaticas inglezas. (p. 507)

Em seguida expõe a diferença entre sujeito/atributo gramatical e sujeito/atributo lógico:

Á palavra fundamental dão-lhe alguns a denominação de *sujeito* ou *atributo grammatical*, appellidando *sujeito* ou *atributo logico* o conjuncto da fundamental e dos *accessorios*.

Assim que na proposição: *A gloria, oriunda da virtude, tem brilho immortal*, o **sujeito grammatical** é *gloria* (...) o **attributo grammatical** é representado pela forma verbal *tem*, que encerra em seu *radical* a ideia fundamental do *attributo*; é, porém, **sujeito logico** a expressão total *a gloria, oriunda da virtude*, e **attributo logico** a expressão *tem brilho immortal*. (p. 507-508)

Nosso autor vai escolher a classificação lógica, por razões óbvias: sabemos que a análise sintática foi lógica até praticamente fins do século XIX, assim como já referimos essa observação na primeira parte desta dissertação, a sintaxe na tradição gramatical, ao menos no tocante à análise sintática, sempre esteve ligada à lógica aristotélica, desenvolvida pelos modistas medievais e posteriormente pelos sábios de Port-Royal. Ainda que exista outra contraparte da mesma matéria denominada sintaxe que é mais ligada à estilística, e ainda outra, ligada à disposição semântica dos termos da oração.

Vale lembrar aqui que a *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal, publicada em 1660, resguarda influências decisivas do Humanismo e do Renascimento do século XVI, e é justamente desse Humanismo que derivar-se-ão gramáticas com objetivos pedagógicos mais

evidentes. Nesse sentido, o modelo gramatical dominante naquele século era o da descrição prática da língua, para que ela fosse mais facilmente ensinada; pensamento bem oposto ao dos modistas medievais com sua gramática calcada na lógica: menos descritiva e mais teórica. Os humanistas realmente criticavam os modistas justamente por estes não descreverem sua língua conquanto à realidade palpável, por isso há no movimento humanista uma espécie de arrefecimento das especulações modistas.

ECR também classifica da mesma forma os períodos compostos:

A **proposição** ou **sentença** é também **simples**, **composta**, **complexa** ou **incomplexa**. É **simples** quando consta de um só **sujeito** e de um só **predicado** ou **atributo** [...] É **composta** quando consta de duas ou mais proposições independentes, ligadas por *conjunções coordenativas* (...) *O trabalho fortifica o corpo e dá vigor ao espirito* [...] (p. 508).

E daí desenvolve-se a classificação mais esmiuçada:

É **complexa** a *proposição* quando consta de uma *proposição principal* e de uma ou mais *dependentes* ou *subordinadas* que se lhe encadeiam por meio de conjunções de subordinação [...] *Tanto que me viu, dirigiu-se a mim* [...] Na *proposição* ou *sentença complexa* as *subordinadas* que têm com a *principal* dependencia logica ou grammatical são, pela maioria dos grammaticos inglezes, denominadas **sentenças subordinadas** ou simplesmente **clausulas**. (p. 509).

Assim, fica claro que ele chama as **coordenadas** de **compostas** e as **subordinadas** de **complexas**. Esta classificação encetada por ECR fica ainda mais clara quando da nota de rodapé da mesma página referida (p. 509), a qual reproduzimos aqui: "Alguns grammaticos não admitem as *sentenças complexas*, incluindo-as nas *compostas*." (p. 509). Por outro lado, "A *proposição* é **incomplexa**, quando o seu *sujeito* ou *predicado* não encerra accessorio algum que possa constituir outra *proposição*: *Pedro fez annos hontem* (...)" (p. 509). Dessa forma, há novamente equivalência entre os termos das proposições "complexa" ou "composta"; ou "incomplexa" e "simples"; as quais diriam hoje os gramáticos, a distinção entre um "período simples", construído com apenas um verbo, e o chamado "período composto", construído com mais de dois verbos, ou duas estruturas oracionais.

Dessa forma, podemos notar que, segundo ECR, uma proposição **composta** segue essa classificação justamente por "compôr" duas orações de forma independente; ao contrário, a **complexa** está atrelada a um todo, mas encaixando uma oração que depende de outra para completar-lhe o sentido. De todo modo, essas "proposições" sempre formam um todo de sentido único. Nesse particular, há também uma disparidade com relação à classificação do modelo inglês: "Na *proposição* ou *sentença complexa* as *subordinadas* que têm com a *principal* dependencia logica ou grammatical são, pela maioria dos grammaticos inglezes, denominadas **sentenças subordinadas** ou simplesmente **clausulas**." (p. 509).

Propriamente quanto às *orações coordenadas* ou que ECR chama em sua gramática de **compostas**, ainda que ele explicita o termo *assindética*, prefere outro metatermo, pois isso implica numa controvérsia filosófica:

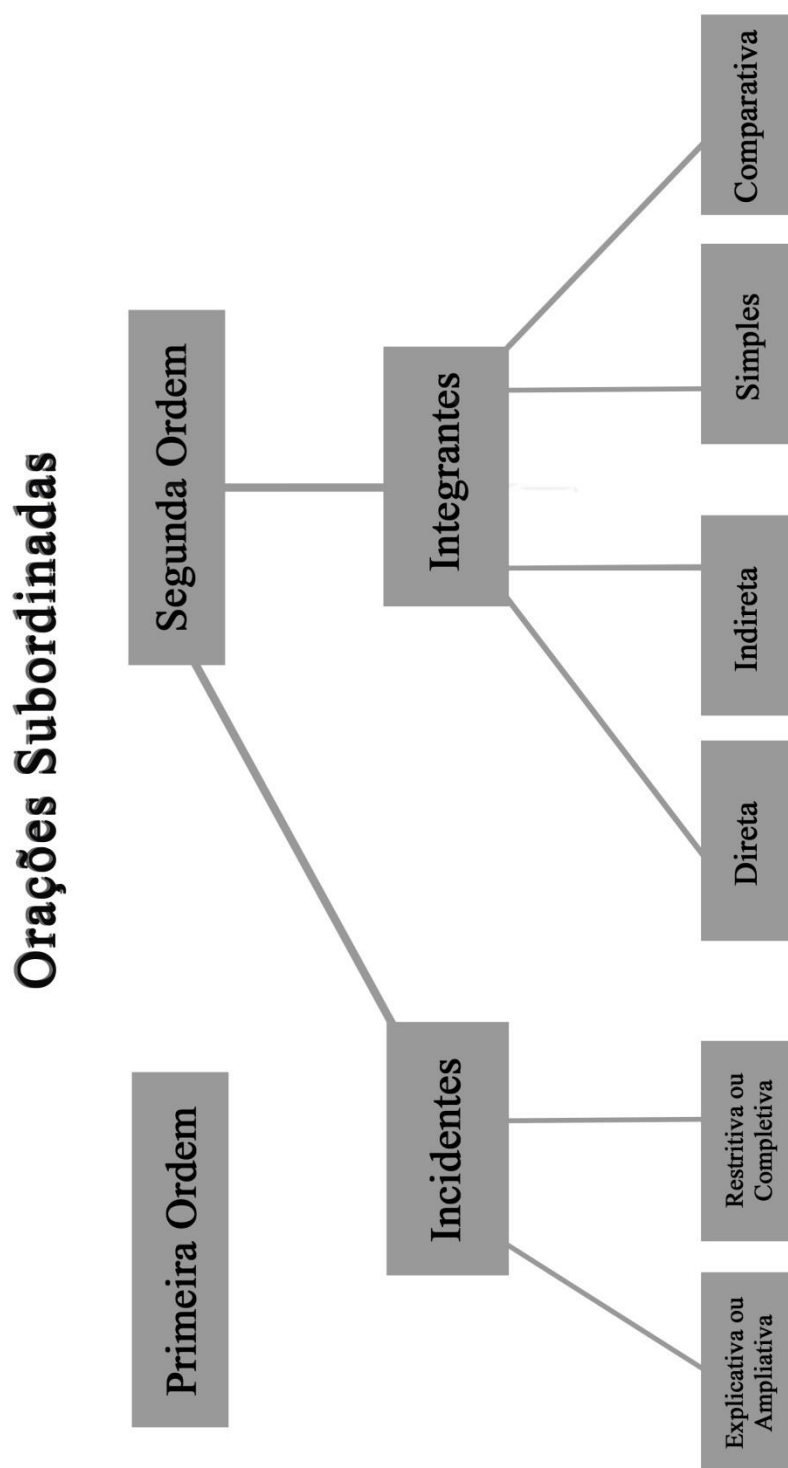
[...] [asyndéticas] designação que só adoptamos com certa restrição; porque em sua origem subjectiva, nos juizos de que são expressões, não podem deixar de admitir laços connectivos, supprima-os embora a linguagem, entre as proposições coordenadas; de outro modo nada teriam de inteiriços os juizos, grande solução de continuidade haveria entre os pensamentos, que perderia seu character de harmonia, homogeneidade e unidade; não haveria um pensamento, um juizo, senão retalhos, fracções [...] a rapidez, a vivacidade da linguagem traz ao discurso aquella suppressão, que não pode existir na mente do que falla, na fonte subjectiva da affirmacção que a proposição enuncia. (p. 510).

Em se tratando das subordinadas, ou **complexas**, assim Carneiro Ribeiro as classifica:

As de **primeira ordem**, a que alguns chamam **circumstanciaes**, indicam um sentido parcial, que não tem dependencia grammatical, senão logica com o exprimido pela *proposição principal* [...] “Logo que Rumeção teve posta em perfeição a mina, determinou á sombra della dar um geral assalto” (J. Freire)
As de **segunda ordem** conservam uma dependencia não só logica, mas ainda grammatical com a *proposição* a que se subordinam e de que fazem parte: *O homem que é virtuoso merece o respeito de todos*[...] (p. 512).

Dessa forma, podemos notar que estes períodos compostos, que ele chama de **segunda ordem**, são as que hoje chamamos **orações adjetivas** e mais algumas as quais hoje são denominadas **substantivas**. ECR vai então dividi-las em **incidentes** e **integrantes** ou **completivas**. Aquelas, vai ainda subdividir em **ampliativas** ou **explicativas** e **restritivas** ou **determinativas**, tais como as **orações adjetivas**.

Dados esses entendimentos, exporemos em seguida um quadro elucidativo, no qual, no nosso entendimento, Carneiro Ribeiro classificava as proposições com mais de um verbo. Focamo-nos, no quadro exposto, em sua classificação acerca das *proposições de segunda ordem* ou *orações subordinadas*:



QUADRO 1: ORAÇÕES SUBORDINADAS.

Dado o quadro, parece que fica mais clara a exposição das classificações oracionais utilizadas por Carneiro Ribeiro, bastante diferente daquilo que o leitor atual está habituado encontrar nas GNs.

Na sequência, o autor ainda subdivide as *ampliativas* em *incidentes*: “As proposições *incidentes* fazem as funções de *adjectivos*; por isso é que lhes chamam *orações*, *proposições*, *sentenças* ou *clausulas adjectivas*.” (p. 514). São elas *incidentes ampliativas* e *incidentes restrictivas*, que hoje chamamos de *subordinadas explicativas* e *subordinadas restrictivas*. Depois, ECR apresenta alguns “testes” em que procura distinguir as “ampliativas” das “completivas”.

Em seguida, nas páginas 514 e 515, o gramático discorre sobre as chamadas *proposições integrantes*, que podem ser **simples** ou **comparativas**, também chamadas de **correlatas**. As **simples** dividem-se em *directas* e *indirectas*:

As *preposições integrantes*, chamadas também **completivas**, são **simplesmente integrantes** ou **integrantes comparativas** ou **correlatas**: as primeiras são as que fazem parte de outra, servindo-lhe de *sujeito*, *predicado* ou *complemento*; Não sei se Francisco chegou da Europa [...] (p. 514).

E ainda, vale citar o esclarecimento do autor de que algumas dessas integrantes são as que hoje reconhecemos – segundo a GN – como *orações substantivas*:

As proposições integrantes **simples**, ou sejam constituídas pelas formas verbais infinitivas ou por formas de outro modo, pela maior parte, preenchem para com as principais o papel de substantivos; por isso é que se lhes dá também a designação de proposições, sentenças ou clausulas substantivas [...] (p. 514)

Ainda em relação a estas, ECR vai dividir em **directas**: “são as que fazem um sentido perfeito, ainda cerceadas do contexto do discurso [...] *Desejo que sejas feliz em tua viagem*” (p. 515) e **indirectas**: que, segundo o autor “[...] não têm sentido fóra do contexto [...] *Aristoteles costumava dizer a seus amigos: meus amigos, não há amigos*” (p. 515).

Por outro lado, as chamadas *proposições integrantes comparativas* ou **correlatas** se encaixariam no que hoje chamamos de *orações adverbiais*: “Essas proposições appellidam-nas alguns grammaticos *sentenças* ou *clausulas adverbias*.” (p. 514), ainda que com ressalva: “Ellas trazem sempre uma ideia de semelhança ou analogia [...] *Taes vassallos terá o principe no amor, qual lhes elle for principe na brandura* (Paiva)” (p. 515).

Em seguida, ECR vai tratar das chamadas proposições **principais intercaladas**, também chamadas de **absolutas**, **parentheticas** ou **incisas**, esta última nomenclatura atribuída a Chassang¹². Estas proposições se apresentam apenas com verbos *dicendi*. Ademais, ECR procura compilar todas aquelas que ainda não haviam sido classificadas. Dessa forma:

¹² Alexis Chassang (1827-1888), helenista e lexicógrafo francês.

As *proposições* ou *orações* constituídas pelos **participios do presente** (grifo nosso) são já *subordinadas de primeira ordem*, e inculcam uma circunstancia de *modo, causa, concessão, tempo* [...] exercendo com relação á *principal* as funções de *adverbios*; já *subordinadas de segunda ordem*, e pertencem ás incidentes, fazendo o papel de *proposições adjectivas* [...] (p. 516).

E, ainda, continua a classificar as chamadas *proposições de primeira ordem*: “As de *primeira ordem* não têm de ordinário os mesmos sujeitos da regente; as de *segunda ordem* têm os mesmos sujeitos da que as rege e subordina [...]” (p. 516).

Por outro lado, as de *segunda ordem* são, conforme explica ECR, aquelas em que “(...) o conjunctivo *que* tenha por antecedente a palavra caracteristica e fundamental do sujeito da principal, ou em que, exprimindo o participio, o modo de acção do verbo da principal (...)” (p. 516). Há ainda aquelas as quais ECR também chama de *incidentes*, e dos exemplos: “Carlos estuda *passeando*; Pedro dorme *resonando* (...) Eu o vi por muitas vezes *como que sorrindo para as flores sua dilectas* (...) (Lat. Coelho)” (pp. 516-517).

Finalmente, o autor chama também algumas orações com participio passado de “*subordinadas de primeira ordem*, submetendo-se-lhes para as compor (*sic*) o *participio presente* do verbo *ser*, unido aos ditos *participios passados* (...) **Morto o rei, foi proclamada a republica** (...) **destruida a cidade rendeu-se toda a sua guarnição.**” (p. 518). E das orações com o *participio presente*, expomos os seguintes exemplos fornecidos pelo autor: “**Em entrando a noite**, retiraram-se todos para as suas moradas; **em vindo a esta cidade**, sempre apparecerei (...)” (p. 518).

A partir da mesma página 518, ECR começa a tratar das chamadas *proposições participiaes* e também das chamadas *infinitivas*, classificando-as como *subordinadas de segunda ordem*: “Tanto as *participiaes* como as *infinitivas*, não se ligam geralmente ás *principaes* por *conjuncções*, mas pela identidade dos sujeitos [...]. Pode, todavia, uma *preposição* [...] servir de laço connectivo entre uma *proposição principal* e a *infinitiva* que a inteira e completa: *Trabalham para comer*; *sahiu sem se despedir* [...]” (p. 518 – sublinho nosso).

Na última parte dessa seção, Carneiro Ribeiro classifica melhor as orações, ou como ele as chama, *proposições*. Vai dividi-las, então, em **absolutas** (*Deus é eterno; a caridade é língua universal* (p. 520)) e **relativas**:

Assim são relativas não só a *principal* e as *subordinadas*, que della dependem em uma *sentença* ou *oração complexa*, senão todas as orações coordenadas, que se approximam, prendem e ligam por elementos connectivos de coordenação, claros ou occultos. (p. 520).

Quanto à forma das orações, vai classificá-las em **plenas** (*O sol é brilhante; a mentira é detestável; as paixões cegam o homem*); **elípticas** (*Venho da Bahia; adeus; bons dias*); e **implícitas** (*Ah!; oxalá!*).¹³ Finalmente, classifica as proposições segundo critérios semânticos em: **positiva** ou **assertiva**, **negativa**, **interrogativa**, **exclamativa**, **imprecativa**, **optativa** e **imperativa**.

Na segunda seção deste mesmo primeiro capítulo – que por provável erro tipográfico saiu como “III” (p. 521) – o autor precisa melhor os conceitos do que ele entende por *frase*, *período* e *proposição*:

Phrase é um conjuncto de palavras ou de proposições que formam um sentido completo.

[...]

O termo *phrase* é tomado pelos grammaticos inglezes num sentido muito differente do que lhe dão os francezes: emquanto estes consideram a phrase como um todo, consideram-na aquelles como uma parte, um fragmento do todo. (p. 521, destaque nosso)¹⁴

Depois passa a classificar os períodos: “Chama-se *periodo* a enunciação de um sentido completo e acabado, por meio de uma reunião de *proposições* (...)” (p. 522). Em seguida faz a classificação dos períodos conforme o número de *proposições* que estes contêm: **período bimembre**; **período trimembre**; **período quadrado** (ou seja, com quatro *proposições*); e **período periódico** (ou seja, aqueles com mais de quatro *proposições*).

4.3.2 DO CAPÍTULO II – Dos complementos e sua divisão; apposto, compellativo ou formula vocativa; attributo superposto ou secundário; attributo do complemento. Adjunctos dos grammaticos inglezes

Embora nos *Serões* a nomenclatura dos termos integrantes e acessórios mude, as noções se preservam as mesmas, tais como as que temos hoje em: objeto direto e objeto indireto ou mediado é denominação, segundo ECR, dos gramáticos ingleses:

Quando o *complemento indireto* exprime uma circunstância de *lugar*, *tempo*, *meio*, *causa*, *modo*, *matéria*, *instrumento*, *quantidade*, *companhia*, *exclusão*, *preço* ou *estimação*, *fim*, *excesso*, *oposição*, *substituição*, é geralmente denominado [complemento] **circumstantial**. (p. 529).

Ou seja, é o mesmo que *adjunto adverbial*.

“Ao *aposto* chamam os gramáticos inglezes *adjunto attributivo*.” (p. 530).

Compelativo ou **Forma vocativa** (p. 530) seria o mesmo do que hoje chamamos Vocativo.

¹³ Visto que nesta seção somente nos propomos a fazer uma apresentação dos SG, remetemos o leitor à seção seguinte para uma explicação mais detalhadas desses conceitos de orações desprovidas de verbos.

¹⁴ Adiante discutiremos como mais vagar o status de “sentença” e seus eventuais “termo”, ou como modernamente podemos chamar de “constituintes” ou “sintagmas”.

Complemento direto superposto ou **atributo do complemento** são aquilo que hoje chamam-se os dois complementos dos verbos bitransitivos. Na verdade ECR diz que o verdadeiro complemento é o pronome e outro seria uma espécie de falso complemento. Isso fica mais claro observando os exemplos do autor, em:

[...] *elle o chamava seu mestre; o reputava grande escriptor; fel-o seu mentor; tornou-o seu servo; fel-o seu cumplice; o verdadeiro complemento ou regime directo é o pronome e as expressões seu mestre, grande escriptor, seu mentor, seu servo, seu cumplice fazem de complementos directos superpostos ou attributos do complemento directo.* (p. 531)

4.2.4. DO CAPÍTULO III – Dos systemas de analyse

Nesta parte do trabalho nos dedicaremos apenas a expor as sentenças utilizadas por Carneiro Ribeiro na sua dupla análise sintática. As oito orações utilizadas por ECR seguem um crescente de dificuldade, i.e., de uma oração simples com estrutura copular, até um período composto. Lembrando que os comentários acerca de três orações selecionadas serão devidamente apresentados na próxima seção:

(1) *A mentira é detestavel.*

- Para o Sistema Francês : ECR classifica como “proposição absoluta ou independente”. É composta de três partes: *sujeito*, *cópula* e *atributo*; e, segundo o MF, classificada da seguinte maneira: o *sujeito* desta oração como **simples**, pois que só apresenta um núcleo; e **complexo**, pois é composto de duas palavras. Ainda, o *atributo* é simples, pois só possui um núcleo; e *incomplexo*, pois está desacompanhado de qualquer outra palavra.
- Para o Sistema Inglês : Trata-se de uma “sentença simples” contendo duas partes: *sujeito* e *predicado*, o *sujeito* é **simples**, pois só possui um núcleo, e está acompanhado de seu **adjunto atributivo**. O *predicado (é detestável)* é **simples**, pois só possui um núcleo, e **complexo**, pois possui agora duas palavras para compô-lo.

(2) *A sêde de ouro suplanta em alguns espiritos o sentimento da honra.*

- Para o Sistema Francês: Classificada como *proposição absoluta* ou **independente**, sendo seu sujeito *simples*, pois só possui um núcleo; e *complexo*, pois o sujeito está acompanhado daquilo que ECR chamara de **complemento indireto** ou **determinativo** (*do ouro*). Ao verbo, segundo esse sistema, acompanham um **complemento direto** (*o sentimento de honra*), e um **complemento indireto** ou **circunstancial** (*em alguns espíritos*). Diz ainda ECR que a expressão *da honra* é **complemento determinativo** de *sentimento*. Lembra ainda o gramático que

toda a expressão *suplanta em alguns espíritos o sentimento da honra*, ou seja, este *predicado* pode, então, ser classificado como *simples* e *complexo*. É interessante notar aqui, que ECR incluiu – provavelmente foi erro – o verbo *suplantar* ao “atributo”.

- Para o Sistema Inglês: Trata-se de uma “sentença simples”, na qual o sujeito diz-se *ampliado*, o que equivaleria ao *complexo* do SF, segundo nota de rodapé da mesma página 536. Já o **predicado** – *suplanta em alguns espíritos o sentimento da honra* – o autor classifica como *complexo*, pois é composto de mais de uma palavra. Chama de **adjunto atributivo** a expressão *do ouro*, pois ela está ligada ao “núcleo” do sujeito (*sede*). Ademais, chama de **objeto direto** toda a expressão *o sentimento de honra* e *em alguns espíritos* chama de **adjunto adverbial**, pois ele é, segundo ECR um “modificativo da extensão do *predicado*” (p. 536). Finalmente, chama de **adjunto atributivo** a expressão *sentimento*, pois esta estaria ligada ao “núcleo do objeto direto”.

(3) *Tudo cura o tempo, tudo digere, tudo acaba.*

- Para o Sistema Francês: Segundo este sistema, trata-se de uma “frase” composta de três “proposições coordenadas”, como “elemento conectivo subentendido”. O sujeito é o mesmo para as três orações (*tempo*), sendo que está subentendido nas duas últimas orações. O atributo da primeira oração é (*cura tudo*) *simples* e *complexo*. Curiosa é sua classificação para os verbos. Segundo ECR, o primeiro verbo (*cura*) é “atributivo”, isso porque ele “em seu radical encerra a parte fundamental do *attributo*” (p. 537); diz ainda que a palavra *tudo* é **complemento direto** do verbo. As outras duas orações seguem a mesma classificação.
- Para o Sistema Inglês: Trata-se agora de uma *sentença composta contracta*. Igualmente, os sujeitos das três orações são os mesmos. A expressão *tudo* é **objeto direto** de todos os verbos (*cura*, *digere* e *acaba*). Ainda, para o SI, todos os sujeitos são **simples** e todos os predicados, **complexos**.

(4) *Se eu fosse rico, tu serias feliz.*

- Para o Sistema Francês: Trata-se de uma “frase” ou, como nos é mais familiar hoje, “período composto” de uma oração **principal** (*tu serias feliz*), outra **subordinada de primeira ordem** (*se eu fosse rico*). Segundo ECR, tais orações estariam

ligadas pelo “elemento subordinativo” *se*. De sorte que o sujeito da oração principal (*tu*) seria *simples* e *incomplexo*; e **atributo**(*feliz*) do verbo (*serias*) é *simples* e *incomplexo*. Já o sujeito da **oração subordinada** (*eu*) é *simples* e *incomplexo*. O **atributo** (*rico*) do verbo (*fosse*) é também *simples* e *incomplexo*.

- Para o Sistema Inglês: Trata-se de uma **sentença complexa**, que contém uma **sentença principal** (*tu serias feliz*) e de uma **subordinada** ou **cláusula adverbial** (*se eu fosse rico*). Diferentemente da análise no sistema francês, no entanto, o autor agora chama o *se* de “conjunção de subordinação”. Assim, o **sujeito** da principal (*tu*) seria *simples* e *incomplexo*; e **predicado** (*serias feliz*) seria *simples*, pois só possui um núcleo e *complexo*, pois é composto de mais de uma palavra. A **sentença subordinada**, a que ECR chama também, nesse modelo, de **cláusula adverbial**, tem como **sujeito** (*eu*), tanto como **predicado** (*fosse rico*) classificados como *simples* e *complexos*. Novamente aqui, parece que há um pequeno deslize do autor, isso porque o sujeito, expresso pela única palavra *eu*, não poderia ser *complexo*.

(5) *Asseguro-te que serás feliz nessa empresa.*

- Para o Sistema Francês: Aqui, ECR diz que se trata de uma “frase” composta de duas **proposições**, sendo a **principal** a primeira, e a segunda, uma **subordinada** de **segunda ordem**. O **sujeito** subentendido da **principal** (*eu*) é classificado como *simples* e *incomplexo*. Diz ainda que o verbo (*asseguro*) é *concreto* ou *atributivo*; a expressão *que serás feliz nessa empresa*, segundo ECR é um **complemento direto**, e a “variação pronominal enclítica” *te*. Já o sujeito da subordinada é *tu*, que tem como verbo, *serás*. Este, por sua vez, tem como **atributo**, *feliz*, acompanhado de seu **complemento indireto**, *nessa empresa*. As duas orações estão ligadas pela “conjunção subordinativa”, *que*.
- Para o Sistema Inglês: Trata-se de uma **sentença complexa**, constituída por uma **sentença principal** e uma **subordinada** ou também chamada de **cláusula substantiva**. O **sujeito** da principal (*eu*) é *simples* e *incomplexo*. E seu **predicado** é *asseguro-te que serás feliz nessa empresa*; tendo como **objeto indireto** do verbo *assegurar*, a “encíclica pronominal” *te*. E ainda, diz ECR que o **objeto indireto** é “toda cláusula **subordinada** que se lhe segue” (p. 539). Já da **subordinada**, o sujeito (*tu*) subentendido é *simples* e *incomplexo*, cujo

predicado (*serás feliz nessa empresa*) é *simples e incompleto*; ainda, *nessa empresa*, é **adjunto adverbial** do adjetivo *feliz*. “As duas sentenças são ligadas pela conjunção subordinativa *que*, a qual subordina a segunda à primeira.” (p. 539).

(6) *Quando o orador terminou seu discurso, aclamaram-no estrepitosas saudações.*

- Para o Sistema Francês: Trata-se novamente de uma “Frase” ou período composto de duas *proposições* ou *membros*, uma **principal**, outra **subordinada primeira ordem**. Sendo a principal a segunda (*aclamaram-no estrepitosas saudações*). O sujeito da principal (*estrepitosas saudações*) foi classificado como *simples e complexo*, que tem como **atributo**, a expressão *aclamaram-no*, sendo o pronome *no* o **complemento direto** do verbo. Já o sujeito da subordinada (*o orador*) é *simples e incompleto*. O **atributo** (ou **predicado**, como insiste ECR); que tem como **complemento direto** do verbo *terminar*, a expressão *seu discurso*; é classificado como *simples e incompleto*. Chama, ainda, o conectivo *quando* de “elemento conectivo”.
- Para o Sistema Inglês: Trata-se de uma *sentença complexa* composta de uma **principal** e de uma **cláusula adverbial** ou, simplesmente, **subordinada**, cujo sujeito (*o orador*) vem “acompanhado” de seu **adjunto atributivo**, ou seja, o artigo *o*. O predicado dessa **subordinada** (*terminou seu discurso*) é *simples e incompleto*, ademais, o **objeto direto** é *seu discurso*, sendo o artigo *o* e o possessivo *seu*, **adjuntos atributivos** de *discurso*. Da principal, segundo ECR, temos como sujeito *ampliado* a expressão *estrepitosas saudações*, onde *estrepitosas* é **adjunto atributivo** de *saudações*. O predicado *aclamaram-no*, possui um **objeto direto**: o pronome combinado *no*.

(7) *Pasteur, que foi uma glória da França, abriu novos horizontes ao conhecimento das bactérias.*

- Para o Sistema Francês: Para o SF, trata-se de uma “frase” que contém duas *proposições*, na qual a primeira é subordinada (*de segunda ordem – incidente*) à segunda. A principal tem sujeito (*Pasteur, que foi uma glória da França*) *simples e complexo*. Seu verbo (*abriu*) tem como **complemento direto** *novos horizontes*, e **complemento indireto**, *ao conhecimento das bactérias*. Já o sujeito da subordinada é (*Pasteur*) é modificado pelo “adjetivo” *que*. Verbo: *foi*; atributo:

uma glória da França, no qual *na França* é **complemento indireto** de *glória*, cujo *adjetivo determinativo* o modifica.

- Para o Sistema Inglês: Trata-se de uma sentença **complexa**, cuja **principal** (*abriu novos horizontes ao conhecimento das bactérias*) liga-se a **subordinada** ou **cláusula adjetiva**: *que foi uma glória da França*. Sujeito da principal: (*Pasteur, que foi uma glória da França*), diz o autor, é *ampliado*, provavelmente por outra oração. O **objeto direto** do verbo *abriu* é *novos horizontes*; o **objeto indireto** do mesmo verbo é *ao conhecimento das bactérias*. Seu **predicado** é toda a expressão: *abriu novos horizontes ao conhecimento das bactérias*; o adjetivo conjuntivo *que*, diz ECR, é **adjunto atributivo** do substantivo *Pasteur*. Ainda, são **adjuntos atributivos**: *uma, da França* do substantivo *glória*; *novos* de *horizontes*; e *das bactérias* de *conhecimento*.

(8) *A lua, coando os seus raios pelas clareiras do bosque, prateava de luz tremula e frouxa o sitio daquelle amoravel colloquio.*

- Para o Sistema Francês: Trata-se de uma “frase”, cuja oração principal é a segunda, sendo a subordinada de *segunda ordem – incidente*. Assim, o sujeito da principal (*a lua coando seus raios pelas clareiras do bosque*) é *simples e complexo*. O **sítio** é **complemento direto** do verbo *prateava*, seguido de outro complemento, **indireto determinativo**: *daquele amorável colóquio*, e **indireto circunstancial**: *de luz trêmula e frouxa*. Ademais, apenas diz que o **atributo** é *prateava de luz trêmula e frouxa o sítio daquelle memorável colóquio*.
- Para o Sistema Inglês: Trata-se de uma *sentença* que “[...] contém uma *sentença principal* e uma *phrase participial*, servindo de **adjunto atributivo** da palavra *lua*.” (p. 542). Tem como **sujeito** *a lua coando os seus raios pelas clareiras dos bosques*; e como **predicado**: *prateava de luz trêmula e frouxa sítio daquelle amorável colóquio*. Diz ainda, ECR, que o **objeto direto** do verbo *prateava* é *o sítio*; *daquele amorável colóquio*, seria **adjunto atributivo** de *sítio*; *de luz trêmula e frouxa*, **adjunto adverbial** de *coando*; e finalmente, *do bosque* seria **adjunto atributivo** de *clareiras*. Nessa última análise, nota-se já um amálgama – nem sempre muito claro – dos dois sistemas.

4.2.5 DO CAPÍTULO XIII – Das alterações syntacticas

Carneiro Ribeiro inicia o capítulo dizendo algo muito importante e pouco observável em outros gramáticos, o fato de que a *língua muda*:

No caminhar incessante das linguas, consorciando-se á justa com o pensamento, de que são espelhos, não são as palavras somente que se modificam e transformam, apparecem e desaparecem, se revocam e desprezam, se substituem e alternam, se renovam e envelhecem, rejuvenescem e morrem; o discurso em seu todo, em sua contextura, soffre tambem varias alterações, não sendo em todos os tempos sempre a mesma a maneira de urdil-o, tramal-o e entretecel-o. (p. 702)

Nota-se aqui já a influência da linguística oitocentista, mais especialmente do método histórico-comparativo, no que concerne à mudança linguística, não apenas nos níveis fonéticos e lexicais, mas ECR alarga o conceito para o discurso, e mesmo num nível sintático. Depois disso, fará a oposição entre *neologismos sintáticos* e *arcaísmos sintáticos*.

Primeiramente Carneiro Ribeiro chamará de *arcaísmo* a construção do verbo HAVER com mais um pronome clítico imediato, os pessoais oblíquos: *me, te, se, lhe, nos, vos* etc. Vai dizer que herdamos esta estrutura do Latim, por isso cita Horácio na p.703, e em seguida fornece-nos exemplos através das citações de Vieira: “**Hão-se de acabar; ha-se de arar a terra; ha-se de semear e guardar o trigo; ha-vos de pedir a conta a vós (...) hão-me de dar a capa por amor; ha-o de recolher**” (p. 703). Quanto a esses exemplos, ECR diz que, embora sejam arcaísmos, ainda são usados pelos escritores “modernos”.

4.2.5.1 MAIS ALGUMAS PALVRAS SOBRE O VERBO “HAVER”

Sobre este verbo, ECR faz uma espécie de apanhado histórico: “Nos nossos antigos escriptores eram muito enconradições exemplos do verbo *haver* auxiliar, seguido de um verbo no infinitivo sem a preposição *de*, ellipse que, pelo commum é havida hoje em dia por inelegante e de máu soido.” (p. 704). E o autora cita ainda alguns exemplos:

“(...) de Filinto *hão dar* por *hão de dar*; *que ha dizer?* por *que há de dizer?*; *não has morrer* por *não has de morrer* (...) *não mais te hei ver* por *não mais hei de te ver* (...)” (p. 704).

No entanto, nosso autor não escapa de julgamentos: “[...] ferem-nos hoje tão mal o ouvido, que serão poucos os escriptores modernos que não as tenham por viciosas sejam embora abonadas pelos classicos.” (p. 704).

Além disso, ECR não faz mais nenhuma menção ao verbo *haver*, tanto quando a sua colocação sintática, como quanto ao seu uso efetivo.

4.2.5.2 SOBRE O VERBO “FAZER”

Da mesma forma como no capítulo anterior, ECR faz um apanhado histórico do verbo em questão: “Com o verbo *fazer*, seguido de um complemento compunham os nossos antigos escriptores algumas locuções havidas hoje por antiquadas (...) *fazer noite* por *anoitecer* (...) *fazer resposta* por *dar resposta*, *responder* (...) *fazer erros* por *errar* (...) *fazer fructo* por *tirar proveito* (...)” (p. 705).

Depois dos exemplos, ECR faz uma comparação dessas construções com as mesmas contruções do francês.

4.2.5.3 LOCUÇÃO COM O VERBO “FAZER” REPETIDO

Aqui o autor continua a listar as construções arcaicas da língua:

E o que mais é, á semelhança do que se nota no francez, onde o verbo *faire* em um modo pessoal pode ter por complemento o mesmo verbo *faire* no infinitivo, em alguns dos nossos escriptores antigos é ás vezes o verbo *fazer* em qualquer dos seus tempos, seguido do mesmo verbo [...] “*Fizeram fazer* outra manta” (Castanhede Liv. 6º Cap. 114 Pag. 248” (p. 705)

É de se notar que não apenas o verbo *fazer*, mas outros verbos funcionam deste modo: repartindo-se o verbo numa locução, onde um é o verbo principal, e o outro auxiliar, como mesmo funciona uma locução: “Tal syntaxe, porem, reputa-se de todo em todo fóra de voga.” (p. 705). E dos exemplos do autor: “(...) *fazer noite* por *anoitecer* (...) *fazer erros* por *errar* (...) *fazer pranto* por *chorar* (...) *fazer vida* por *viver* (...) *fazer fim* por *morrer* (...)” (p. 705).

4.2.5.4 SOBRE O VERBO “PROMETER”

Na única menção sobre este verbo, ECR diz que no passado usava-se o verbo *prometer* sob a forma pronominal, no sentido de *esperar*, *esperar algo de alguém*: “**Promettia-se** grandes chimeras de gosto com ella (Paiva, p. 706).

4.2.5.5 DAS EXPRESSÕES “QUANTA EU” E “QUANT’EU”

Aqui, ECR diz que antigamente essas expressões eram usadas em lugar de *quanto a mim*, *enquanto a mim* ou “*emquanto para mim* [...] essa locução vulgar, justamente censurada hoje” (p. 706). É de se notar, ainda, que a primeira das expressões (*quanto a mim*) tidas por ECR como arcaicas, ainda hoje é usada, ao menos na escrita.

5. ANÁLISE GERAL DA “FRASEOLOGIA” NOS SERÕES GRAMATICAEIS

5.1. Introdução aos pressupostos nos modelos apresentados por ECR

Nesta seção, diferentemente da anterior, procuraremos fazer uma leitura crítica dos capítulos selecionados, e apresentados anteriormente, em que estão contidas as ideias propostas por ECR nos *Serões Gramaticais* sobre o que seria sua "fraseologia", que na verdade englobaria a *Sintaxe* e a *Construção*, conforme introduzimos ao longo deste nosso trabalho. Da mesma forma como fez Soares Barbosa em sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* de 1822 [1803] e em sua obra anterior: *As Duas Linguas ou Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, comparada com a Latina, para ambas se Aprenderem ao mesmo tempo* de 1796, nos SG, ECR diz que *Construção* é a contraparte da fraseologia que trata das “proposições” enquanto “autorizadas pelo uso” (Soares Barbosa, 1822: p. 362); enquanto a *Sintaxe* trata da ordem “sistemática” das palavras (*idem*). Ou seja, enquanto a *Sintaxe* é um elemento comum a todas as línguas, a *Construção* é uma característica peculiar de cada língua. Dentro da tradição das chamadas Gramáticas Filosóficas, Arrazoadas ou Racionalistas, essa dicotomia resume-se a dois modelos distintos de gramáticas: as *gramáticas gerais*, que dariam conta de uma explicação para fenômenos linguísticos comuns a todas as línguas, e as *gramáticas particulares* que explicariam as regras daqueles fenômenos gerais aplicados a apenas uma língua. E assim como Soares Barbosa, Carneiro Ribeiro usa o mesmo exemplo para explicar essa distinção:

Nas duas proposições: *Alexandre venceu a Dario* e *a Dario venceu Alexandre* é a syntaxe a mesma, mas diferente a construção, isto é, a ordem local das palavras, que, num ou noutro caso, exprimem o mesmo pensamento representando sempre as mesmas funções os elementos que constituem cada uma dellas. (pp. 503-504)

E comparando-se a Soares Barbosa:

Nestas duas orações: *Alexandre venceo a Dario*, e *A Dario venceo Alexandre*, as construcções são contrarias; porém a syntaxe he a mesma. Ambas ellas em quanto conduzem para a maior ligação das ideias e clareza da enunciação, são do foro da Grammatica em geral, e da Lingua Portugueza em especial, que entre os signaes das relações conta tambem a construção local dos vocabulos (Soares Barbosa, 1822: 362-363).

Em ambas as citações, o que fica patente é que no modelo da chamada Gramática Filosófica, a linguagem humana se aproxima do pensamento, ou seja, é uma aptidão inata do gênero humano, e que pouco ou quase nada tem a ver com a experiência: para um Racionalista, a língua é uma entidade inata, mesmo que dependa do contato com o mundo, ela é basicamente matéria do pensamento, um instinto, portanto. E esse “instinto” se manifesta,

por assim dizer, em cada comunidade de falantes, de maneira um pouco diferente, conforme já encetada nos preceitos da *Grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal (1660):

A construção das palavras se distingue geralmente da conveniência, em que as palavras devem convir entre si, e da do regime, quando um dos dois causa uma variação no outro.

A primeira, em sua maior parte, *é a mesma em todas as línguas, porque se trata de uma sequência natural daquilo que está em uso por toda a parte*, para melhor distinguir o discurso.” (Port-Royal, 2001 [1660]: 125, grifo nosso)

Por outro lado, ao Empirismo, corrente filosófica a que o aqui chamado Sistema Inglês é aparentemente tributário, não via a língua extritamente como espelho do pensamento, embora não negasse de todo o inatismo da língua, atribui às experiências sensoriais, sobretudo, o desenvolvimento da linguagem humana. Para um empirista, a existência da língua necessariamente depende da experiência direta obtida do mundo. Sendo assim, para um empirista, não parece tão relevante analisar uma estrutura linguística que está na mente, ao contrário, as palavras e sentenças somente seriam “visíveis”, e de fato “refletiriam” o pensamento a partir das experiências sensíveis, ou seja, aquelas apreendidas pela realidade. Obviamente que a visão do que seja língua para o Empirismo e do que seja Racionalismo seja muito mais ampla do que o aqui brevemente exposto; no entanto, não iremos tratar desses outros aspectos aqui porque fugiria de nosso escopo. Além do mais, o modelo de sintaxe proposto pelas gramáticas inglesas é, a princípio, muito mais afeito à filosofia positivista, em voga em fins do século XIX, do que extritamente Empirista. Seja como for, esse modelo de análise sintática proposto por gramáticos de língua inglesa não se desvincula de todo da lógica aristotélica. Dito de outra forma, ainda que exista uma análise sintática “inglesa” que difere do modo racionalista, nas relações que esses gramáticos utilizam para explicar a natureza da língua, não há propriamente oposições eurísticas radicais entre as duas correntes. E nem mesmo fica clara a influência de um empirismo estrito nas gramáticas de língua inglesa. Novamente é Mason que lança luz sobre o pensamento gramatical em língua inglesa no século XIX: “*That act of the mind by which the notion expressed by the predicate is joined to the notion expressed by the subject, is called a judgment. The result of a judgment is a thought. The expression of a thought is a sentence.*” (Mason: 1879: 138). Fica flagrante aqui, portanto, que não é um empirismo puramente que influencia o pensamento gramatical em língua inglesa, mas há também um vínculo muito forte com a lógica. Percebe-se, dessa forma, que não há necessariamente “oposição” entre duas correntes de pensamento, muito menos uma oposição epistemológica propriamente entre os dois modelos de análise sintática. Por outro lado, há duas visões do que seja uma *sentença* ou *proposição*. Há dois modelos que enxergam

o seu objeto (seja *sentença*, seja *oração*) de maneiras diferentes. Podemos afirmar, então, que embora tenham sofrido influências filosóficas diferentes, os dois modelos de análise não são completamente tributários dessas correntes: Racionalismo versus Empirismo. Embora os modelos sejam flagrantemente diferentes, gerando resultados de análises diferentes, parece que nosso gramático não percebera isso, e equipara duas noções da língua que são sutilmente diferentes, a *proposição* e a *sentença*:

A análise francesa considera que a expressão analisada é uma *proposição*, enquanto a análise inglesa a trata como uma *sentença*. Desde os estóicos, que estabeleceram diferença semântica entre as duas noções, *proposição* é algo que pode ser verdadeiro ou falso enquanto *sentença* é o veículo lingüístico da proposição (que pode veicular também coisas que não são proposições, como perguntas, comandos, etc.). A análise francesa, portanto, revela a *estrutura lógica* da expressão, enquanto a análise inglesa revela sua *estrutura gramatical*. Em outras palavras, os franceses estão preocupados com as relações entre as idéias veiculadas pela expressão (um *juízo*), enquanto os ingleses analisam a própria expressão, enquanto objeto lingüístico. Até por isso, Carneiro Ribeiro associa os gramáticos ingleses ao positivismo comtiano.” (Borges 2009: 639)

Sabemos também que houve, conforme vimos no início da seção anterior, uma espécie de reformulação, ou ao menos uma preocupação por parte dos gramáticos brasileiros no final do século XIX, com os conteúdos de uma gramática mais tradicional. Deve ser essa a razão pela qual, a partir desse período, os gramáticos passaram a adotar o que ECR chamou de Análise Inglesa. E parece que nosso gramático percebeu também a necessidade de “modernizar” seus *Serões Gramaticais*, já em sua segunda edição de 1914. Ou seja, por mais que ECR tenha seguido essa tendência, sua formação como professor de “gramática lógica”, não permitiu, talvez, que estirpasse de todo os preceitos racionalistas de sua obra. Provavelmente, ECR deixa os dois modelos de análise expostos nos SG para, por um lado, fazer com que sua gramática continuasse atual, tal como fizera outros gramáticos brasileiros daquele período: Júlio, Ribeiro, Maximino Macial etc; e por outro lado, para mostrar que ele não abandora a tradição lógica, possivelmente por ele mesmo não desacreditar que tais preceitos estivessem de todo defasados. Seja como for, a atitude de ECR ao expor os dois modelos de análise sintática em sua obra, e de forma “imparcial”, na medida do possível, o faz singular na gramaticografia brasileira, e mesmo na tradição da língua portuguesa.

Muito provavelmente por essa razão empirista, e também talvez positivista, de que a língua depende fundamentalmente da experiência para com o mundo e não apenas de dados provindos da mente, é que as gramáticas em língua inglesa fazem um recorte binário da oração. Talvez por isso, esses gramáticos ingleses estavam interessados em ver apenas os

fenômenos decorrentes da realidade palpável, aliás, Mason novamente expõe um ótimo argumento para provar que a tese racionalista não se sustenta:

Inasmuch as the personal termination of the verb have no existence apart from the verb itself, it is usual (and convenient) in grammar treat the copula as a part of the predicate.

[...]

Grammarians who try to foist the logical copula "is" into grammar are careful not to travel beyond such examples as "Man is mortal". The task of dealing with such a sentence as "John went to London" they leave to their readers. (Mason, 1879: 138)

Também o já referido Goold Brown:

Every sentence must contain two principal parts; namely, the **subject** and the **predicate**.

Whatever is directly spoke of in the sentence is the **subject**; as, "The *sun* has se." – "Can *you* write?"

That which is said of the subject is the **predicate**; as, "Beauty *fades*"

Any combination of the subject and predicate is called a **proposition**." (Brown, 1882: 127)

E, ainda, no já referido Bain:

Every sentence consists of two parts, the Subject and the Predicate: 'gold is precious'; 'gold' (*subj.*), 'is precious' (*pred.*).

For the purpose of explaining the Parts of Speech, it was necessary at the outset to describe the two principal divisions of the sentence, and the manner of enlarging or extending each of them by the use qualifying words. (Bain, 1880: 264).

Ou no seguinte excerto do também já citado Whitney:

A *Sentence* is composed of *subject* and *predicate*: the subject, a noun (or a word or words having the value of a noun), name that which something is asserted or declared; the predicate, a verb, express that which is asserted or declared of the subject." (Whitney, 1977: 156)

Há ainda uma diferença essencial entre os dois modelos, pois o MF vê na centralidade da "proposição" o 'sujeito:

O sujeito he sempre o principal termo da proposição, ao qual todos os mais se referem. Elle sempre he ou hum nome substantivo que proprio sem artigo, como: *Pedro he homem*; quer apellativo com elle, como: *O homem he mortal*; ou qualquer outra parte da oração substantivada pelo artigo (...) E o verbo he sempre o verbo substantivo *Ser* ou *so*, *Sou amante*; ou incorporado com o adjectivo na mesma palavra, como: *Am-o*. (Soares Barbosa, 1822: 364).

Aliás, é justamente essa distinção entre a centralidade dos nomes ou dos verbos numa oração é quando se percebe, talvez com mais clareza, qual a real diferença entre os dois sistemas. Segundo Soares Barbosa:

(...) se vê que sua essencia (do verbo) consiste propriamente na enunciação da coexistencia de huma ideia com outra; e não na expressão destas ideias, que ja para isso tem palavras destinadas nos substantivos e adjectivos, que as nomeão; e que esta coexistencia não póde ser expressada, nem o he em todas as Linguas, senão por verbo substantivo, que por isso, a falar propriamente, he o unico verbo, em que por ultima analyse se vem a reduzir todos os verbos adjectivos, os quaes lhe não accrescentão outra couza mais do que a ideia do Attributo. (Soares Barbosa, 1822: 191-192).

Por outro lado, o MI toma como essencial o verbo:

As the verb is the essential part of every sentence, or the part that makes the assertion, the subject of the sentence is also called the subject (or subject-nominative) of the verb. And every verb, since it implies a statement, must have along with it its subject, or the word showing what the statement is about. (Whitney, 1877: 155)

Ainda que pareça haver oposição entre esses dois modelos, percebe-se que ambos não se desvinculam, e isso já está posto num dos mais influentes nomes da revolucionária linguística *histórico-comparativa*, o norte americano William D. Whitney, em sua obra, é flagrante o vínculo entre língua e pensamento: “Syntax treats of the combination of words for use in the expression of thoughts.” (Whitney, 1877: 154). Sendo assim, embora se apregoe que o modelo de análise sintática presente nas gramáticas em língua inglesa – o que ECR chamara de Sistema Inglês – seja gramatical, a sintaxe continua fortemente vinculada à lógica aristotélica, ou seja, continua tomando os mesmos parâmetros da análise lógica racional. Ainda que o mesmo Mason tenha acertadamente visto e anotado essa diferença:

In Grammar it is usual to employ the terms *subject* and *predicate* in a more restricted sense than Logic. In Logic, the *subject* of a preposition is *the entire description* of that which is spoken of: the *predicate* is *all that is employed* to represent the idea which is connected with the subject. (Mason, 1879: 137).

Vê-se através da citação anterior que Mason, assim como de certa forma em ECR, distingue um modelo de análise do outro. Diferentemente de ECR, no entanto, o gramático inglês atribui o chamado SF à Lógica, e o MI à análise gramatical estritamente. Isso também implica em dizer que outros termos da oração naturalmente também serão vistos de maneira distinta por um ou outro modelo, veja-se os casos do que seria “adjunto” para o MI e do que seria “complemento” para o SF. De qualquer forma, ao procurar descrever o MI em sua gramática, ECR não necessariamente deixa claras estas noções. É o que conferiremos na próxima subsseção.

5.2. ANÁLISE POR CAPÍTULOS

Os capítulos concernentes à *Fraseologia* tomam grande parte dos *Serões Gramaticais*, ou seja, 281 páginas: da página 503 à 784, cerca de 36% do total da obra. Localiza-se, como é já costume nas GNs, na última parte do compêndio: “Parte Quarta: Da Phraseologia ou Syntaxe” (p. 790). Na verdade, os capítulos dedicados à *Fraseologia* dentro dos *Serões Gramaticais* aumentaram, da primeira para esta terceira edição, cerca de 150 páginas – conforme vimos na seção anterior na comparação entre os índices da primeira e da terceira edição. Ainda, verifica-se que na primeira edição dos *Serões*, Carneiro Ribeiro ainda não

tinha a pretensão de expor as duas análises contrastantes da sintaxe. Ou seja, naquela apenas está exposto o chamado SF, tal como em sua obra gramatical imediatamente anterior, a já citada *Gramática Portuguesa Filosófica* de 1881, esta sim, uma gramática filosófica, ainda que ela já trate de algumas intuições científicas da linguística do século XIX¹⁵.

Um pouco diferente do que hoje se entende por sintaxe nas gramáticas escolares, para Carneiro Ribeiro, a *Fraseologia* compreendia a *construção* e, em maior escala, a *sintaxe*: “A **phraseologia** compreende a **syntaxe** propriamente dita e a **construção**.” (p. 503), e dentro desta, além da análise sintática propriamente, estão ainda reflexões sobre a *pontuação*, a *concordância* e a *regência*. Compreende, ainda, a *Fraseologia* dos SG, discussões sobre os usos dos *tempos* e dos *modos verbais*, bem como usos de certas classes de palavras – justamente por apresentarem alguma dificuldade nas construções frasais – tais como os *pronomes* (colocação pronominal que ainda hoje é assunto muito recorrente nas sintaxes dos compêndios escolares), os *verbos* e as chamadas *classes invariáveis*. Como era de praxe na época das chamadas “gramáticas científicas”, o autor ainda faz um apanhado comparativo entre o português e outras línguas – caso, justamente, do inglês – e não somente as neolatinas, bem como procura elucidar os inúmeros exemplos com relação a construções do português arcaico. Dessa forma, sua gramática estaria circunscrita às chamadas *gramáticas científicas*, fortemente influenciadas pelo modelo “cientificista” do Positivismo, tão largamente disseminado no Brasil durante fins do século XIX e primeiras décadas do século XX (Cavaliere 2009 e Ellia 1979).

Ainda que saibamos que o paradigma encetado pela linguística oitocentista, no qual o maior protagonista talvez tenha sido os estudos *histórico-comparativos*, tenha servido de modelo para as chamadas *gramáticas científicas* a partir de 1881 – ou mesmo antes – este modelo não suplantou o modelo milenar das gramáticas tradicionais. Ou, dito de outra forma, foi o modelo da linguística oitocentista que foi incorporado e condicionado aos moldes da Gramática Normativa Tradicional. Seja qual for a direção, é o que podemos constatar no modelo dos *Serões Gramaticais*. Embora a obra resguarde em sua estrutura geral todos os capítulos correspondentes a uma GN, abre espaço para a incorporação de vários outros preceitos teórico-metodológicos. Seja como for, em última instância, defendemos aqui a ideia de que a chamada Gramática Normativa não se mostra, ao longo de seus milênios de existência, uma estrutura rigorosamente idêntica às primeiras gramáticas gregas e latinas, ou seja, um modelo condenado a repetir sempre a mesma fórmula. Tanto porque o conceito do

¹⁵ Para mais detalhes sobre a *Gramática Filosófica Portuguesa*, ver Leal 2009.

que seja língua obviamente muda ao longo dos séculos, e o que faz a Gramática Normativa Tradicional é “adaptar” aos seus moldes, novos preceitos, novas descobertas advindas das mais diversas áreas de investigação linguística.

5.2.1. DO CAPÍTULO I – Fraseologia em geral; sintaxe e construção; proposição, oração ou sentença e seus elementos lógicos. Divisão das proposições; frase, período e seus membros

Neste primeiro capítulo – cuja primeira seção se estende das páginas 503 à 520 e a segunda, das páginas 520 à 527 – ECR vai tratar de conceituar algumas noções elementares do que seja a *Fraseologia*. Como já expusemos acima, separa-a em *Construção* e *Sintaxe*, dizendo que uma depende da outra para que a *proposição* faça sentido. Em seguida, trata já de conceituar aquilo que hoje chamaríamos de “metatermos”, e já expondo os dois modelos: “**Proposição** ou **oração**, a que os grammaticos ingleses chamam também **sentença** (*sentence*), outra coisa não é que a enunciação de um juízo.” (p. 504). Neste particular, é interessante notar que o termo “sentença” desaparece das gramáticas brasileiras, volta apenas nos modelos estruturalistas com a mesma acepção outrora empregada: frase de sentido completo.

Nota-se, já de início, que ele trabalhará aqui dois níveis de análise sintática: um lexical, outro frasal. O primeiro é a própria combinação entre as palavras, e o segundo diz respeito a sua ordem: “A **syntaxe** pode ser das *palavras* ou das *proposições*: a primeira estuda as relações que têm as *palavras* umas com as outras; a segunda estuda as relações entre as *proposições*.” (p. 504), ou seja: uma “análise sintática”, outra, uma espécie de análise inter-oracional, quando nas GNs se estuda a natureza e a relação entre períodos compostos por coordenação ou por subordinação. É importante notar que essa distinção feita por ECR é praticamente a mesma que faz Mason, cuja citação se encontra na seção anterior. No entanto, Mason diz que a “sintaxe das palavras” é a “análise gramatical”, e a “sintaxe das proposições” é a “análise lógica”. Já de início, ECR deixa claro que vai operar com duas análises diferentes, aqui largamente comentadas: o sistema francês e o sistema inglês. Aparentemente o SF seria seu modelo predileto, dado que suas análises pendem predominantemente para tal sistema. Por outro lado, e conforme já comentado, temos a impressão de que o autor não deixou de buscar novos preceitos para enriquecer seus estudos. Sendo assim, e como em outras gramáticas editadas à época, o chamado MI vinha se tornando dominante nesses compêndios: haja vista os de Maciel 1887 e João Ribeiro 1887, por exemplo. Além disso, conforme já comentado acima, parece que os gramáticos desse período (Fávero 1998) viam no modelo encetado pelo chamado Sistema Inglês uma “inovação”, em consonância com que já vinha

acontecendo com a Morfologia e, principalmente, com a Fonologia. Ora, o modelo sintático inovador imaginado por esses gramáticos, aquele que estava ao seu alcance, é na verdade esse modelo que se mostra eficiente nas gramáticas da tradição em língua inglesa, e que também era, ao que parece, padrão nas gramáticas alemãs.

5.2.2. Forma da Oração

Uma das questões mais prementes para diferenciar os sistemas inglês do francês talvez seja a forma como a *oração* é vista em cada um deles:

Como a maioria dos grammaticos francezes, tomamos aqui como synonymos os vocabulos **attributo** e predicado (...) e dizemos que ha em toda a proposição ou sentença tres termos essenciaes: **sujeito**, **verbo** e **attributo** ou **predicado**.

Os grammaticos inglezes e allemães, porém, admittem apenas dois elementos essenciaes: **sujeito** e **predicado**, considerando o **verbo**, que contem a affirmação, incluído na mesma palavra com o **predicado**. (p. 505).

É interessante destacar dessa passagem o fato de que a Nomenclatura Gramatical Brasileira parece ter aderido ao Sistema Inglês para classificar os “termos essenciais” da oração. E provavelmente não foram apenas estes metatermos concernentes aos chamados “termos essenciais” que a NGB incorporou do SI, mas também as noções de “objeto” e de “adjunto”.

Em seguida ECR vai procurar conceituar melhor os termos essenciais de uma oração e procura, desde então, explicitar os dois modelos de análise:

Toda a proposição consta essencialmente de tres elementos, ou sejam (*sic*) todos explicitos, como quando dizemos: *Deus é bom*; ou não o sejam senão dois, como quando se diz: *o sol brilha*, *odio velho não cança*; ou em summa, seja a proposição exprimida por um só vocabulo, que compedia e encerra a um tempo o **sujeito**, o **attributo** ou **predicado** e a palavra que indica a affirmação mental da relação desses dois termos e a que chamam os logicos *copula* ou *forma*, como nas proposições *chove*, *chuvisca*, *troveja*, *neva*, *saraiva*, *relampeja* e em varias outras e como se verifica ainda em todas as proposições ou sentenças que são exprimidas por interjeições: *oh!* *Ah!* *Ui!* (...) (pp. 505-506).

É interessante notar aqui a sua persistência quanto aos termos correlacionados “predicado” ou “atributo”, que ao longo de todos os capítulos aqui estudados receberão essa dupla nomenclatura, provavelmente para demarcar na obra os dois modelos de análise. ECR faz questão de, em cada passagem onde o assunto é tratado, expor os dois “sistemas” e suas devidas nomenclaturas. No entanto, no início do parágrafo ele toma partido pelo sistema francês, que divide toda e qualquer oração em três partes: *sujeito*, *verbo* e *atributo*. Mesmo em orações expressas apenas com verbos – orações que denotam fenômenos temporais, e que as modernas GNs hoje chamam de “orações sem sujeito” – ele vai admitir essa estrutura

tripartida. Vai ainda propor como “orações”, expressões de sentido completo, como são, por exemplo, as interjeições (pp. 505-506).

Em seguida o autor faz uma classificação que hoje não mais se usa, qual seja, a de chamar as orações de *complexas* e *incomplexas*. Estas não têm nenhum de seus membros (*sujeito* ou *predicado*) modificado por nenhum “complemento”; diferente das *complexas* que têm em algum de seus membros um “modificador”. Carneiro Ribeiro aplicará o mesmo critério de análise também para os hoje denominados “períodos compostos”.

Perpassam, em toda a *Fraseologia dos Serões*, aqui e ali, discussões filosóficas acerca da natureza da linguagem:

As partes que constituem o sujeito de que se afirma no primeiro exemplo: *Crer em Jesus Christo e viver como pagão é ser grande absurdo* (...) bem que aparentemente separadas e enunciadas por varias palavras, ligam-se num só todo, indivisível, uno, com respeito ao qual se faz a afirmação, que se não póde realizar de cada uma das partes constitutivas do todo, tomadas em separado. (p. 507).

O que o autor parece fazer aqui, para além de um breve apanhado filosófico, é uma análise semântica, procurando apontar a impossibilidade de uma análise sintática sem o aparato abstrato da língua que é o seu sentido. Dessa forma, ECR parece apontar, mais uma vez, para a complementaridade da *fraseologia* como um todo, ou seja, não é possível fazer *sintaxe* sem a sua contraparte: a *construção*.

E conforme já comentamos anteriormente, parece que nossa NGB vai, ainda que por recomendação apenas, preferir o “sistema inglês” para “normatizar” a análise sintática nas GNs brasileiras: “Na *proposição* ou *sentença complexa* as *subordinadas* que têm com a *principal* dependencia logica ou grammatical são, pela maioria dos grammaticos inglezes, denominadas **sentenças subordinadas** ou simplesmente **clausulas**.” (p. 509). Parece que o que ele chama de “dependência lógica” é, na verdade, a dependência de sentido que têm os períodos compostos por subordinação, e “dependência gramatical” aquela também subordinada que necessariamente precisam de um complemento oracional. Pense-se nos casos de verbos como “esperar”, “crer” etc, ou mesmo, naquelas orações a que hoje chamamos de “orações subordinadas substantivas”. Mais adiante veremos de que maneira ECR irá justificar sua nomenclatura com respeito às orações *subordinadas* ou *coordenadas*. Aliás, das coordenadas, o gramático vai negar a noção de “assindéticas”, preferirá que se chame de “**juxtapostas**”, isso porque:

[...] em sua origem subjectiva, nos juizos de que são expressões, não se podem deixar de admitir laços connectivos, supprima-os embora a linguagem, entre as proposições coordenadas; de outro modo nada teriam de inteiriços os juizos [...] (p. 510).

Ou seja, segundo ECR, não se pode chamá-las de “sem conexão”, justamente porque elas mantêm uma “dependência lógica” que ocorre entre elas, uma “relação”, portanto.

Ademais, nota-se aqui uma influência do racionalismo, isso porque ECR associa a língua ao pensamento, a saber, que os *Serões* mesmo se coloca como uma gramática de base científica, e também influenciada sob o chamado “modelo inglês”, o qual, como vimos, não fazia necessariamente tal associação: mente/língua. Aliás, a influência do racionalismo é ainda flagrante nas seguintes citações:

A ideia que a *incidente ampliativa* acrescenta ao sujeito convem-lhe geralmente em toda a extensão [...]

A ideia que a *restrictiva* ajunta ao sujeito ou termo grammatical, por Ella modificado, não convem a esse em toda a sua extensão. (p. 513).

O autor traz a baila, justamente para tentar justificar essas passagens acima comentadas, nomes importantes, supostamente do “sistema inglês”, tais como os já citados: Mason, Bain, Whitney e Brown, os quais, conforme nossas leituras, nos parecem basilares para a obra gramatical de Carneiro Ribeiro.

Afinal, nessa altura vamos percebendo a razão de sua nomenclatura, a qual hoje nos parece incomum:

Em um *período* em que ha mais de uma *proposição complexa*, as *principaes* só se podem coordenar com as *principaes*, as *secundarias* com as *secundarias*, que desenvolvem a mesma serie de ideias e a que prendem relações homologas ou de similaridades.

As *proposições secundárias* ou *subordinadas*, a que, como já dissemos, os grammaticos inglezes chamam *sentenças subordinadas* ou *clausulas*, podem exercer relativamente ás outras proposições a que se ligam e de que dependem, já o papel de *substantivos*, já o de *adjectivos*, já finalmente o de *adverbios*.

[...]

Sei que estudas; não sei lugar em que reside Carlos; quando Pedro chegou, fui visitá-lo.” (p. 512)

Parece que fica claro, assim, que essas orações compostas recebem tais nomenclaturas por conta de suas relações com aquelas que com elas se combinam, e não meramente porque cumprem a função de *substantivos*, de *adjetivos* ou de *advérbios*. E mais uma vez, visto que as mesmas noções de *orações subordinadas substantivas*, *adjetivas* e *adverbiais* são ainda hoje classificações utilizadas nas GNs escolares, percebemos que houve uma preferência ou por parte dos próprios gramáticos, ou da NGB pela metalinguagem empregada pelo “sistema inglês”. Nesse sentido, Carneiro Ribeiro está no meio de uma transição entre os modelos filosófico-racionalista e o chamado modelo da “gramática científica”. Isso fica patente, aliás, quando o gramático baiano decide expor os dois modelos de análise sintática que co-ocorem pelas gramáticas produzidas naquele período.

A partir da página 514, Carneiro Ribeiro procura classificar os períodos compostos. Conforme já expusemos na seção anterior, vai dividi-las em *proposições de primeira ordem*, que são as que hoje chamamos de *períodos compostos por coordenação*; e *proposições de segunda ordem*, as que hoje são chamadas de *períodos compostos por subordinação*. Iremos nos deter nas últimas, isso porque elas apresentam uma noção bastante diversa da que hoje estamos. ECR classifica as *proposições* segundo suas *formas*: *plenas*, *elípticas* ou *implícitas*. Embora no começo deste capítulo Carneiro Ribeiro defina o que seja *oração*, neste momento aparentemente contradiz a regra geral largamente ainda hoje disseminada, na qual em uma oração há obrigatoriamente a presença de um verbo. Na verdade, e de acordo com o próprio nome do metatermo “elíptica”, não há necessariamente a necessidade da presença explícita do verbo. Voltemos aos exemplos dados por ECR na página 521: “*Venho da Bahia; adeus; bons dias*” e “*Ah!; Oxalá*”. As orações do primeiro exemplo seriam classificadas como *elípticas*, visto que os sujeitos, ou os complementos, ou mesmo os verbos estão ausentes; já as do segundo, *implícitas*. Novamente aqui chamamos a atenção para uma questão bastante geral abordada já no começo da *fraseologia*, que justamente trata de toda e qualquer *proposição* de sentido completo, inclusive das interjeições, as quais já comentamos, e que ECR chamara de “Orações Implícitas”.

Ainda na mesma página 521, ECR tece um comentário sobre o termo “inglês”, **frase**:

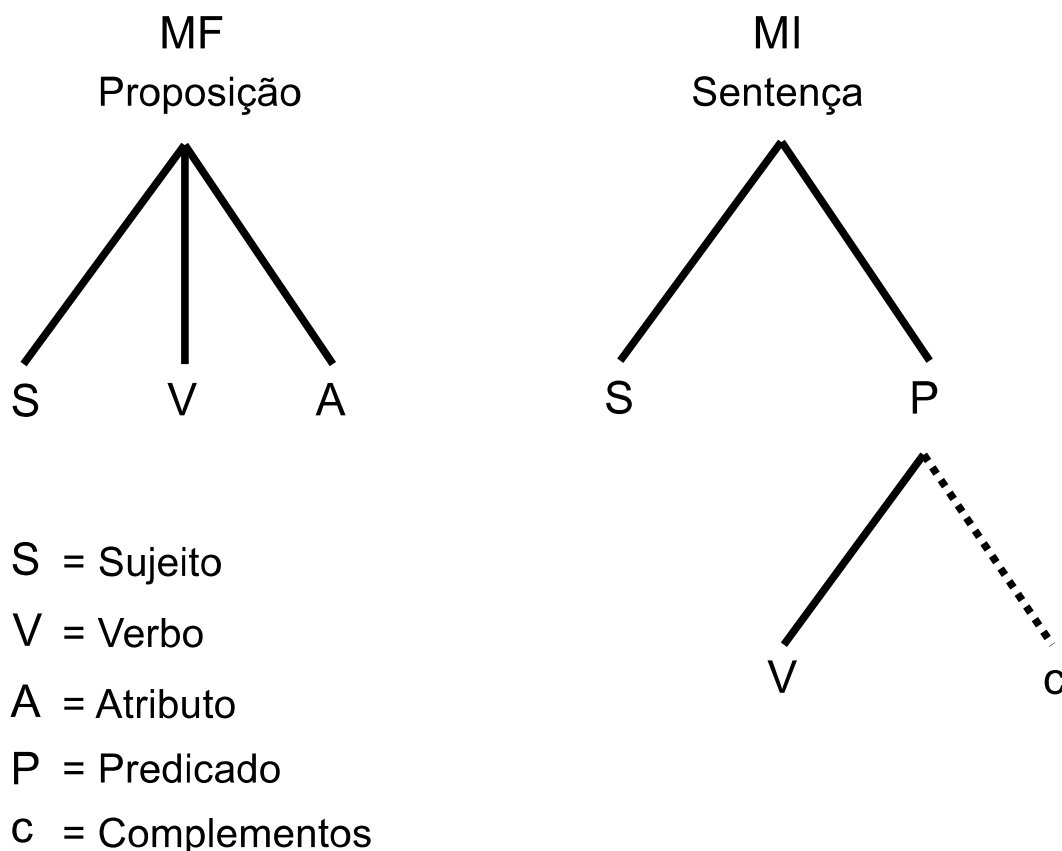
Phrase é um conjuncto de palavras ou de proposições que formam um sentido completo.

[...]

O termo *phrase* é tomado pelos grammaticos inglezes num sentido muito differente do que lhe dão os francezes: enquanto estes consideram a phrase como um todo, consideram-na aquelles como uma parte, um fragmento do todo. (p.521)

É importante notarmos aqui que o termo *frase*, tal como apresentado por ECR em sua obra, persiste na cultura de língua inglesa, veja-se que *phrase* foi livremente traduzido como *sintagma* na Língua Portuguesa e, posteriormente, largamente adotado pelo modelo Gerativo Transformacional do século XX, por exemplo, e amplamente usado em toda a linguística. Poderíamos arriscar aqui um palpite de que o MI já antevê um protótipo de análise em constituintes, relacionando termos e não meramente as palavras enquanto reflexo direto do *juízo*, como quer o MF. Isso porque, como vimos o MI dicotomiza a oração em *sujeito* e *predicado*, e portanto parece deixar os termos integrantes (*objetos*, por exemplo) num segundo nível, pressupondo não um mesmo valor para o sujeito, o verbo e seus complementos; pelo contrário, o MI toma mesmo os itens *sujeito* e *predicado* como

essenciais, ou seja, aqueles que estariam num nível sintático superior aos outros termos da oração, os complementos e adjuntos. Dessa forma, teríamos o seguinte diagrama:



Fonte: o autor, 2014

QUADRO 2: REPRESENTAÇÃO POR CONSTITUINTES IMEDIATOS

Através deste diagrama, podemos notar que enquanto no SF tanto ‘sujeito’ quanto ‘verbo’ e ‘atributo’, i.e., complementos ou atributos estão todos no mesmo nível, têm o mesmo peso ou valor na oração; no MI, os termos ‘sujeito’ e ‘predicado’ estão num nível acima do nível em que estariam os ‘complementos’ ou ‘adjuntos’. De modo que, no MI, provavelmente dentro da tradição gramatical inglesa, já se via alguma intuição de uma análise de constituintes hierarquizada, ainda que obviamente estas noções não seriam patentes aos gramáticos do século XIX e início do século XX. De qualquer forma, o diagrama aqui proposto funciona mais como um índice ilustrativo, fruto meramente de nossa concepção. Dito de outra forma, provavelmente não havia entre os gramáticos ingleses, e mesmo entre os gramáticos franceses a intuição de se enxergar uma sintaxe atrelada a constituintes imediatos. No entanto, parece que aos gramáticos ingleses era mais clara a noção de hierarquia entre os membros de uma sentença, tanto é que para estes, os verdadeiros termos de uma oração ou sentença eram as palavras nucleares, portanto os adjuntos ou complementos “valiam menos”, por assim dizer. Dessa forma, nos valendo, então, de uma metalinguagem mais atual, pode-se

ver com mais clareza como cada um dos dois sistemas poderia ser apresentado. No MF há uma estrutura triádica onde há uma espécie de equivalência entre os termos da oração, isto é, entre todos os termos não há diferença, portanto eles são equivalentes. Já no MI, modelo binário, há uma espécie de hierarquia, na qual há equivalência entre os termos da oração, embora devidamente hierarquizada. É flagrante, portanto, no MI que há numa oração duas espécies de termos básicos: sujeito e predicado, onde no termo predicado pode, ainda, estar contido – além do verbo, seu elemento central – um complemento do verbo. Possivelmente esta impressão que temos de que o MI já fazia uma análise de constituição se dê pelo fato de que para o Sistema Inglês, os reais termos sintáticos de uma oração sejam individualmente as palavras, convergindo a estas, aquilo que Mason e Bain chamam de “enlargements”. Seja como for, o MI já prevê aí alguma noção bem elementar de “hierarquia” entre os termos de uma oração. Não é à toa, então, que para o MI cada um dos termos básicos (ou como as gramáticas mais modernas chamariam “termos essenciais”) há um núcleo e seus “adjuntos”. Mais especificamente no MI há apenas palavras como termos genuínos da oração, o que autorizaria ECR a afirmar que:

Logicamente considerada, compõe-se a proposição de tres partes ou membros: sujeito, verbo e attributo; considerada, porem, *grammaticalmente*, consta de tantas partes, quantas são as palavras que encerra. (p. 504).

Tal citação nos faz perceber dois aspectos relevantes e que devem aqui ser registrados. O primeiro é que, assim como Mason, ECR também faz a distinção entre “análise sintática” e “análise lógica”; ou seja, “Modelo Inglês” e “Modelo Francês”. O segundo é que, ao destacar o MF, ECR revela-nos também sua preferência pela análise lógica. Para o autor, parecia mais óbvia a opção pelo chamado Modelo Francês, ao que parece, para ECR, o SF estaria mais vinculado à tradição gramatical Greco-latina, posteriormente desenvolvida por gramáticos medievais:

As partes que constituem o sujeito de que se affirma no primeiro exemplo *ser grande absurdo*, no segundo, *produzir o branco*, bem que aparentemente separados e enunciados por varias palavras, ligam-se num só todo, indivisível, uno, com respeito ao qual se faz a affirmação, que se não póde realizar de cada uma das partes constitutivas do todo, tomadas em separado. (p. 507).¹⁶

Lembrando que no citado Modelo Inglês, já exposto aqui pelos exemplos de Mason, na seguinte passagem nos parece que fica ainda mais óbvia a preferência de Carneiro Ribeiro pelo Modelo Francês:

¹⁶ Os exemplos citados na passagem pelo autor são, na ordem: “Crer em Jesus Cristo e viver como pagão é grande absurdo” e “o roxo de violeta, o anil, o azul, o verde, o amarelo, o alaranjado e o vermelho, misturados em devida proporção, produzem o branco”.

[...] deve haver por *sujeito* ou *attributo* não a palavra fundamental, desacompanhada de seus accessorios, senão o conjuncto della e dos elementos que a modificam, visto que não só os termos *sujeito* e *attributo* pertencem privativamente á logica, parecendo pleonastico o epitheto *logico*, apposto aos vocabulos *sujeito* ou *attributo*, mas ainda, considerado assim o sujeito, desacompanhado de seus accessorios que o modificam, a proposição deixa de exprimir com verdade o que temos em mente enunciar; não é de *toda a gloria*, no mencionado exemplo, que dizemos *ter brilho immortal*, não é da *gloria*, em geral, de que tratamos aqui: é sim *da gloria que é oriunda da virtude*. (p. 508).

5.3 Do Capítulo III – Dos systemas de analyse

Iniciamos esta seção com um diagrama no qual pretendemos enxergar melhor a suposta oposição SF x SI. Para tal, escolhemos três orações, justamente nos pareceu, em que os termos *sujeito* e *predicado* ou *attributo* ficam mais evidentes:

A mentira é detestavel				
Systema francez			Systema inglez	
Proposição absoluta ou independente.			Sentença simples	
Sujeito	verbo ou copula	attributo ou predicado	Sujeito	Predicado
A mentira (simples e complexo)	é	detestavel (simples e incomplexo)	A mentira (simples e acompanhado de seu adjuncto attributivo 'a')	é detestavel (simples e complexo)

Se eu fosse rico, tu serias feliz.				
Systema francez			Systema inglez	
Phrase ou Período composto de duas proposições ou membros: uma principal tu serias feliz; outra subordinada (de primeira ordem) – se eu fosse rico, ligadas pelo elemento subordinativo se, que subordina a primeira à segunda.			Sentença complexa que contém uma sentença principal – tu serias feliz e uma sentença subordinada – se eu fosse rico, ligadas pela conjunção de subordinação se.	
Sujeito	verbo ou copula	attributo ou predicado	Sujeito	Predicado
Da Principal tu (simples e incomplexo)	Da Principal sejas	Da Principal feliz (simples e incomplexo)	Da Principal tu (simples e incomplexo)	Da Principal serias feliz (simples e complexo)
Da Subordinada eu (simples e incomplexo)	Da Subordinada fosse	Da Subordinada rico (simples e incomplexo)	Da Subordinada ou Cláusula Adverbial eu	Da Subordinada ou Cláusula Adverbial fosse rico (Simples e complexo)

A sêde do ouro supplanta em alguns espiritos o sentimento da honra.				
Systema francez			Systema inglez	
Proposição absoluta ou independente.			Sentença simples	
Sujeito	verbo ou copula	attributo ou predicado	Sujeito	Predicado
a sêde do ouro (simples e complexo) do ouro – complemento indirecto, determinativo de sêde (palavra fundamental do sujeito)	verbo – supplanta (verbo concreto ou attributivo)	em alguns espiritos o sentimento da honra	a sêde do ouro (ampliado)	supplanta em alguns espiritos o sentimento da honra (complexo)
complemento directo – o sentimento da honra complemento indirecto, circumstancial em alguns espiritos; e expressão da honra é complemento determinativo de sentimento (palavra fundamental do complemento directo).			a expressão do ouro é adjuncto attributivo do substantivo sêde (palavra fundamental do sujeito); objecto directo – o sentimento da honra; adjuncto adverbial (modificativo da extensão do predicado) – em alguns espiritos; a expressão da honra figura de adjuncto attributivo do substantivo sentimento (palavra fundamental do objecto directo).	

Fonte: ECR, 1919 adaptação do autor

QUADRO 3: A OPOSIÇÃO “MF” X “MI”

Podemos notar que os modelos diferem quase que radicalmente e, a princípio, dizem respeito a seus pressupostos teóricos. No chamado SF, a estrutura tripartida revela-nos uma preocupação de cunho filosófico-racionalista já exposta na *Grammaire*, em que a língua está ligada o pensamento de modo bem estreito. Ora, para o Racionalismo a mente exerce três operações fundamentais para se comunicar: *conceber*, *julgar* e *raciocinar*. Para este modelo racionalista, então, *conceber* consiste em olhar para as coisas no mundo e, a partir dessa experiência, criar imagens mentais que as represente; *julgar* é a operação que consiste em reafirmar o que foi visto e defini-lo mentalmente como tal; por fim, para Arnauld e Lancelot, *raciocinar* “(...) é servir-se de dois julgamentos para produzir um terceiro, como quando concludo, após ter julgado que toda virtude é louvável, que a paciência é louvável.” (Arnauld e Lancelot, 1660: 30). Fica claro, então que:

O julgamento que fazemos das coisas, como quando digo “A Terra é redonda”, se chama PROPOSIÇÃO; e assim toda proposição encerra necessariamente dois termos: um chamado *sujeito*, que é aquilo de que se afirma algo, como *Terra*; o outro, chamado *attributo*, que é o que se afirmam como *redonda* – além da ligação entre esses dois termos: *é*. (Arnauld e Lancelot, 1660: 30).

Dada tais explanações, para os autores da *Grammaire* as operações de *conceber* e *julgar* estariam ligadas ao ‘substantivo’ e ao ‘adjetivo’, respectivamente; ao passo que operação de *raciocinar* é atribuída ao ‘verbo’.

Provavelmete o chamado MI não tem essa preocupação, justamente, porque não associa de maneira tão estreita a linguagem à mente, mas sim enxerga a “sentença” como intenção acabada da experiencição com o mundo. Ademais, nas gramáticas inglesas encontramos argumentos que refutam o modelo triádico da oração. Mason, por exemplo, expõe o problema fornecendo sentenças tais como “chove”, em inglês “it rains”, estrutura essa que não poderia ser reduzida a cópula. De qualquer forma, veremos esses argumentos na próxima seção.

Propriamente quanto às estruturas aqui representadas, podemos notar um logicismo mais categórico no SF, ou seja, um modelo mais próximo da lógica silogística aristotélica. Já no SI, o modelo bipartido pressupõe uma clara divisão entre "termos essenciais" – sujeito e predicado – e os outros termos – complementos e adjuntos – que estariam, por assim dizer, num nível de menor importância, um nível abaixo com relação àqueles termos essenciais. Para se chegar a esta conclusão, os termos essenciais foram destacados em nossas representações gráficas, expostas na próxima seção.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos perceber, especialmente ao longo da história da gramática, que embora a premente necessidade da prescrição e do “bom uso” da língua, a GN é uma teoria – ou ao menos uma tentativa muito bem arquitetada para tal – que não deixa de receber influências das mais diversas correntes de pensamento, filosófico especulativo ou científico, para atingir seus propósitos: seja o de descrição da língua, seja de sua normativização, incluindo-se aí sua “vocação” pedagógica. Na verdade, a gramática – ou “gênero gramatical”, como quer Borges Neto 2013 – adequa as descobertas e noções posteriores a ela ao seu modelo estático e “normativista”.

Através do nosso brevíssimo apanhado histórico pudemos também perceber a evolução dos estudos sobre a linguagem humana, sobretudo em sua descrição no que concerne aos fenômenos sintáticos. Embora nos revele muito da estrutura da língua, a sintaxe nem sempre teve um lugar privilegiado nas gramáticas ao longo de sua história: algumas vezes mesmo excluída, outras, disseminada ao longo dos estudos morfológicos ou morfossintáticos. Percebemos também que a sintaxe serviu-se da lógica para expor de maneira minuciosa a estrutura das línguas, ou ainda vista como ferramenta de refinamento estilístico. Seja pela descrição lógica ou pela orientação estilística, a sintaxe na GN jamais conseguiu se desvincular completamente da semântica: “Quanto ao seu sentido, a *proposição* recebe os epítetos de **positiva** ou **assertiva, negativa, interrogativa, exclamativa, imprecativa, optativa e imperativa (...)**” (p. 520); a mesma afirmação encontramos, por exemplo, em Júlio Ribeiro: “**327.** Relativamente à sua significação as sentenças são declarativas, imperativas, condicionaes, interrogativas e exclamativas.” (Julio Ribeiro, 1881: 200). Aliás, até praticamente o século XX, a sintaxe na GN tem se apresentado como um modelo linear, salvo, talvez, alguns modelos de correlação de dependência, como o dos modistas. De qualquer forma, esse modelo linear sempre privilegiou uma visão cuja disposição das palavras nas frases sempre foi centralizada na relação de seus termos essenciais: *sujeito* e *predicado*, ou no modelo racionalista dito francês: *sujeito*, *cópula* e *atributo*, da mesma forma linear e baseado em núcleos, complementos e seus respectivos adjuntos, ou seja: núcleos (palavras ou expressões principais) e seus auxiliares. Embora não tenha sido tarefa fácil aos gramáticos detectar tais termos oracionais e suas funções, o refinamento das teorias sintáticas ao longo dos séculos não poderia seguir adiante apenas a partir daquele modelo nuclear sujeito-predicado, que ainda hoje é encontrado em gramáticas escolares.

No nosso trabalho conseguimos vislumbrar que: através da dupla possibilidade de Análise Sintática exposta por ECR nos seus *Serões Gramaticais*, o autor estaria procurando nos apresentar, além de seu vasto conhecimento gramatical, uma mudança de postura dentro dos estudos linguísticos da época, ainda que ele tenha apontado essa mudança de forma inconsciente. Parece que um sistema francês, mais tradicional, ainda se faz presente dentro dos estudos linguísticos, em especial na sintaxe – não por acaso chamada de “análise lógica”. E outra orientação, que aponta para o que deveriam ser, então, os estudos da linguagem, incluindo nesses, a gramática normativa de cunho pedagógico, o chamado pelo autor dos SG como Sistema Inglês.

De todo modo, o que conseguimos enxergar aqui através deste estudo contrastante entre os dois exemplos antagônicos é que ao expor os dois modelos, ECR faria o mesmo que o seu contemporâneo inglês, Charles Peter Mason, o qual também faz em sua gramática aqui amplamente citada, algo bastante semelhante a ECR. Ou seja, Mason apresenta duas possibilidades de Análise Sintática, tal como exposto no quadro seguinte, retirado da página 180 de sua gramática:

<i>Logical Subject. (Grammatical Subject with Attributive Adjuncts.)</i>	<i>Logical Predicate. (Predicate-Verb, with Objective and Adverbial Adjuncts.)</i>
Our messenger	has not yet arrived.
We	will carry all our property with us.
The village preacher's modest mansion	rose there.
The wretched prisoner, overwhelmed by his misfortunes,	was on the point of putting an end to his existence.
A bird in the hand	is worth two in the bush.

QUADRO 4: ESQUEMA DA OPOSIÇÃO SINTÁTICA DE MASON (Mason, 1877: 180)

No quadro, semelhante àquele que expusemos na seção anterior para ilustrar a metalinguagem apresentada por ECR, notam-se duas análises aparentemente antagônicas. Diferentemente de ECR, no entanto, aqui Mason simplesmente faz distinção entre Análise Lógica e Análise Gramatical. Aliás, tal como expusemos nas seções 4 e 5, a *Phraseologia* dos *Serões Gramaticais* deve muito às gramáticas inglesas, sobretudo a *English Grammar* de

Mason e a *Essencial Grammar* de Whitney. Também é tributária, obviamente, conforme esclarecemos, das chamadas *gramáticas filosóficas*.

Aliás, em ambos os casos, sobretudo nos SG, o que percebemos claramente é que (tal como devidamente observado por Borges & Dascal 2000) ambos os modelos de análise, embora acarretem investigações e, conseqüentemente resultados diferentes, mantêm o mesmo *objeto observacional*: que poderíamos chamar, a princípio de “oração”; no entanto, mudam, em tese, seu *objeto teórico*, isso porque, conforme discutido na seção 4, a unidade “oração” não se assemelha à “proposição”. Muito provavelmente ECR não tinha plena consciência de que estava lidando com dois modelos tão distintos. Ao contrário, para ambos os modelos, ECR diferia apenas em suas notações, ao que parece, assim: dentre os dois modelos não havia uma diferença epistemológica, mas apenas uma diferença notacional, os quais produzem resultados diferentes. Ao expor dois sistemas de análise bastante distintos, ECR não percebera que estava lidando com dois “objetos observacionais” diferentes. Concorde com essa ideia também Borges Neto, quando referencia:

A análise francesa considera que a expressão analisada é uma *proposição*, enquanto a análise inglesa a trata como uma *sentença*. Desde os estóicos, que estabeleceram a diferença semântica entre as duas noções, *proposição* é algo que pode ser dito verdadeiro ou falso enquanto *sentença* é o veículo linguístico da proposição (que pode veicular também coisas que não são proposições, como perguntas, comandos, etc.). A análise francesa, portanto, revela a *estrutura lógica* da expressão, enquanto a análise inglesa revela sua *estrutura gramatical*. Em outras palavras, os franceses estão preocupados com as relações entre as ideias veiculadas pela expressão (um *juízo*), enquanto os ingleses analisam a própria expressão, enquanto objeto linguístico. Até por isso, Carneiro Ribeiro associa os gramáticos ingleses ao positivismo comtiano.” (Borges Neto 2009: 639)

Ademais, outro resultado a que chegamos ao final deste trabalho foi o de que, mesmo diferenciando vários aspectos de cada uma das teorias, a sintaxe, ainda hoje, não consegue se desvincular da tradição da lógica: “*Syntax treats of the combinations of words for use in the expression of our thoughts.*” (Mason 1877: 154), ou seja, nos SG, da mesma forma que na *English Grammar* de Mason, o autor assume um modelo de análise sintática, apresenta outro, e faz sua escolha. No caso de ECR, a escolha feita é pelo SF, o que lhe parece mais adequado e conveniente. Isso dada, provavelmente, sua biografia – professor do Liceu da Bahia, por anos exercendo a licenciatura na cadeira de “Gramática Filosófica”, justamente. Por outro lado, o Sistema Inglês vinha se tornando dominante em fins do século XIX em GNs. Possivelmente por parecer uma alternativa de cunho mais “cientificista”, aos moldes de um positivismo. Mas mesmo isso não convenceu ECR de que a Análise Inglesa poderia suprimir o velho Modelo Francês racionalista. Essa talvez seja a razão mais provável pela qual nosso

gramático tenha optado em expor dois modelos distintos para o mesmo assunto: a análise sintática.

De qualquer maneira, sendo ECR altamente devedor de Mason, Whitney, De Sacy, Arnauld e tantos outros gramáticos, suas obras gramaticais e filológicas – aliás, ainda hoje muito pouco estudadas – merecem lugar de destaque na gramaticografia brasileira, quiçá em língua portuguesa. Isso porque seu devido reconhecimento está em suas profundas pesquisas: médico pioneiro nos estudos psiquiátricos no Brasil; professor e pesquisador incansável da Língua Portuguesa, das línguas neolatinas e mesmo do inglês e do latim; possivelmente um dos únicos negros a galgar posto tão nobre na intelectualidade brasileira, sobretudo porque o baiano viveu no século XIX. Além disso, no início do século XX, ECR trava uma batalha intelectual fervorosa com o então senador Rui Barbosa, jurista e seu ex-aluno. Tal contenda, que acaba chamando atenção de toda uma geração de intelectuais, não só da época, mas posteriormente, inclusive, deve-se a forma como deveria ser redigido nosso Código Civil. Enquanto Carneiro Ribeiro primava por uma escrita mais próxima dos falares brasileiros – os destaques à língua falada nos SG são, embora breves, importantes matérias de estudo, pois diferem muito do pensamento dos gramáticos daquela época –, enquanto Rui Barbosa primava por uma escrita mais conservadora, aos moldes da norma portuguesa. Infelizmente, Carneiro Ribeiro é lembrado na história por seu embate junto a Rui Barbosa, e menos pela sua vasta e importantíssima obra.

Seja como for, ainda que nosso trabalho historiográfico aponte para uma espécie de enaltecimento das velhas Gramáticas Normativas, concordamos com Mário Perini 1987, quando este aponta como um dos maiores problemas das GNs justamente sua “inconsistência teórica”, ou sua falta de aporte teórico consistente e definitivo:

O esforço teórico a que me refiro consiste em tentar conciliar essas crenças subjacentes em um corpo doutrinário logicamente consistente – uma teoria gramatical. E isso falta na Gramática Tradicional. (Perini 1987: 13)

Ora, da mesma sorte nos SG percebemos tal problema: uma obra de enorme erudição, na qual transparece um emaranhado de diversas correntes teóricas e filosóficas, mas que, no fim das contas, é incapaz de uma conciliação teórica coerente. Novamente devemos concordar com Perini, os SG estão muito calcados na tradição, do que Perini chama de *doutrina explícita*. Ou seja, ao analisar orações, seja num ou noutro modelo, ECR faz pouca análise linguística de fato, i.e., ele deixa de lado uma *doutrina implícita*, própria de uma observação direta do objeto a ser estudado.

Além de críticas severas, os SG mostra-se como um verdadeiro *tour de force* da intelectualidade brasileira, vigorosa dentro de seus limites: de época, de condições socio-econômicas e mesmo culturais. É uma obra robusta e esplêndida. Isso porque, dentro de uma tradição calcada num molde estático e pouco afeito a mudanças drásticas, os SG de Carneiro Ribeiro consegue criar seus espaços, seja em suas críticas a outros modelos teóricos, seja em suas observações pontuais e acertadas, seja na sua ousadia de expor, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, dois modelos aparentemente antagônicos para um mesmo objeto de estudo. Por todas essas razões, os *Serões Gramaticais* e seu autor – o brilhante baiano Ernesto Carneiro Ribeiro – merecem ser estudados com mais critério e cuidado. Vale ainda lembrar que, para além dos limites baianos, Carneiro Ribeiro é, no máximo, uma figura folclórica tristemente lembrada pela historiografia brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Cristina. História, estórias e Historiografia da Linguística brasileira. In: **Revista Todas as Letras**, v. 14, n. 1, 2012 pp. 14-37.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à filosofia da ciência**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003.
- ARNAULD, Antoine ; LANCELOTE, (...). **Gramática do Port-Royal**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramaticização**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1992.
- _____. **Filosofia da Linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1998.
- BARBOZA, Jerônimo Soares. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza**. Lisboa: Tipographia da Academia Real das Sciencias, 1830. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/pages/obras/lerObra.bv?idObr=17>
- BAIN, Alexander. **Higher English Grammar**, Edição eletrônica, a partir de “Forgotten Books”, 2011 da edição original de 1889.
- BECCARI, Alessandro Jocelito. **Uma tradução da Grammatica Speculativa de Tomás de Erfurt para o português**: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário. 2013. 497f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras. Defesa: Curitiba, 26/03/2013.
- BORGES Neto, José. **Ensaio de Filosofia da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2003.
- _____. “A Analyse Logica de Carneiro Ribeiro em seus Serões Grammaticaes (1890)”. In Assunção, C.; Fernandes, G. ; Loureiro, M. (Eds.) **Ideias Linguísticas na Península Ibérica**. Münster: Nodus Publikationem: 2009
- _____. “Gramática Tradicional e Linguística Contemporânea”. **Revista Todas as Letras**, v. 14, n. 1, 2012 pp. 87-98.
- _____. A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar. 8. Congresso da ABRALIN, Natal/RN, 02/02/2013. Texto fornecido pelo autor.
- BORGES NETO, José & MERCER, José Luiz da Veiga. “Nos Bastidores da Análise Sintática Tradicional”. In **Revista Letras - UFSM**. n. 5. jan/jun 1993. pp. 86-100.
- CASTILHO, Ataliba de (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Vol. 2 – Classes de palavras e processos de construção. Campinas: Unicamp. 2008.
- _____. **Gramática do português falado**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2002.
- _____. “Um ponto de vista Funcional sobre a Predicação”. **Revista Alfa**, n. 38. 1994. pp. 75-95.
- CAVALIERE, Ricardo. “Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação”. In **Limite**. Rio de Janeiro: 2009.
- _____. “Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil”. **Alfa**. São Paulo: 2001.

- DASCAL, Marcelo. **Fundamentos metodológicos da linguística**. São Paulo: Global Ed., 1978.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.
- FÁVERO, Leonor Lopes. “A Gramática no início do século XIX”. *In Alfa*. São Paulo: 1998.
- FÁVERO, Leonor Lopes & MOLINA, Márcia A. G. “Conhecimento Linguístico no Século XIX: Tradição e “Modernidade”?”. *In Revista Linguística (ALFAL)*. n. 29, Junho de 2013.
- FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. Editora Ática: São Paulo, 1986
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP. 2002.
- ELLIA, Sílvio. **A Unidade Linguística no Brasil**. Rio de Janeiro: Padrão Editora. 1979.
- GURGEL, Silvana. “O período dito científico dos estudos linguísticos brasileiros na questão da colocação pronominal”. *In Anais do I SETA*. São Paulo: 2007.
- _____. “A representatividade como critério de seleção de fontes: um problema epistemológico”. *In Estudos Linguísticos XXXVI – CEDOCH*. São Paulo: 2007.
- HARRIS, James. **Hermes, a philosophical inquiry concerning universal Grammar** s/l: 1751
- HARRIS, Roy & TAYLOR, Talbot J. **Landmarks in linguistic thought: the Western tradition from Socrates to Saussure**. London: Routledge and Kegan Paul, 1989.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KEMMLER, Rolf; ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo. “Subsídios para o estudo das Gramáticas Filosóficas de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816)”. *In: Domínios da Linguagem* (Revista eletrônica de Linguística). Lisboa: 2009.
- KOERNER, E.F.K & ASHER, R.E. **Concise History of the Language Sciences – From the Sumerians to the Cognitivists**. London: Pergamon, 1995.
- KRISTEVA, Julia. **História da linguagem**. São Paulo: Edições 70, 1969.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- MACIEL, Maximino. **Grammatica descriptiva: baseada nas doutrinas modernas**. 4.ed. augm., refundida. Rio de Janeiro, RJ: F. Alves, 1910.
- MASON, Charles Peter. **English Grammar – The Principles of Grammatical Analysis**. Bell & Sons. Londres: 1879. Edição eletrônica: <<https://archive.org/details/englishgrammari01masoogoo>> Acessado em 15 de maio de 2014.
- MARRA, Daniel & MILANI, Sebastião Elias. “Reflexões acerca do conceito de língua como uma instituição social em William Dwight Whitney”. *In Cadernos do IL*, Porto Alegre, n.º 46, junho de 2013.
- MORAIS, Clóvis Barlena. “A Sintaxe nas Gramáticas Portuguesas” . *In: Revista Série Encontros*. Publicação do curso de Pós-graduação em linguística e língua portuguesa da UNESP – Araraquara, 1989.

MOUNIN, Georges. **Historia da linguística: das origens ao século XX**. Porto: Despertar, 1970.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história, teoria, análise e ensino**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

ORLANDI, Eni. **Língua e conhecimento linguístico** – para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

PERINI, Mário. **Para uma Nova Gramática do Português**. São Paulo: Cortez (Série Princípios), 1987.

PORTUGAL, Cadjá Araújo. “Discussões sobre o Empirismo e Racionalismo no problema da Origem do Conhecimento”. *In* **Diálogos da Ciência**. Feira de Santana-BA: 2002.

POLACHINI, Bruna Soares. **Considerações sobre o Impacto da *Grammaire Générale et Raisonné* de Port-Royal no tratamento da sintaxe de gramáticas brasileiras do português no século XIX**. São Paulo: 2012. Artigo inédito fornecido pela autora.

RIBEIRO, Danilo Carneiro. **Ernesto Carneiro Ribeiro: sua vida e sua obra**. José Konfino. S/L: 1939.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Serões Gramaticaes** ou Nova Grammatica Portugueza. 1ª ed. Bahia: Imprensa Popular, 1890.

_____. **Grammatica Portugueza Philosophica**. 2.ed. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1958.

_____. **Treplica a redacção do Projecto do Código Civil e a Réplica do Dr. Ruy Barbosa**. 4ª ed. Salvador: Progresso, 1905.

RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

RIBEIRO, Júlio. **Grammatica Portugueza**. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1922.

ROBINS, R. H. (Robert Henry). **Pequena história da Linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 4ªed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1959.

ROCHA, Nádia Maria ... et al. “A Faculdade de Medicina da Bahia no Século XIX: A Preocupação com Aspectos de Saúde Mental”. *In* **Gazeta Médica da Bahia**. Salvador: 2004.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **Serões Gramaticais: a gramática “científica” de Ernesto Carneiro Ribeiro**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

SILVA, Rosa Virginia Mattos. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. São Paulo: Contexto, 1989.

TRINDADE, Patrícia de Castro; MERCER, Jose Luiz da Veiga (Orient.). **As estruturas mentais de um português do século XVIII: Jeronimo Soares Barbosa**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, 1989.

VIDAL Neto. José Bento Cardoso. **A Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

WHITNEY, William Dwight. **Essential Grammar of English.** Harvard College Library. Boston: 1879.